



# **Estratégia**

## **CARREIRA JURÍDICA**

### **Estudo Estratégico para Advocacia Pública**

Prof. Igor Maciel  
Prof. Paulo Sousa

<b>1-</b>	<b><i>Apresentação dos professores e do material.....</i></b>	<b><i>4</i></b>
<b>2-</b>	<b><i>Análise genérica dos concursos.....</i></b>	<b><i>8</i></b>
<b>3-</b>	<b><i>Direito Administrativo .....</i></b>	<b><i>25</i></b>
	CESPE (PGM João pessoa) 2018.....	25
	CESPE (PGM Manaus) 2018.....	37
	CESPE (PGE PE) 2018.....	47
	CESPE (PGM Fortaleza) 2017.....	56
	CESPE (Proc. Mun. BH) 2017 .....	71
	CESPE (PGE SE) 2017 .....	81
	CESPE (PGE AM) 2016.....	89
	CESPE (AGU) 2015 .....	97
	CESPE (PGM Salvador) 2015.....	114
	CESPE (PGE BA) 2014 .....	121
	CESPE (PGE PI) 2014.....	133
	CESPE (AGU) 2013 .....	145
<b>4 –</b>	<b><i>O Estudo para Procuradorias.....</i></b>	<b><i>156</i></b>
4.1	Principais matérias cobradas.....	156
4.2	Outras matérias cobradas .....	158
4.3	É possível conciliar o estudo para Advocacia Pública com outras Carreiras Jurídicas? .....	159
4.4	Conciliar o estudo para PGE, PGM e AGU .....	160
4.5	Conciliar o estudo para advocacia pública com o Exame de Ordem.....	161
4.6	Conclusões .....	161
<b>5</b>	<b><i>- Organização dos estudos .....</i></b>	<b><i>162</i></b>
5.1	Ciclos de Estudos.....	162
5.2	Tempo.....	163
	Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).....	164
	Quando você for estudar, estude.....	164
	Faça pausas .....	164
5.3	Estratégias úteis.....	165
	Não estudar apenas uma matéria .....	165
	Faça revisões periódicas .....	165
5.4	Descanso.....	166
5.5	Conclusões .....	166
<b>6</b>	<b><i>- Plano de Estudos.....</i></b>	<b><i>167</i></b>
6.1	Horas líquidas de estudos .....	168
6.2	Definição das matérias estudadas.....	169
6.3	Mas por onde começar? .....	172

<b>6.4</b>	<b>Como estudar questões?.....</b>	<b>173</b>
<b>6.5</b>	<b>Como monitorar meus estudos?.....</b>	<b>174</b>
<b>7</b>	<b>– Considerações Finais .....</b>	<b>174</b>

## 1- APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES E DO MATERIAL

Olá pessoal, tudo bem?



Me chamo **Igor Maciel** e sou professor do Estratégia Carreira Jurídica de Fazenda Pública em Juízo e Direitos Difusos e Coletivos. Sou um entusiasta dos concursos de advocacia pública e aqui no Estratégia estou à frente dos cursos de Discursivas (peças, pareceres e questões) focados em Procuradorias Estaduais, Municipais, Legislativas e na própria AGU.

Deixo abaixo minhas redes sociais para qualquer dúvida, crítica ou sugestão sobre o material. Espero que vocês gostem!



@Prof Igor Maciel

Eu sou **Paulo Sousa**.

Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2010, Mestre em Direito do Estado pela UFPR em 2012 e Doutor em Direito das Relações Sociais, também UFPR, em 2017. A partir de 2011 passei a lecionar na graduação e na pós-graduação em Direito em diversas Instituições de Ensino Superior, e a partir de 2015, passei a lecionar também para Concursos Públicos.



Em 2011 fui aprovado em concurso para Procurador Municipal (PGM-Colombo/PR) e, em 2012, fui aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Foz do Iguaçu/PR), instituição na qual atualmente leciono.

Atualmente, sou Professor de Direito Civil, Legislação Civil Especial, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor e Bioética, e Advogado nas cidades de Curitiba/PR e Brasília/DF. Além disso, sou parecerista *ad hoc* de numerosas revistas jurídicas.

Ficam aqui minhas redes sociais:



prof.phms

Com a expectativa de vários editais de concursos de procuradorias estaduais, municipais e também da AGU, decidimos fazer uma análise sistêmica de todas as questões cobradas em concursos de procuradorias dos últimos cinco anos.

Fizemos um corte dos anos de 2014 a 2019 e analisamos cada questão de cada concurso de advocacia pública das bancas CESPE e FCC.

A análise envolveu tanto a estatística de cobrança dos temas dentro de cada matéria como também a forma de cobrança nas provas objetivas.

A partir destas análises, elaboramos um plano de estudos focado em advocacia pública e também um **Vade Mecum** em PDF com os principais artigos cobrados pelas bancas nestes concursos em procuradorias. Elaboramos também um compilado de julgados relevantes sobre o tema para orientar o estudo dos alunos.

Hoje apresentaremos a análise específica da banca CESPE na disciplina de Direito Administrativo. O cronograma do curso será o seguinte:

AULA	CONTEÚDO
Aula 00	Apresentação do curso
	Análise estatística das últimas provas de Procuradorias / Advocacia Pública;
	Como estudar para Procuradorias?
	Análise específica da Disciplina de Direito Administrativo - CESPE
	O que focar nesta disciplina?
	Como ela já foi cobrada em provas?
	Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?
	Plano de estudos Inicial.
Aula 00 - Extra	Análise específica da Disciplina de Direito Administrativo - FCC
Aula 01	Análise específica da Disciplina de Direito Constitucional.
	O que focar nesta disciplina?
	Como ela já foi cobrada em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

## Aula 02

Análise específica das Disciplinas de Direito Tributário, Financeiro e Econômico.

O que focar nestas disciplinas?

Como ela já foram cobradas em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

## Aula 03

Análise específica da Disciplina de Direito Processual Civil.

O que focar nesta disciplina?

Como ela já foi cobrada em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

## Aula 04

Análise específica das Disciplinas de Direito Civil, Consumidor e Urbanístico.

O que focar nestas disciplinas?

Como elas já foram cobradas em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

## Aula 05

Análise específica das Disciplinas de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

O que focar nestas disciplinas?

Como elas já foram cobradas em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

## Aula 06

Análise específica das Disciplinas de Direito Ambiental e Previdenciário.

O que focar nestas disciplinas?

Como elas já foram cobradas em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

## Aula 07

Análise específica das Disciplinas de Direito Penal, Processo Penal, Humanos, Agrário e Municipal.

O que focar nestas disciplinas?

Como elas já foram cobradas em provas?

Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?

<b>Aula 08</b>	Análise específica das Legislações Locais
	O que focar nesta disciplina?
	Como elas já foram cobradas em provas?
	Qual a expectativa de cobrança nos próximos concursos?
<b>Aula 09</b>	Análise Jurisprudencial.
	Temas quentes procuratorias na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (anos 2018 e 2019).
<b>Aula 10</b>	Análise Jurisprudencial.
	Temas quentes procuratorias na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (anos 2018 e 2019).
<b>Aula 11</b>	Análise Jurisprudencial.
	Temas quentes procuratorias na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (anos 2018 e 2019).
<b>Aula 12</b>	Análise Estatísticas de Peças Processuais e Pareceres em concursos de advocacia pública (análise provas de 3ª fase).
<b>Aula 13</b>	Análise Estatísticas de questões discursivas em concursos de advocacia pública (análise provas de 2ª fase).
<b>Aula 14</b>	Vade Mecum Estratégico em PDF com a compilação dos principais artigos estatisticamente cobrados em procuratorias.
<b>Aula 15</b>	Plano de Estudos Avançado. Destinado aos alunos que concluíram a análise de todas as aulas anteriores.

Esperamos que vocês gostem da nossa proposta de curso.

Grande abraço,

**Igor Maciel e Paulo Sousa**

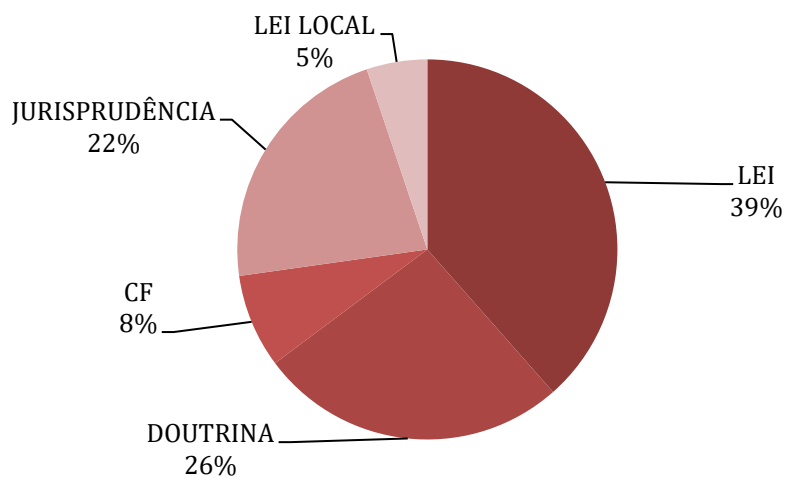
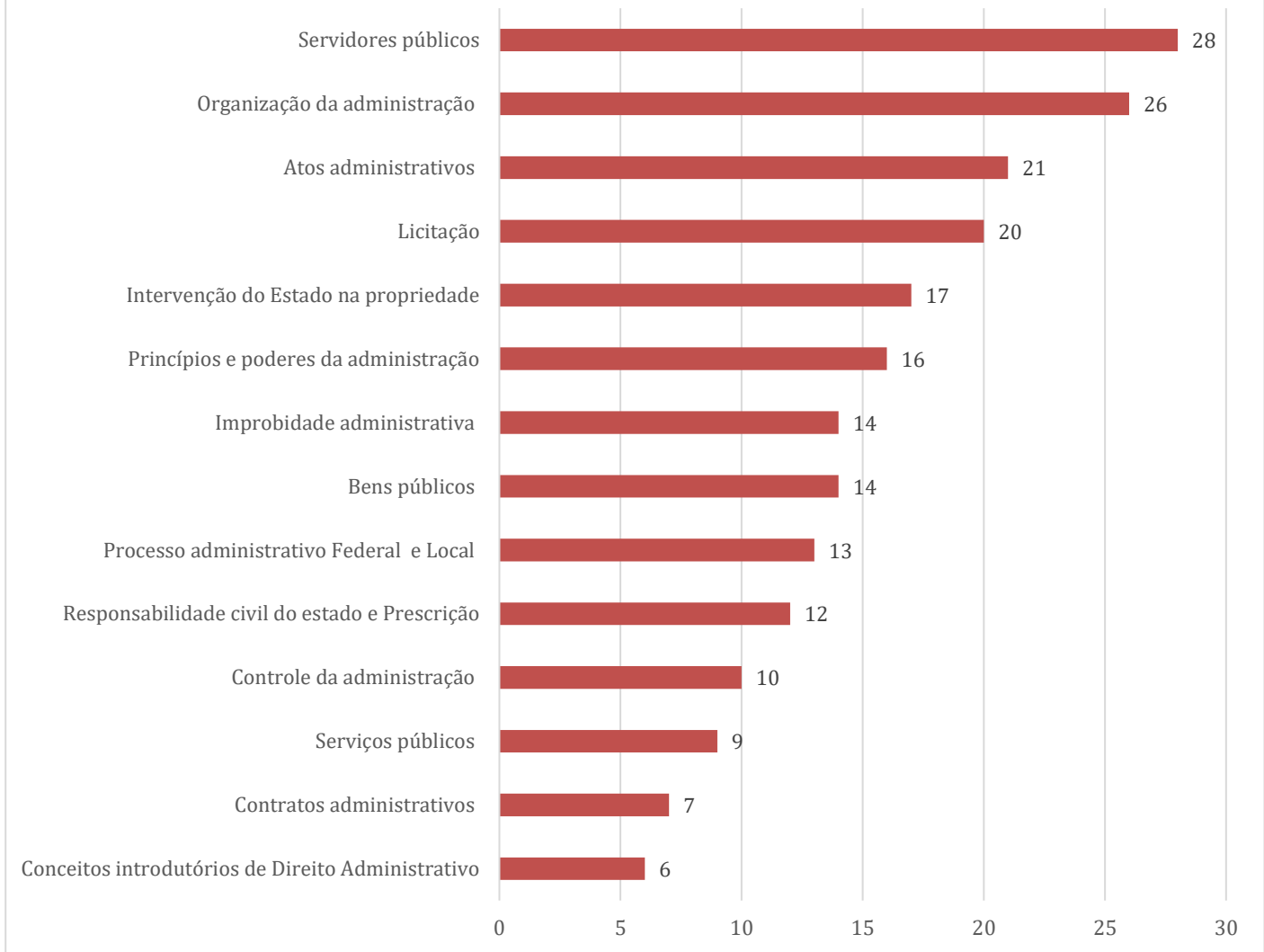
## 2-ANÁLISE GENÉRICA DOS CONCURSOS

Diante da análise das provas de concursos do CESPE (2014-2019) de concursos de advocacia pública, chegamos aos seguintes resultados quanto aos temas e à forma de cobrança:

Conceitos introdutórios de Direito Administrativo		<b>6</b>				<b>6</b>
Contratos administrativos	3	1		3		7
Princípios e poderes da administração	1	10	2	3		16
Processo administrativo Federal e Local	8			1	4	13
Serviços públicos	6	1		2		9
Controle da administração		1	6	3		10
Responsabilidade civil do estado e Prescrição	2	4	1	5		12
Organização da administração	16	7	2	1		26
Bens públicos	4	10				14
Improbidade administrativa	8			6		14
Intervenção do Estado na propriedade	5	3	4	5		17
Licitação	16			3	1	20
Atos administrativos	4	12		5		21
Servidores públicos	9	1	2	10	6	28
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>56</b>	<b>17</b>	<b>47</b>	<b>11</b>	<b>213</b>
<b>%</b>	<b>38,5%</b>	<b>26,3%</b>	<b>8,0%</b>	<b>22,1%</b>	<b>5,2%</b>	<b>100%</b>



### DIREITO ADMINISTRATIVO - CESPE 2014 - 2018



<b>PGM João Pessoa - 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - Decisão de nulidade	1					1
Organização da administração - OSCIP	1					1
Serviços públicos - concessão de serviços públicos				1		1
Controle da administração - Controle do TCU				1		1
Bens públicos - bens de uso especial	1					1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar				1		1
Improbidade administrativa - Dolo genérico				1		1
Princípios e Poderes da administração - Poder de polícia				1		1
Processo administrativo federal - Intimação	1					1
Licitação - Mão de obra do sistema prisional	1					1
Licitação - pregão	1					1
Contratos administrativos - manutenção	1					1
Organização da administração - Acordo de cooperação	1					1
Licitação - Sistema de registro de preços	1					1
Contratos administrativos - instrumentos contratuais	1					1

Intervenção do estado na propriedade - Espécies de intervenção.				1		1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>62,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>37,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM Manaus - 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Conceitos introdutórios de direito administrativo - Constitucionalização		1				1
Princípios e poderes da administração - Princípio da juridicidade		1				1
Conceitos introdutórios de direito administrativo - Processualização		1				1
Responsabilidade civil do Estado e prescrição - Excludente de ilicitude penal				1		1
Serviços públicos - Princípio da continuidade do serviço público				1		1
Serviços públicos - PPP	1					1
Organização da administração - consórcios públicos	1					1
Serviços públicos - Usuários do serviço público	1					1
Licitação - dispensa e inexigibilidade				1		1
Improbidade administrativa - Atos de improbidade				1		1

Improbidade administrativa - Prova emprestada				1		1
Processo administrativo federal e local - delegação de competência					1	1
Processo administrativo Federal e local - Motivação	1					1
Processo administrativo federal e local - Invalidez dos atos administrativos					1	1
Licitação - execução indireta	1					1
Contrato administrativo - nulidade				1		1
Licitações - RDC	1					1
Organização da administração - Termo de fomento	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>18</b>
<b>%</b>	<b>38,9%</b>	<b>16,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>33,3%</b>	<b>11,1%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE PE - 2018</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - atos inominados		1				1
Atos administrativos - atos complexos		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder de polícia				1		1
Organização da administração - descentralização por colaboração		1				1
Organização da administração - Agências reguladoras	1					1

Organização da administração - estatuto da empresa pública e sociedade de economia mista	1					1
Responsabilidade civil do Estado e prescrição - Detento sob custódia				1		1
Bens públicos - permissão de uso		2				2
Improbidade administrativa - Atos de improbidade	1					1
Processo administrativo federal e local - recursos	1					1
Processo administrativo e local - anulação					1	1
Licitação - RDC	1					1
Organização da administração - acordo de cooperação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>14</b>
<b>%</b>	<b>42,9%</b>	<b>35,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>14,3%</b>	<b>7,1%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM Fortaleza - 2017</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração - nepotismo				1		1
Conceitos introdutórios do direito administrativo - Relação jurídica Estado-Sociedade		1				1
Conceitos introdutórios de direito administrativo - Fontes		2				2

Conceitos introdutórios de direito administrativo - Regime jurídico administrativo		1				1
Atos administrativos - Silêncio administrativo		1				1
Atos administrativos - teoria dos motivos determinantes		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder regulamentar			1			1
Atos administrativos - anulação				1		1
Atos administrativos. - Desvio de poder		1				1
Organização da administração - agência reguladora		1				1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - Usuários e não usuários				1		1
Improbidade administrativa - atos de improbidade				1		1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - culpa concorrente		1				1
Serviços públicos - concessões	1					1
Ato administrativo - ato de autoridade delegada				1		1
Processo administrativo federal e local - formalismo moderado	1					1
Processo administrativo federal e local - admissibilidade de recurso				1		1
Bens públicos - concessão de uso		1				1
Bens públicos - autorização de bem público		1				1
Bens públicos - aquisição		1				1

# ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Profs. Igor Maciel e Paulo Sousa

Servidores públicos - teto remuneratório				1		1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar - independência das instâncias					1	1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar - Responsabilidade administrativa	1					1
Improbidade administrativa - sucessão	1					1
Improbidade administrativa - transação	1					1
Licitação - Leilão	1					1
Licitação - convite	1					1
Organização da administração - acordo de cooperação	1					1
Intervenção do Estado na propriedade - Imissão provisória	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>30</b>
<b>%</b>	<b>30,0%</b>	<b>40,0%</b>	<b>3,3%</b>	<b>23,3%</b>	<b>3,3%</b>	<b>100%</b>

PGM BH - 2017	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios e poderes da administração - princípio da publicidade		1				1
Atos administrativos - atos administrativos em espécie		1				1
Atos administrativos - convalidação	1					1
Princípios e Poderes da administração - poder regulamentar		1				1

Organização da administração - estatuto das EP e SEM	1					1
Servidores públicos - responsabilidade	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - detento sob custódia				1		1
Organização da administração - contrato de repasse	1					1
Atos administrativos - revisão		1				1
Bens públicos - bens dominicais	1					1
Servidores públicos - posse					1	1
Improbidade administrativa - sucessão	1					1
Processo administrativo federal e local - indeferimento das provas	1					1
Licitação - RDC	1					1
Intervenção do Estado na propriedade privada - tombamento			1			1
Intervenção do Estado na propriedade privada - expropriação ou confisco			1			1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,3%</b>	<b>100%</b>



<b>PGE SE - 2017</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Servidores públicos - agente público ilegalmente investido		1				1
Organização da administração - quarentena nas agências reguladoras		1				1
Servidores públicos - aposentadoria especial				1		1
Servidores públicos - criação e extinção de cargo público			1			1
Controle da administração - controle do TCU				1		1
Licitação - inexigibilidade	1					1
Intervenção do Estado na propriedade - tombamento				1		1
Intervenção do Estado na propriedade - Tredestinação lícita		1				1
Organização da administração - empresas públicas	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>%</b>	<b>22,2%</b>	<b>33,3%</b>	<b>11,1%</b>	<b>33,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE AM - 2016</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Responsabilidade civil do estado e prescrição - culpa exclusiva da vítima		1				1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - denúncia da lide	1					1

## ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Profs. Igor Maciel e Paulo Sousa

Responsabilidade civil do estado e prescrição - responsabilidade objetiva			1			1
Controle da administração - controle interno			2			2
Controle da administração - controle externo			2			2
Servidor público - nomeação	1					1
Improbidade administrativa - dolo genérico				1		1
Improbidade administrativa - medida cautelar				1		1
Processo administrativo federal e local - delegação de competência	1					1
Servidores públicos - Processo administrativo disciplinar - defesa técnica por advogado				1		1
Intervenção do estado na propriedade - limitações administrativas		1				1
Intervenção do estado na propriedade - tombamento	1					1
Intervenção do estado na propriedade - Desapropriação			2			2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
<b>%</b>	<b>25,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>43,8%</b>	<b>18,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>AGU - 2015</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração - deslegalização			1			1
Atos administrativos - motivação	1					1
Atos administrativos - atos administrativos em espécie		2				2
Controle da administração - controle dos atos administrativos pelo Congresso Nacional			1			1
Controle da administração - controle do TCU				1		1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - teoria do risco administrativo		1				1
Serviços públicos - classificação		1				1
Contratos administrativos - convênios				1		1
Serviços públicos - PPP	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - procurador que emite parecer				1		1
Bens públicos - aquisição		1				1
Bens públicos - afetação		1				1
Bens públicos - utilização dos bens públicos		1				1
Servidores públicos - direito de greve				2		2
Servidores públicos - responsabilidade				1		1
Improbidade administrativa - transação	1					1
Licitação - convite				1		1
Contratos administrativos - nulidade				1		1

## ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Profs. Igor Maciel e Paulo Sousa

Intervenção do Estado na propriedade- desapropriação				1		1
Licitação - registro de preço				1		1
Organização da administração - órgãos jurídicos	1					1
Organização da administração - secretaria geral de contencioso	1					1
Organização da administração - câmara de conciliação e arbitragem da Adm. Federal	1					1
Organização da administração - Atribuições do AGU	1					1
Servidores públicos - regime de previdência	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
<b>%</b>	<b>29,6%</b>	<b>25,9%</b>	<b>7,4%</b>	<b>37,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGM Salvador - 2015</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - Revogação		1				1
Bens públicos - repasse dos bens a terceiros		1				1
Servidores públicos - perda do cargo público	1					1
Servidores públicos - acumulação de cargo público	1					1
Servidores públicos - programa de qualidade e produtividade			1			1
Improbidade administrativa - sucessão	1					1

# ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Profs. Igor Maciel e Paulo Sousa

Processo administrativo federal e local - pareceres	1					1
Licitação - qualificação técnica	1					1
Contrato administrativo - anulação	1					1
Licitação - requisitos					1	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>%</b>	<b>60,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>100%</b>

<b>PGE BA - 2014</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Princípios e poderes da administração - princípio da eficiência		1				1
Princípios e poderes da administração - princípio da impessoalidade					1	1
Intervenção do estado na propriedade - desapropriação	1					1
Atos administrativos - ato de exoneração				1		1
Atos administrativos - ato enunciativo		1				1
Princípios e Poderes da administração - delegação		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder disciplinar		1				1
Princípios e Poderes da administração - poder de polícia	1					1
Princípios e Poderes da administração - desvio de poder		1				1

# ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Prof. Igor Maciel e Paulo Sousa

Organização da administração - EP e SEM			1			1
Organização da administração - autarquias			1			1
Responsabilidade civil do estado e Prescrição - ação de indenização por danos materiais contra o Estado	1					1
Responsabilidade civil do estado e prescrição - Teoria do risco administrativo		1				1
Bens públicos - concessão de uso		1				1
Servidores públicos - nomeação				1		1
Princípios e poderes da administração - princípio da verdade sabida		1				1
Servidor público - licenças					1	1
Processo administrativo federal e local - revisão	1					1
Processo administrativo federal e local - recursos					1	1
Licitação - dispensa	1					1
Licitação - RDC	1					1
Intervenção do estado na propriedade - Tredestinação lícita		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>22</b>
<b>%</b>	<b>27,3%</b>	<b>40,9%</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,1%</b>	<b>13,6%</b>	<b>100%</b>

PGE PI - 2014	LEI	DOCTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Serviços públicos - PPP	1					1
Atos administrativos - delegação de competência				1		1

# ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Profs. Igor Maciel e Paulo Sousa

Licitação - convite	1					1
Servidor público - cargo em comissão	1					1
Servidor público - acumulação de cargo					1	1
Servidor público - gratificações				1		1
Servidor público - adicional de insalubridade e periculosidade					1	1
Servidor público - aproveitamento	1					1
Servidor público - greve				1		1
Improbidade administrativa - Transação	1					1
Princípios e Poderes da administração - poder de polícia		1				1
Intervenção do estado na propriedade - desapropriação	1			2		3
Servidor público - conceito de agente público	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>15</b>
<b>%</b>	<b>46,7%</b>	<b>6,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>33,3%</b>	<b>13,3%</b>	<b>100%</b>

<b>AGU - 2013</b>	<b>LEI</b>	<b>DOCTRINA</b>	<b>CF</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>LEI LOCAL</b>	<b>Nº QUESTÕES</b>
Atos administrativos - anulação e revogação				1		1
Atos administrativos - ato anulatório		1				1
Organização da administração - SEM				1		1
Organização da administração - fundações públicas		1				1

## ESTUDO ESTRATÉGICO PARA ADVOCACIA PÚBLICA

Prof. Igor Maciel e Paulo Sousa

Organização da administração - autarquias		1				1
Organização da administração - agências reguladoras		1				1
Organização da administração - Convênio		1				1
Serviços públicos - PPP	1					1
Organização da administração - Consórcios públicos	1					1
Bens públicos - uso de bem público	1					1
Controle da administração. - recurso hierárquico impróprio		1				1
Controle da administração - controle do TCU			1			1
Bens públicos - permissão de uso	1					1
Servidores públicos - deveres do servidor	1					1
Improbidade administrativa - atos de improbidade	1					1
Atos administrativos - Delegação	1					1
Contratos administrativos - características		1				1
Licitação - RDC	1					1
Licitação - Registro de preços	1					1
Intervenção do estado na propriedade - desapropriação	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>20</b>
<b>%</b>	<b>50,0%</b>	<b>35,0%</b>	<b>5,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>



### 3- DIREITO ADMINISTRATIVO

#### CESPE (PGM JOÃO PESSOA) 2018

##### 1. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Em resposta a consulta sobre a validade de determinado ato administrativo, o procurador municipal responsável recomendou a nulidade do ato.

A respeito dessa situação, assinale a opção correta.

**a) Na recomendação, devem estar indicadas, de modo expresso, as consequências jurídicas e administrativas da decretação do ato de invalidação.**

b) Apesar de ter recomendado a nulidade do ato, a procuradoria poderá postular em juízo autorização para celebração de compromisso, a fim de excluir a responsabilidade pessoal do agente público por eventual vício no ato, salvo se este tiver sido praticado com enriquecimento ilícito ou crime.

c) A procuradoria deverá encaminhar o processo para apuração de responsabilidade do gestor que tenha dado causa à nulidade, se este tiver agido com dolo, mas não com culpa.

d) A procuradoria, caso verifique que não existem evidências de dano ao erário, deverá recomendar que o vício seja sanado por meio da convalidação.

e) Apesar de ter recomendado a nulidade do ato, a procuradoria poderá indicar ao gestor municipal a celebração de compromisso de ajustamento com eventuais interessados atingidos pela nulidade, observada a legislação aplicável, devendo haver prévia oitiva do órgão fazendário se o ato envolver transação quanto a sanções e créditos tributários já constituídos.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Decisão de nulidade.**

*LINDB: Art. 21. A **decisão que**, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, **decretar a invalidação de ato**, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas **consequências jurídicas e administrativas**.*

##### 2. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Acerca de organização administrativa, órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, assinale a opção correta.

a) Na desconcentração, órgão integrante da estrutura de determinada autarquia exerce atividades administrativas sem controle hierárquico.

b) Situação hipotética: Determinado estado da Federação, para aprovação pelo Poder Legislativo, encaminhou projeto de lei que regulamenta instituição de autarquia e alterações orçamentárias e administrativas de determinada secretaria. Assertiva: Nessa situação, esse projeto de lei, apesar de multitemático, deverá ser aprovado à luz do princípio da reserva legal.

c) Agências reguladoras são instituídas para disciplinar e fiscalizar a prestação de serviços públicos e, apesar de deterem poder normativo, não dispõem de legitimidade para impor sanções.

**d) Fundação vinculada a partido político e voltada para fomento ao desenvolvimento econômico e social não poderá ser classificada como organização da sociedade civil de interesse público.**

e) Os serviços sociais autônomos são criados mediante autorização legislativa, têm como destinação a prestação de serviços públicos sem fins lucrativos e são executados por pessoas jurídicas de direito privado.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. OSCIP.**

*LEI No 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.*

*Art. 2º o **Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:*

*IV - as **organizações partidárias** e assemelhadas, **inclusive suas fundações**;*

### 3. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Com relação a princípios da administração pública, regime jurídico-administrativo e serviços públicos, assinale a opção correta.

a) A vedação ao nepotismo é regra que alcança os cargos de provimento efetivo, em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento.

b) Independe de contrapartida do beneficiário, em bens ou serviços, a concessão de patrocínio a evento cultural privado.

c) Serviços públicos *uti universi* são gerais, caracterizados por sua indivisibilidade, remunerados pela cobrança de taxa e oferecidos após a celebração de contrato de concessão.

**d) Segundo o STF, é inconstitucional lei estadual que autorize a suspensão temporária do pagamento das tarifas de energia a determinada sociedade de economia mista fornecedora do serviço mediante concessão da União.**

e) A prestação de serviço público pode ser delegada a particulares mediante contrato de concessão ou ato administrativo de permissão, incidindo as regras de direito público exclusivamente sobre as concessões.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Serviços públicos. Concessão de serviços públicos.](#)

Concessão de serviços públicos. Invasão, pelo Estado-membro, da esfera de competência da União e dos Municípios. (...) **Os Estados-membros – que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias – também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica – CF, art. 21, XII, b)** e pelo Município (fornecimento de água – CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo. [ADI 2.337 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 20-2-2002, P, DJ de 21-6-2002.] = ADI 2.340, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 6-3-2013, P, DJE de 10-5-2013

#### 4. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

A respeito de atos administrativos, controle da administração pública, e improbidade administrativa, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

a) Para o STJ, nos processos relativos a improbidade administrativa, a demonstração de indícios razoáveis da autoria e da prática de atos ímprobos não basta para que se determine o recebimento da petição inicial, em obediência ao princípio do in dubio pro reo.

b) A revogação de ato administrativo é fundada em razões de interesse público — conveniência e oportunidade —, podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário no exercício de sua função típica.

**c) Para o STF, é inconstitucional lei estadual que imponha a análise de validade prévia de contratos administrativos pela corte de contas local.**

d) Situação hipotética: Particulares foram beneficiários de transferências bancárias de um município sem comprovar a prestação de serviços à prefeitura. Assertiva: Nessa situação, para o STJ, em eventual ação de improbidade administrativa na qual o

município figure como autor, e os particulares, como réus, o processo poderá ser extinto, se firmado um acordo compensatório.

e) O Tribunal de Contas da União tem competência para realizar o controle dos Poderes Legislativo e Executivo, quanto à utilização de recursos públicos, mas não do Poder Judiciário, cujo órgão de controle é o Conselho Nacional de Justiça.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

O art. 71 da Constituição **não insere na competência do TCU a aptidão para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.** Atividade que se insere no acervo de competência da função executiva. É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.[ADI 916, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 2-2-2009, P, DJE de 6-3-2009.]

#### 5. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Prédio sede de prefeitura, creches municipais e postos de saúde são bens

- a) de uso especial, pois são destinados a uma finalidade pública específica.
- b) dominicais e dependem de autorização específica para o seu uso.
- c) públicos destinados à prestação de serviços ou à realização de atividade econômica.
- d) de uso comum do povo e destinados ao uso livre e gratuito da população.
- e) insuscetíveis de alienação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Bens públicos. Bens de uso especial.](#)

Art. 99. São bens públicos:

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos **destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;**

#### 6. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

- a) Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.
- b) Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.
- c) Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.
- d) Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.
- e) Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Falta de defesa técnica por advogado.](#)

#### **Súmula Vinculante 5**

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

### 7. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Acerca de comportamentos vedados pela Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens quando legalmente exigida pela administração será punido com suspensão.
- b) O gestor público será punido se cometer ato de improbidade com o elemento subjetivo da desonestidade, mas não por mera inabilidade ou culpa.
- c) O ato do agente público que acarrete concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário caracterizará improbidade administrativa se houver sido praticado com dolo, ainda que genérico.**
- d) A representação por ato de improbidade contra agente público constitui crime na hipótese de o autor da denúncia supor que o denunciado seja inocente.
- e) O responsável por ato de improbidade que conceda ou aplique indevidamente benefício financeiro ou tributário estará sujeito a sanções que devem ser aplicadas necessariamente de maneira cumulativa.

## Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Dolo genérico.](#)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. INOCORRÊNCIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 11 DA LEI 8.429/92. CARACTERIZAÇÃO. DOLO GENÉRICO.

[..]

2. Para a caracterização dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 11 da Lei 8.429/92, **é necessário que o agente ímprobo tenha agido ao menos com dolo genérico**, prescindindo a análise de qualquer elemento específico para sua tipificação.

3. Afirmado o dolo genérico pelo aresto impugnado, na medida em que o mandatário do município deixou consciente e livremente de cumprir as disposições legais, mantém-se a condenação por ato de improbidade administrativa.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 307.583/RN, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 28/06/2013)

### 8. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Acerca do processo administrativo, dos poderes-deveres da administração e do abuso de poder, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 9.784/1999, na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A Lei n.º 9.784/1999 trata de normas gerais do processo administrativo aplicáveis ao Poder Executivo federal, não vinculando estados, municípios e Poderes Legislativo e Judiciário quando do exercício de função administrativa.

b) Autoridade competente para apreciar recursos administrativos poderá, em seu período de férias, delegar essa atribuição ao órgão colegiado hierarquicamente superior, em atenção aos princípios da eficiência e da impessoalidade.

c) Autoridade competente agirá com excesso de poder caso pratique ato administrativo com finalidade diversa do interesse público.

d) O poder disciplinar, exercido quando um servidor comete falta funcional, é discricionário não só quanto à obrigatoriedade de punição, mas também quanto à seleção e à aplicação da sanção.

e) Para o STJ, é possível a delegação de atos de fiscalização de sociedade de economia mista, mas não a delegação de atos de imposição de sanções a essas entidades.

## Comentários

Esta questão é respondida com A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.

ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. TRÂNSITO. SANÇÃO PECUNIÁRIA APLICADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMPOSSIBILIDADE.

2. No que tange ao mérito, convém assinalar que, em sentido amplo, poder de polícia pode ser conceituado como o dever estatal de limitar-se o exercício da propriedade e da liberdade em favor do interesse público. A controvérsia em debate é a possibilidade de exercício do poder de polícia por particulares (no caso, aplicação de multas de trânsito por sociedade de economia mista).

3. As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia podem ser sumariamente divididas em quatro grupo, a saber: (i) legislação, (ii) consentimento, (iii) fiscalização e (iv) sanção.

4. No âmbito da limitação do exercício da propriedade e da liberdade no trânsito, esses grupos ficam bem definidos: o CTB estabelece normas genéricas e abstratas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (legislação); a emissão da carteira corporifica a vontade o Poder Público (consentimento); a Administração instala equipamentos eletrônicos para verificar se há respeito à velocidade estabelecida em lei (fiscalização); e também a Administração sanciona aquele que não guarda observância ao CTB (sanção).

5. **Somente o atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público.**

6. No que tange aos atos de sanção, o bom desenvolvimento por particulares estaria, inclusive, comprometido pela busca do lucro - aplicação de multas para aumentar a arrecadação.

7. Recurso especial provido.

(REsp 817.534/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 10/12/2009).

## 9. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

A administração pública instaurou processo administrativo contra determinado cidadão, para apurar suposta irregularidade no uso de área pública verificada por fiscal. No referido processo, será necessário expedir intimações para o administrado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, com base apenas nas disposições da Lei n.º 9.784/1999.

a) A intimação deverá ser feita com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de comparecimento.

b) Em caso de desatendimento da intimação, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela administração.

- c) A Lei determina expressamente que as intimações deverão ser realizadas por meio eletrônico, salvo absoluta impossibilidade.
- d) A grafia dos nomes das partes não deve conter abreviaturas, sob pena de nulidade do ato intimatório.
- e) **Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem, para o administrado, em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal. Intimação.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.*

#### 10. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Determinada autarquia federal publicou edital de licitação para contratação de serviços de limpeza nas instalações da sua sede. No referido edital, consta a exigência de que a licitante vencedora contrate um percentual mínimo de mão de obra egressa do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização.

Nesse caso, a exigência constante do certame é

- a) **legal, devendo ser observada a forma estabelecida em regulamento.**
- b) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- c) legal, mas contrária ao princípio da vantajosidade da contratação do serviço.
- d) ilegal, por restringir o caráter competitivo da licitação.
- e) legal, independentemente da sua previsão em regulamento.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Mão de obra oriunda do sistema prisional.](#)

*Lei 8.666, Art. 40, § 5º :*

*A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.500, de 2017)*

#### 11. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018



Foi encaminhado para análise de determinada procuradoria municipal um edital de pregão que visa à contratação de empresa especializada na manutenção de veículos do município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 10.520/2002.

- a) O objeto da contratação não permite a utilização da modalidade licitatória pregão, uma vez que essa modalidade não se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns.
- b) A modalidade licitatória pregão poderá ser utilizada, sendo as propostas dos licitantes válidas por noventa dias para o caso de necessidade de convocação de outro licitante por recusa de assinatura contratual do vencedor.
- c) No pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, a qual deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo e pertencentes ao quadro permanente do órgão.
- d) No pregão, são permitidos a exigência de garantia da proposta e o pagamento de taxas e emolumentos, para se resguardar o resultado útil do processo licitatório.
- e) **Declarado o resultado do pregão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, importando a não manifestação na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A LETRA DA LEI. Licitação. Pregão.\*\*](#)

*LEI No 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.*

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XVIII - **declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

*XX - a **falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação** pelo pregoeiro ao vencedor;*

### 12. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

No curso de um contrato administrativo decorrente de regular procedimento licitatório, houve o desenquadramento da sociedade contratada como microempresa, por esta auferir receita bruta superior ao limite legal estabelecido para empresas dessa natureza.

Nessa situação hipotética, o contrato administrativo deverá

- a) ser revisto, depois de notificada a contratada.
- b) ser alterado quanto à forma de pagamento.
- c) continuar vigente na forma como pactuado.**
- d) seguir com plenos efeitos, desde que seja provada a imprescindibilidade da sua manutenção.
- e) ser rescindido por superveniente quebra da isonomia entre os sujeitos que concorreram no processo licitatório.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Manutenção após enquadramento como microempresa.**

*LC 123/2006: art. 3º, § 3º: O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento **não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.***

### 13. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Uma entidade privada sem fins lucrativos sediada em determinado município propôs a esse município uma parceria, sem transferência de recursos financeiros, destinada a conscientizar os cidadãos sobre a importância de inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho local. O gestor público responsável demonstrou interesse na consolidação de parceria entre o município e a entidade, e consultou a procuradoria do município acerca do instrumento jurídico para formalizar o ato.

Nessa situação hipotética, o instrumento jurídico correto a ser adotado, conforme a Lei n.º 13.019/2014, é o

- a) termo de colaboração.
- b) termo de fomento.
- c) acordo de cooperação.**
- d) convênio.
- e) termo de execução descentralizada.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Acordo de cooperação.**

*Lei 13.019/2014*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a*

*transferência de recursos financeiros; (Inciso acrescido pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015)*

#### 14. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

O sistema de registro de preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços referentes a prestação de serviços e aquisição de bens, com o objetivo de viabilizar futuras contratações pela administração pública.

Acerca desse tema, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto n.º 7.892/2013.

- a) O SRP configura uma modalidade especial e autônoma de licitação prevista em norma específica.
- b) Para a realização do procedimento de registro de preços, é indispensável à administração indicar no processo a dotação orçamentária, sob pena de nulidade do ato.
- c) As compras públicas, sempre que possível, serão processadas por meio de SRP.**
- d) A órgãos e entidades da administração pública federal é excepcionalmente permitida a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual, desde que devidamente justificada a vantagem.
- e) O prazo máximo de validade da ata de registro de preços será de sessenta meses, já incluídas nesse prazo eventuais prorrogações legalmente autorizadas.

#### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Sistema de registro de preços.**

*Lei 8.666/93, art. 15 - As compras, sempre que possível, deverão:*  
*II - ser processadas através de **sistema de registro de preços**;*

#### 15. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

Um gestor público consultou a procuradoria municipal acerca da formalização, alteração e execução de contratos administrativos em que o município é parte.

Com fundamento na Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que o município poderá

- a) firmar instrumento contratual nos casos de concorrência e de tomada de preços.
- b) dispensar a assinatura de termos de contrato que se enquadrem nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, ainda que apresentem preços compreendidos nos limites legais de tomada de preços, facultada sua substituição por instrumentos congêneres.
- c) firmar instrumentos de contrato nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, salvo se o valor se enquadrar na modalidade de tomada de preços ou concorrência.

- d) alterar unilateralmente os contratos, de forma justificada, quando recomendada tecnicamente a substituição de garantia de execução pelo fiscal do contrato.
- e) indicar um representante especialmente designado para fiscalizar os contratos, vedando a contratação de terceiros para subsidiá-lo com informações inerentes a essa atribuição.

## Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contratos administrativos. Instrumentos contratuais.**

A questão foi anulada pela redação da questão, na parte “poderá”, uma vez que a Letra A estaria correta mas a redação deveria ter sido no final “deverá”.

### Justificativa da anulação:

Deferido c/anulação -

A redação da questão prejudicou a análise das alternativas.

*Art. 62. **O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços**, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. **LETRA A. correto.***

*Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, **bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação**, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. **LETRA B. Falso.***

*Art. 62.*

*§ 4o **É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos**, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica. **LETRA C. Falso.***

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*II - por **acordo das partes**:*

*a) **quando conveniente a substituição da garantia de execução; LETRA D. Falso.***

*Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, **permitida a contratação de***

terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. LETRA E. Falso.

#### 16. CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o STJ, urgência em imissão provisória de posse não justifica o deferimento da referida imissão sem a avaliação prévia ou a indenização integral.
- b) Para o STF, é constitucional lei estadual que permita à administração pública utilizar, em determinados serviços, veículos particulares apreendidos, criando-se uma hipótese similar à requisição administrativa
- c) Para o STF, no processo administrativo de tombamento, deve-se observar o rito procedimental previsto na lei de processo administrativo federal, que impõe a realização prévia de audiências e consultas públicas.
- d) Para o STJ, na hipótese de imóvel improdutivo ser objeto de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, serão devidos juros compensatórios ao expropriado pela imissão provisória e antecipada na posse do bem.
- e) Para o STF, restrição ao direito de construir advinda de limitação administrativa resulta, para o proprietário, direito a indenização, ainda que a restrição seja preexistente à aquisição da propriedade e seja de conhecimento do proprietário.

#### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Espécies de intervenção.](#)

**Justificativa de anulação do CESPE:** Houve recente alteração de entendimento do STF acerca do conteúdo abordado na questão.

#### CESPE (PGM MANAUS) 2018

#### 17. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Conceitos introdutórios de Direito administrativo. Constitucionalização.**

*1. Constitucionalização do Direito Administrativo, entendida em dois sentidos: (a) elevação, ao nível constitucional, de matérias antes tratadas por legislação infraconstitucional; (b) irradiação dos efeitos das normas constitucionais por todo o sistema jurídico (cf. Virgílio Afonso da Silva, 2007:48-49).*

*No primeiro sentido, a constitucionalização teve início já com a Constituição de 1934, fortaleceu-se consideravelmente com a Constituição de 1988 e foi reforçada por meio de suas Emendas.*

*O segundo sentido de constitucionalização do Direito Administrativo produziu reflexos intensos sobre o princípio da legalidade (que resultou consideravelmente ampliado) e a discricionariedade (que resultou consideravelmente reduzida). A constitucionalização de princípios e valores passou a orientar a atuação dos três Poderes do Estado. (Maria Sílvia Zanella Di Pietro, 2018).*

#### 18. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da juridicidade.**

***Princípio da juridicidade** é que, ao contrário do que parece, a Administração perde liberdade de ação. Na legalidade clássica, a Administração estava vinculada unicamente aos ditames da lei. Com a juridicidade, além da submissão à lei, deve a Administração observar os princípios constitucionais e os regulamentos que ela mesma produz, aumentando a possibilidade de revisão judicial de seus atos. (Gustavo Scatolino e João Trindade, 2016)*

#### 19. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

A processualização do direito administrativo, a participação do cidadão na gestão pública e o princípio da transparência são elementos que contribuem para a democratização da administração pública.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios de Direito administrativo. Processualização.](#)

*Além da ideia de participação, também contribuem para a democratização da Administração Pública: (a) a processualização do Direito Administrativo, com a exigência do devido processo legal (art. 5º, LIV e LV, da Constituição) e a promulgação da Lei de Processo Administrativo federal (Lei nº 9.784, de 29-1-99), seguida de leis semelhantes em vários Estados e Municípios; (b) o princípio da transparência, no qual se inserem o princípio da publicidade, o direito à informação, a exigência de motivação. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

## 20. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

A respeito do entendimento do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

A existência de causa excludente de ilicitude penal não impede a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Excludente de ilicitude penal.](#)

**Jurisprudência em Teses, do STJ – Edição nº 61:** “A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.”

## 21. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços. De acordo com o STJ, o princípio da continuidade do serviço público autoriza que o poder público promova a retomada imediata da prestação do serviço no caso de extinção de contrato de concessão por decurso do prazo de vigência ou por declaração de nulidade, desde que tal poder realize previamente o pagamento de indenizações devidas.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Serviços públicos. Princípio da continuidade do serviço público.](#)

**Jurisprudência em Teses do STJ nº 97:**

6) Extinto o contrato de concessão por decurso do prazo de vigência, cabe ao Poder Público a retomada imediata da prestação do serviço até a realização de nova licitação, independentemente de prévia indenização, assegurando a observância do princípio da continuidade do serviço público.

## 22. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão patrocinada.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.**

*Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*

*§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*

*§ 2º **Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a **Administração Pública seja a usuária direta ou indireta**, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

## 23. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

A União poderá celebrar convênio com consórcio público constituído por municípios para viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas na área da educação fundamental.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da Administração. Consórcios públicos.**

*Lei 11.107/2005 - Art. 14. A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo **de viabilizar a descentralização** e a **prestação de políticas públicas em escalas adequadas.***



#### 24. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

São exigências para apresentar manifestações à ouvidoria de órgãos públicos a utilização de meio eletrônico e a indicação dos motivos determinantes.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.](#)

*Lei 13.460/2017*

*Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente.*

*§ 1o A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.*

*§ 2o São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.*

*§ 3o Caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou entidade a que se subordinem ou se vinculem.*

**§ 4o A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.**

*§ 5o No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no § 4o, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a administração pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.*

*§ 6o Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no caput, facultada ao usuário sua utilização.*

*§ 7o A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.*

#### 25. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, gera dano ao erário na modalidade in re ipsa, pois o poder público perde a oportunidade de contratar a melhor proposta.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Dispensa e inexigibilidade de licitação.](#)

**Jurisprudência em Teses do STJ – Edição nº. 97:**

8) A contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, gera lesão ao erário (dano in re ipsa), na medida em que o Poder Público perde a oportunidade de contratar melhor proposta.

**26. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018**

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

O ato de improbidade administrativa violador do princípio da moralidade não requer a demonstração específica de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, exigindo-se apenas a demonstração do dolo genérico.

**Comentários**

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

“A configuração do ato de improbidade por ofensa a princípio da administração depende da demonstração do chamado dolo genérico ou lato sensu (STJ. 2ª Turma. REsp 1383649/SE, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/09/2013).

**27. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018**

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Não é permitida a utilização de prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa.

**Comentários**

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Prova emprestada.](#)

**Súmula 591 do STJ:** É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

## 28. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

Considerando o que dispõe a lei municipal em apreço sobre a competência legal, as atribuições recebidas por delegação podem ser objeto de subdelegação, independentemente de autorização expressa.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo Federal e Local. Delegação de competência.**

*Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus*

*Art. 13 Não podem ser objeto de delegação, entre outras hipóteses decorrentes de normas específicas:*

*III - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;*

## 29. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

A indicação das circunstâncias fáticas supre a exigência de motivação do ato administrativo que decidir recurso administrativo.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Motivação.**

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

*VII - **indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;***

*Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*

*I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

*II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;*

*III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;*

*IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;*

***V - decidam recursos administrativos;***

*VI - decorram de reexame de ofício;*

*VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;*

*VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.*

*§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.*

### 30. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

De acordo com a lei municipal em questão, a falta de correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato administrativo discricionário, tendo em vista a sua finalidade, implicará a invalidade desse ato.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Invalidade dos atos administrativos.**

*Lei Municipal n.º 1.997/2015*

*Art. 53 - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração Pública, especialmente nos casos de:*

*Parágrafo Único - Nos atos discricionários, também haverá invalidade quando faltar correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato, tendo em vista a sua finalidade.*

### 31. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

No regime de execução indireta por empreitada por preço global, o poder público contrata terceiros para a execução de obra por preço certo e total.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Execução indireta.**

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) **empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;**

### 32. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

Para o STJ, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços comprovadamente prestados, ainda que o contrato administrativo celebrado seja nulo por ausência de licitação ou que o contratado tenha concorrido para a nulidade contratual.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Contrato administrativo. Nulidade.**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO SEM PRÉVIA LICITAÇÃO. EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSTATADA PELO TRIBUNAL A QUO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Segundo jurisprudência pacífica desta Corte, **ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.** 2. Não há como alterar as conclusões obtidas pelo Tribunal de origem que, com base nas provas dos autos, entendeu ter havido a efetiva prestação do serviço por parte da autora. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Não sendo o caso de valor exorbitante, ante o arbitramento dos honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, não cabe a esta Corte modificar o decisório sem incursionar no substrato fático-probatório dos autos. Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não-provido. AgRg no Ag 1056922 RS 2008/0118334-6. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. Julgamento: 10 de Fevereiro de 2009.

### 33. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O regime diferenciado de contratação pública poderá ser adotado caso o poder público pretenda locar imóvel no qual o locador tenha realizado prévia reforma substancial do bem especificado pela administração.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.](#)

*Lei 12.462/2011: Art. 47-A. A administração pública poderá firmar contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela administração. (Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015).*

### 34. CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

O termo de fomento é o instrumento jurídico adequado para concretizar parceria proposta pela administração pública com organização da sociedade civil para o alcance de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Termo de fomento.](#)

Termo de fomento são propostas pelas organizações da sociedade civil, já o termo de colaboração é aquele proposto pela administração pública, portanto, errada a questão.

*LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.*

*Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VII - **termo de colaboração**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

*VIII - **termo de fomento**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e **recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil**, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

## CESPE (PGE PE) 2018

### 35. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) **O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.**
- b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.
- d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.
- e) Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos inominados.](#)

Uma das características dos atos, segundo a Doutrina, é a tipicidade, onde o ato deverá estar previamente definido pela lei, no mesmo sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018), diz que:

*Tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados. Para cada finalidade que a Administração pretende alcançar existe um ato definido em lei.*

### 36. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

À luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a opção correta acerca de atos administrativos.

- a) Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- b) **A nomeação dos ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato administrativo complexo.**
- c) Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.

- d) Por serem os ocupantes de cargo em comissão demissíveis ad nutum, é sempre inviável a anulação do ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão com fundamento na teoria dos motivos determinantes.
- e) Independentemente de novo posicionamento judicial, havendo modificação da situação de fato ou de direito, a administração poderá suprimir vantagem funcional incorporada em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos complexos.](#)

**Atos complexos** são aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia, ou conteúdo próprio, em cada uma das manifestações. Exemplo: **a investidura do Ministro do STF se inicia pela escolha do Presidente da República**; passa, após, pela aferição do Senado Federal; e culmina com a nomeação (art. 101, parágrafo único, CF). (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)

#### 37. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.
- b) O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.**
- c) A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.
- d) A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.
- e) Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.](#)

**Súmula 434 do STJ:** O pagamento da multa por infração de trânsito não inibe a discussão judicial do débito

#### 38. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assinale a opção correta acerca da organização administrativa.



- a) Ocorre descentralização por serviços quando o poder público contrata empresa privada para desempenhar atividade acessória à atividade finalística da administração.
- b) A autorização, a permissão e a concessão de serviços públicos a empresas privadas caracterizam desconcentração administrativa.
- c) O ente titular do serviço público pode interferir na execução do serviço público transferido a outra pessoa jurídica no caso descentralização por serviços.
- d) A descentralização por colaboração resulta na transferência da titularidade e da execução do serviço público para empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- e) No caso de descentralização por colaboração, a alteração das condições de execução do serviço público independe de previsão legal específica.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Descentralização por colaboração.](#)

*Descentralização por colaboração é a que se verifica quando, **por meio de contrato ou ato administrativo unilateral**, se transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

### 39. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- a) A autonomia técnica das agências reguladoras é compatível com a criação de instâncias administrativas revisoras de seus atos.
- b) Embora as agências reguladoras disponham de poder normativo técnico, as normas que resultam do seu poder regulamentar não introduzem direito novo no ordenamento.
- c) Desde que apresentem plano de reestruturação e celebrem contrato de gestão com o órgão supervisor, as associações civis podem ser qualificadas como agências executivas.
- d) Embora a estabilidade seja a regra para o mandato dos dirigentes das agências reguladoras, a lei instituidora da agência pode estabelecer condições distintas para a perda de cargo de seus dirigentes.**
- e) De acordo com o STF, é viável condicionar a demissão de conselheiro de agência reguladora estadual durante o mandato a decisão exclusiva da assembleia legislativa local.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração Agências Reguladoras.**

*Lei 9.986/2000, Art. 9º - Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.*

*Parágrafo único. **A lei de criação da Agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.***

#### 40. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

a) Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.

b) A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.

c) Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.

**d) É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.**

e) Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Estatuto da empresa pública e sociedade de economia mista.**

*LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.*

*Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:*

*XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.*

#### 41. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Segundo o entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento sob sua custódia é

a) objetiva, com base na teoria do risco integral, sem a possibilidade de aplicação de causas excludentes de responsabilidade.

- b) subjetiva, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.
- c) objetiva, com base na teoria do risco administrativo, mas apenas em relação às condutas estatais comissivas.
- d) subjetiva, com base na teoria da falta do serviço, no caso de omissão estatal.
- e) objetiva, com base na teoria do risco administrativo, em caso de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Detento sob custódia.](#)

EMENTA: Recurso extraordinário. 2. Morte de detento por colegas de carceragem. Indenização por danos morais e materiais. 3. Detento sob a custódia do Estado. Responsabilidade objetiva. 4. Teoria do Risco Administrativo. Configuração do nexos de causalidade em função do dever constitucional de guarda (art. 5º, XLX). Responsabilidade de reparar o dano que prevalece ainda que demonstrada a ausência de culpa dos agentes públicos. 5. Recurso extraordinário a que se nega provimento

(RE 272839, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 08-04-2005 PP-00038 EMENT VOL-02186-03 PP-00417 RTJ VOL-00194-01 PP-00337 LEXSTF v. 27, n. 317, 2005, p. 236-257 RT v. 94, n. 837, 2005, 129-138)

#### 42. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado

- a) permissão de uso de bem público.**
- b) autorização de uso de bem público.
- c) concessão de direito real de uso de bem público.
- d) concessão de uso de bem público.
- e) cessão de uso de bem público.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Permissão de uso.](#)

*Permissão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.*

*Trata-se de ato unilateral, discricionário e precário. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 43. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.
- c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.
- e) **deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [\*\*A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.\*\*](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:*

*VI - **deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;***

### 44. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Considerando a doutrina, a jurisprudência e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca do processo administrativo.

- a) Ao administrado não é permitido alegar em instância superior fato ou prova não trazida na fase inicial do processo administrativo.
- b) No processo administrativo, configura vício insanável a prática de ato administrativo por agente público sob suspeição ou impedimento.
- c) Admite-se a tutela cautelar no processo administrativo, desde que haja a prévia manifestação do interessado no sentido de sua necessidade.
- d) É de dez anos o prazo decadencial para se rever ato administrativo praticado antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.

e) Órgão competente para o julgamento de recursos no processo administrativo poderá agravar a situação do recorrente, desde que lhe seja garantida a oportunidade para a apresentação de alegações.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo administrativo Federal e local. Recursos.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*

*Parágrafo único. **Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.***

#### 45. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Dado o poder de autotutela, compete à administração pública anular seus próprios atos, quando eles estiverem eivados de vício de legalidade. De acordo com a Lei de Processo Administrativo do Estado de Pernambuco, o prazo para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários e efeitos danosos ao estado deve ser contado da data em que tais atos forem praticados e decai em

- a) cinco anos, salvo comprovada má-fé.
- b) três anos, em todos os casos.
- c) dez anos, salvo comprovada má-fé.**
- d) vinte anos, salvo comprovada má-fé.
- e) quinze anos, em todos os casos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Anulação.](#)

*LEI Nº 11.781, DE 6 DE JUNHO DE 2000.*

*Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários e danosos para o Estado **decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé,** e observada a legislação civil brasileira quanto à prescrição de dívida para o erário. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei nº 12.376, de 2 de junho de 2003.)*

#### 46. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

I No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.

II A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.

III Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.

IV É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) **Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Permissão de uso.**

*Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*

*XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; **ITEM I.***

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; **ITEM IV.***

#### 47. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Um estado da Federação, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público de saúde, resolveu construir novos hospitais, de modo a aumentar a infraestrutura física da rede estadual do SUS.

Nessa situação hipotética, as empresas responsáveis pelas obras poderão ser selecionadas, independentemente do valor, por meio de

- a) licitação na modalidade convite.
- b) dispensa de licitação, desde que haja grave risco à saúde pública.

- c) licitação na modalidade concorrência.
- d) licitação na modalidade tomada de preços.
- e) licitação no regime diferenciado de contratação.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.](#)

A questão foi anulada pela banca, uma vez que o RDC é aplicável de maneira opcional, podendo também ser utilizada a modalidade concorrência, existindo duas respostas corretas, portanto, procedente a anulação.

Vejamos o artigo 1º, da Lei 12.462/2011, na qual traz a palavra “aplicável” que revela uma discricionariedade da administração pública.

*Lei 12.462/2011 - Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), **aplicável** exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*

*V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.*

#### 48. CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Considerando que a administração pública pretenda celebrar uma parceria, sem a transferência de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil para a execução de finalidade de interesse público e recíproco na área de educação, assinale a opção que, de acordo com o marco regulatório das organizações da sociedade civil, corresponde ao instrumento adequado a esse caso.

- a) convênio
- b) termo de fomento
- c) termo de colaboração
- d) acordo de cooperação**
- e) protocolo de intenções

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Acordo de cooperação.](#)

*LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.*

*Art. 2o Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)*

## CESPE (PGM FORTALEZA) 2017

### 49. CESPE-Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

Considerando os princípios constitucionais explícitos da administração pública, o STF estendeu a vedação da prática do nepotismo às sociedades de economia mista, embora elas sejam pessoas jurídicas de direito privado.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e poderes da administração. Nepotismo.](#)

**Súmula Vinculante 13** - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

### 50. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

A regulação das relações jurídicas entre agentes públicos, entidades e órgãos estatais cabe ao direito administrativo, ao passo que a regulação das relações entre Estado e sociedade compete aos ramos do direito privado, que regulam, por exemplo, as ações judiciais de responsabilização civil do Estado.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Relações jurídicas entre o Estado e a sociedade.](#)

A regulação das relações entre Estado-Sociedade é regida pelo Direito Administrativo (Público), regulando inclusive as ações de responsabilização civil do Estado.

### 51. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.



Conforme a doutrina, diferentemente do que ocorre no âmbito do direito privado, os costumes não constituem fonte do direito administrativo, visto que a administração pública deve obediência estrita ao princípio da legalidade.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Fontes.](#)

Mesmo que a Administração pública se guie pelo princípio da estrita legalidade, a doutrina entende que os costumes, desde que não sejam contra legem, poderão ser usados como fonte no direito administrativo.

#### 52. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

O exercício do poder de polícia reflete o sentido objetivo da administração pública, o qual se refere à própria atividade administrativa exercida pelo Estado.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Regime jurídico administrativo.](#)

*Matheus Carvalho (2016):*

*Administração pública em sentido formal, orgânico ou subjetivo - conjunto de órgãos e agentes estatais no exercício da função administrativa, independentemente do Poder a que pertençam.*

*Administração Pública em sentido material ou objetivo - se confunde com a função administrativa, devendo ser entendida como a atividade administrativa exercida pelo Estado, designando a atividade consistente na **defesa concreta do interesse público.***

#### 53. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

A possibilidade de realização de obras para a passagem de cabos de energia elétrica sobre uma propriedade privada, a fim de beneficiar determinado bairro, expressa a concepção do regime jurídico-administrativo, o qual dá prerrogativas à administração para agir em prol da coletividade, ainda que contra os direitos individuais.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Conceitos introdutórios do direito administrativo. Fontes.](#)

Segundo o princípio da supremacia do interesse público, poderá o Poder Público intervir na propriedade de particulares visando o interesse geral ou coletivo, podendo, como no caso em comento, realizar servidões administrativas, que inclusive constam na Lei, vejamos:

*Decreto Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941*

*Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.*

### 54. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A seguir é apresentado uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

A prefeitura de determinado município brasileiro, suscitada por particulares a se manifestar acerca da construção de um condomínio privado em área de proteção ambiental, absteve-se de emitir parecer. Nessa situação, a obra poderá ser iniciada, pois o silêncio da administração é considerado ato administrativo e produz efeitos jurídicos, independentemente de lei ou decisão judicial.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Silêncio administrativo.](#)

**Silêncio Administrativo:** *embora se trate de matéria divergente na doutrina, majoritariamente, pode-se definir que o silêncio da Administração Pública, diante de determinada situação, não produz qualquer efeito, ressalvadas as hipóteses em que o próprio texto legal determinar o dever de agir do poder público, definindo que a ausência de conduta ensejará a aceitação tácita de determinado fato ou até mesmo a negativa pelo decurso do tempo. Nestes casos, pode-se entender que o efeito decorre da disposição legal que atribui à nãoatuação determinadas consequências específicas e não do silêncio, propriamente considerad (Matheus Carvalho, 2018).*

### 55. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Removido de ofício por interesse da administração, sob a justificativa de carência de servidores em outro setor, determinado servidor constatou que, em verdade, existia excesso de servidores na sua nova unidade de exercício. Nessa situação, o ato, embora seja discricionário, poderá ser invalidado.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes.](#)

A questão elucidou um fato no qual um servidor público foi removido de ofício sob a justificativa de carência de servidores em outro setor, acontece que, constatou-se posteriormente que existia, na verdade, um excesso de servidores na sua nova unidade de exercício, poderá então o ato de remoção ser invalidado, uma vez que descumpriu o que se conhece por “teoria dos motivos determinantes”, ou seja, a administração resta adstrita àquilo que elencou nos motivos utilizados como fundamentação.

#### 56. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

O exercício do poder regulamentar é privativo do chefe do Poder Executivo da União, dos estados, do DF e dos municípios.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Princípios e Poderes da administração. Poder regulamentar.](#)

Art. 84. **Compete privativamente ao Presidente da República:**

**IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;**

*O poder regulamentar como uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução. (Maria Zylvia Zanella di Pietro, 2018)*

#### 57. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Caso o referido servidor seja demitido por decisão de processo administrativo disciplinar, poderá o Poder Judiciário revogar esse ato administrativo se ficar

comprovado o cerceamento de defesa, ainda que exista recurso administrativo pendente de decisão.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Anulação.](#)

Não cabe ao judiciário revogar um ato, uma vez que apresente vício de legalidade, deverá o judiciário ANULAR, eis o erro da questão.

#### SÚMULA 473 STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

#### 58. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: Um secretário municipal removeu determinado assessor em razão de desentendimentos pessoais motivados por ideologia partidária. Assertiva: Nessa situação, o secretário agiu com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, já que atos de remoção de servidor não podem ter caráter punitivo.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOUTRINA. Atos administrativos. Desvio de poder.](#)

A hipótese é de desvio de poder e não de abuso de poder como o exercício trouxe, vejamos a doutrina da Prof.<sup>a</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018):

*Trata-se do desvio de poder ou desvio de finalidade, definido pela Lei n o 4.717/65 como aquele que se verifica quando "o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" (art. 2 o , parágrafo único, e).*

#### 59. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Ao instituir programa para a reforma de presídios federais, o governo federal determinou que fosse criada uma entidade para fiscalizar e controlar a prestação dos

serviços de reforma. Nessa situação, tal entidade, devido à sua finalidade e desde que criada mediante lei específica, constituirá uma agência executiva.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Organização da administração. Agência reguladora.**

Aqui trata-se de hipótese de uma agência reguladora, não de executiva, uma vez que esta não será criada por lei, mas sim será concedida uma qualificação a determinada autarquia, desde que celebre contrato de gestão com o órgão da administração direta. Já a agência reguladora, será incumbida por lei a exercer a função de regular determinada matéria específica.

**Agência executiva** é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

**Agência reguladora**, em sentido amplo, seria, no direito brasileiro, qualquer órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta com função de regular a matéria específica que lhe está afeta. Se for entidade da Administração indireta, ela está sujeita ao princípio da especialidade, significando que cada qual exerce e é especializada na matéria que lhe foi atribuída por lei. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)

#### 60. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte responde objetivamente pelos danos causados à família de vítima de atropelamento provocado por motorista de ônibus da empresa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Danos causados a terceiros usuários e não usuários do serviço.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. NEXO CAUSAL RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. NECESSIDADE DE NOVA ANÁLISE DOS FATOS E DO MATERIAL PROBATÓRIO. SÚMULA 279/STF.

1. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se orienta no sentido de que as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos prejuízos que causarem a terceiros usuários e não usuários do serviço.** (RE 591.874-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski – Tema 130).

2. Divergir do entendimento do Tribunal de origem acerca da existência dos elementos configuradores da responsabilidade objetiva pressupõe, necessariamente, uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 279/STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 802167 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 23/02/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 09-03-2016 PUBLIC 10-03-2016)

#### 61. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

Se, após um inquérito civil público, o MP ajuizar ação de improbidade contra agente público por ofensa ao princípio constitucional da publicidade, o agente público responderá objetivamente pelos atos praticados, conforme o entendimento do STJ.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

**STJ - AIA 30/AM:** AÇÃO DE IMPROBIDADE ORIGINÁRIA CONTRA MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. LEI 8.429/92. LEGITIMIDADE DO REGIME SANCIONATÓRIO. EDIÇÃO DE PORTARIA COM CONTEÚDO CORRECIONAL NÃO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA. INEXISTÊNCIA DE IMPROBIDADE. 1. A jurisprudência firmada pela Corte Especial do STJ é no sentido de que, excetuada a hipótese de atos de improbidade praticados pelo Presidente da República (art. 85, V), cujo julgamento se dá em regime especial pelo Senado Federal (art. 86), não há norma constitucional alguma que imunize os agentes políticos, sujeitos a crime de responsabilidade, de qualquer das sanções por ato de improbidade previstas no art. 37, § 4.º. Seria incompatível com a Constituição eventual preceito normativo infraconstitucional que impusesse imunidade dessa natureza (Rcl 2.790/SC, DJe de 04/03/2010). 2. Não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. **A improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Por isso mesmo, a jurisprudência do STJ considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, nas do artigo 10.** 3. No caso, aos demandados são imputadas condutas capituladas no art. 11 da Lei 8.429/92 por terem, no exercício da Presidência de Tribunal Regional do Trabalho, editado Portarias

afastando temporariamente juizes de primeiro grau do exercicio de suas funcoes, para que proferissem sentencas em processos pendentes. Embora enfatize a ilegalidade dessas Portarias, a peticao inicial nao descreve nem demonstra a existencia de qualquer circunstancia indicativa de conduta dolosa ou mesmo culposa dos demandados. 4. Acao de improbidade rejeitada (art. 17, § 8º, da Lei 8.429/92).

## 62. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

Situação hipotética: Um veículo particular, ao transpassar indevidamente um sinal vermelho, colidiu com veículo oficial da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, que trafegava na contramão. Assertiva: Nessa situação, não existe a responsabilização integral do Estado, pois a culpa concorrente atenua o quantum indenizatório.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Culpa concorrente.](#)

A responsabilidade civil do Estado, elencada na Constituição Federal no art. 37, §6º, estabelece que será objetiva, ou seja, não deverá a vítima do dano, comprovar dolo ou culpa por parte do agente estatal, que nessa qualidade, provocar o dano. Tal entendimento está baseado na teoria do risco administrativo, que traz a noção de que, mesmo que objetiva a responsabilidade do estado, esta não será integral, ou seja, caso exista culpa concorrente entre a vítima e o Estado, a responsabilidade deverá ser atenuada.

## 63. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Conforme a doutrina, a União pode firmar contrato de concessão com empresa privada, com prazo indeterminado, para, por exemplo, a construção e manutenção de rodovia federal com posterior cobrança de pedágio.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Concessões.](#)

Segundo a Lei 8.987/95, os contratos de concessão serão por prazo determinado, eis o erro da questão na hora de dizer que a União firmará contrato por prazo indeterminado.

| LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

II - **concessão de serviço público**: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por **prazo determinado**;

III - **concessão de serviço público precedida da execução de obra pública**: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra **por prazo determinado**;

#### 64. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

O prefeito de um município brasileiro delegou determinada competência a um secretário municipal. No exercício da função delegada, o secretário emitiu um ato ilegal. Nessa situação, a responsabilidade pela ilegalidade do ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativo. Responsabilidade por ato praticado por autoridade delegada.**

**Súmula 510 STF** - Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

#### 65. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

No processo administrativo, vige o princípio do formalismo moderado, rechaçando-se o excessivo rigor na tramitação dos procedimentos, para que se evite que a forma seja tomada como um fim em si mesma, ou seja, desligada da verdadeira finalidade do processo.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e local. Formalismo Moderado.**



*Lei 9784/99: Art. 1º Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

*IX - adoção de **formas simples**, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados*

*Art. 22. Os atos do processo administrativo **não dependem de forma determinada** senão quando a lei expressamente a exigir.*

#### 66. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Nos termos da jurisprudência do STF, caso um particular interponha recurso administrativo contra uma multa de trânsito, por se tratar do exercício do poder de polícia pela administração, a admissibilidade do recurso administrativo dependerá de depósito prévio a ser efetuado pelo administrado.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Processo administrativo federal e local. Admissibilidade dos recursos.](#)

#### Súmula Vinculante 21

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

#### 67. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: A Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza decidiu ceder espaço de suas dependências para a instalação de lanchonete que atendesse aos procuradores, aos servidores e ao público em geral. Assertiva: Nessa situação, por se tratar de ato regido pelo direito privado, não será necessária a realização de processo licitatório para a cessão de uso pelo particular a ser contratado.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Concessão.](#)

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.*

A concessão exige licitação, nos termos do artigo 2º da Lei nº 8.666/93, que silencia quanto à modalidade a ser utilizada, ao contrário do Decreto-lei nº 2.300/86, que exigia concorrência. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).

### 68. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o item.

Situação hipotética: A associação de moradores de determinado bairro de uma capital brasileira decidiu realizar os bailes de carnaval em uma praça pública da cidade.

Assertiva: Nessa situação, a referida associação poderá fazer uso da praça pública, independentemente de autorização, mediante prévio aviso à autoridade competente.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Autorização de bem público.](#)

Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)

### 69. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Situação hipotética: Determinado município brasileiro construiu um hospital público em parte de um terreno onde se localiza um condomínio particular. Assertiva: Nessa situação, segundo a doutrina dominante, obedecidos os requisitos legais, o município poderá adquirir o bem por usucapião.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Aquisição.](#)

Poder-se-ia indagar se a União, um Estado ou Município, ou ainda uma autarquia podem adquirir bens por usucapião. A resposta é positiva. A lei civil, ao estabelecer os requisitos para a aquisição da propriedade por usucapião, não descartou o Estado como possível titular do direito. Segue-se, pois, que, observados os requisitos legais exigidos para os possuidores particulares de modo geral, podem as pessoas de direito público adquirir bens por usucapião. Esses bens, uma vez consumado o processo aquisitivo, tornar-se-ão bens públicos. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).

### 70. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Em razão de incorporações legais, determinado empregado público recebe uma remuneração que se aproxima do teto salarial constitucional. Nessa situação,

conforme o entendimento do STF, a remuneração do servidor poderá ser superior ao teto constitucional se ele receber uma gratificação por cargo de chefia.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Teto remuneratório.](#)

#### Teses de Repercussão Geral

**RE 602043** - Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

#### 71. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

No caso de ajuizamento de ação penal, o processo administrativo disciplinar ficará suspenso até o trânsito em julgado do processo na esfera criminal.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Independência das sanções civis, penais e administrativas..](#)

*LEI Nº 6.794, DE 27 DE DEZEMBRO 1990*

*Art. 173 – As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.*

#### 72. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Nesse caso, a sentença criminal absolutória transitada em julgado que negar a autoria vinculará, necessariamente, a esfera administrativa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Responsabilidade administrativa.**

*Lei 8.112/90 - Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.*

#### 73. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Segundo o entendimento do STJ, caso o referido servidor faleça durante a ação de improbidade administrativa, a obrigação de reparar o erário será imediatamente extinta, dado o caráter personalíssimo desse tipo de sanção.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sucessão.**

*Lei 8429/90*

*Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

#### 74. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Mesmo que o servidor mencionado colabore com as investigações e ressarça o erário, não poderá haver acordo ou transação judicial em sede de ação de improbidade administrativa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Transação, acordo ou conciliação.**

Lei 8.429/92

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º **É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.**

#### 75. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Caso, em decorrência de uma operação da Polícia Federal, venha a ser apreendida grande quantidade de equipamentos com entrada ilegal no país, a administração poderá realizar leilão para a venda desses produtos.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Leilão.**

LEI 8.666/93

Art. 22 - § 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de **produtos legalmente apreendidos** ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

#### 76. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo contratar determinado serviço por intermédio da modalidade convite, a administração convidou para a disputa cinco empresas, entre as quais apenas uma demonstrou interesse apresentando proposta. Assertiva: Nessa

situação, a administração poderá prosseguir com o certame, desde que devidamente justificado.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **LETRA DA LEI. Licitações. Convite.**

*Art. 22. São modalidades de licitação:*

*III - convite;*

*§ 3o Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.*

*§ 7o Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3o deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.*

#### 77. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

No caso de parceria a ser firmada entre a administração pública e organização da sociedade civil, se não houver transferências voluntárias de recursos, deverá ser utilizado o instrumento jurídico estabelecido em lei denominado acordo de cooperação.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Acordo de cooperação.**

*LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.*

*Art. 2o Para os fins desta Lei, considera-se:*

*VIII-A - **acordo de cooperação**: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)*

#### 78. CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Segundo o entendimento do STJ, ao contrário do que ocorre em desapropriação para fins de reforma agrária, é irregular, nos casos de desapropriação por utilidade pública, a imissão provisória na posse pelo poder público.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na propriedade privada. Imissão provisória.](#)

*Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;*

*Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 2.786, de 1956)*

**§ 1º A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito:** *(Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)*

#### Súmula 652

Não contraria a Constituição o art. 15, § 1º, do Decreto-lei 3365/1941 (Lei da desapropriação por utilidade pública).

## CESPE (PROC. MUN. BH) 2017

### 79. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

A respeito dos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a opção correta.

- a) Dado o princípio da autotutela, poderá a administração anular a qualquer tempo seus próprios atos, ainda que eles tenham produzido efeitos benéficos a terceiros.
- b) Apesar de expressamente previsto na CF, o princípio da eficiência não é aplicado, por faltar-lhe regulamentação legislativa.
- c) **Ao princípio da publicidade corresponde, na esfera do direito subjetivo dos administrados, o direito de petição aos órgãos da administração pública.**
- d) O princípio da autoexecutoriedade impõe ao administrador o ônus de adequar o ato sancionatório à infração cometida.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da publicidade.](#)

*O princípio da publicidade pode ser concretizado por alguns instrumentos jurídicos específicos, citando-se entre eles:*

*o direito de petição, pelo qual os indivíduos podem dirigir-se aos órgãos administrativos para formular qualquer tipo de postulação (art. 5º, XXXIV, "a", CF); (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

Art. 5º.

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) **o direito de petição aos Poderes Públicos** em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

## 80. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que tange a conceitos, requisitos, atributos e classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) **Licença e autorização são atos administrativos que representam o consentimento da administração ao permitir determinada atividade; o alvará é o instrumento que formaliza esses atos.**

b) O ato que decreta o estado de sítio, previsto na CF, é ato de natureza administrativa de competência do presidente da República.

c) Ainda que submetido ao regime de direito público, nenhum ato praticado por concessionária de serviços públicos pode ser considerado ato administrativo.

d) O atributo da autoexecutoriedade não impede que o ato administrativo seja apreciado judicialmente e julgado ilegal, com determinação da anulação de seus efeitos; porém, nesses casos, a administração somente responderá caso fique comprovada a culpa.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos em espécie.](#)

Podemos definir a **licença** como o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para **o desempenho de certa atividade**.

**Autorização** é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que o particular **exerça atividade** ou utilize bem público no seu próprio interesse.

**Alvará** é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular. Seu conteúdo é o consentimento dado pelo Estado, e por isso se fala em **alvará de autorização**, **alvará de licença** etc. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)

## 81. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que concerne a revogação, anulação e convalidação de ato administrativo, assinale a opção correta.

a) Assim como ocorre nos negócios jurídicos de direito privado, cabe unicamente à esfera judicial a anulação de ato administrativo.

b) Independentemente de comprovada má-fé, após o prazo de cinco anos da prática de ato ilegal, operar-se-á a decadência, o que impedirá a sua anulação.



- c) O prazo de decadência do direito de anular ato administrativo de que decorram efeitos patrimoniais será contado a partir da ciência da ilegalidade pela administração.
- d) Um ato administrativo que apresente defeitos sanáveis poderá ser convalidado quando não lesionar o interesse público, não sendo necessário que a administração pública o anule.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Convalidação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser **convalidados** pela própria Administração.*

#### 82. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Em relação aos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

- a) É juridicamente possível que o Poder Executivo, no uso do poder regulamentar, crie obrigações subsidiárias que viabilizem o cumprimento de uma obrigação legal.**
- b) De acordo com o STF, ao Estado é facultada a revogação de ato ilegalmente praticado, sendo prescindível o processo administrativo, mesmo que de tal ato já tenham decorrido efeitos concretos.
- c) De acordo com o STF, é possível que os guardas municipais acumulem a função de poder de polícia de trânsito, ainda que fora da circunscrição do município.
- d) Do poder disciplinar decorre a atribuição de revisar atos administrativos de agentes públicos pertencentes às escalas inferiores da administração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder regulamentar.**

*É legítima, porém, a fixação de obrigações subsidiárias (ou derivadas) – diversas das obrigações primárias (ou originárias) contidas na lei – nas quais também se encontra imposição de certa conduta dirigida ao administrado. Constitui, no entanto, requisito de validade de tais obrigações sua necessária adequação às obrigações legais. Inobservado esse requisito, são inválidas as normas que as preveem e, em consequência, as próprias obrigações. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

#### 83. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que se refere a organização administrativa, administração pública indireta e serviços sociais autônomos, assinale a opção correta.

- a) Por execução indireta de atividade administrativa entende-se a adjudicação de obra ou serviço público a particular por meio de processo licitatório.

**b) É possível a participação estatal em sociedades privadas, com capital minoritário e sob o regime de direito privado.**

c) Desde que preenchidos certos requisitos legais, as sociedades que comercializam planos de saúde poderão ser enquadradas como OSCIPs.

d) Desconcentração administrativa implica transferência de serviços para outra entidade personalizada.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Estatuto das sociedades de economia mista e empresas públicas.**

*Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.*

*Art. 1º*

*§ 7º Na participação em sociedade empresarial em que a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias **não detenham o controle acionário**, essas deverão adotar, no dever de fiscalizar, práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes, considerando, para esse fim:*

*Art. 2º A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.*

*§ 2º Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, **assim como a participação de qualquer delas em empresa privada**, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos do inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.*

#### 84. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Considerando as modernas ferramentas de controle do Estado e de promoção da gestão pública eficiente, assinale a opção correta acerca do direito administrativo e da administração pública.

**a) Em função do dever de agir da administração, o agente público omissivo poderá ser responsabilizado nos âmbitos civil, penal e administrativo.**

b) O princípio da razoável duração do processo, incluído na emenda constitucional de reforma do Poder Judiciário, não se aplica aos processos administrativos.

c) Devido ao fato de regular toda a atividade estatal, o direito administrativo aplica-se aos atos típicos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

d) Em sentido objetivo, a administração pública se identifica com as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos e, em sentido subjetivo, com a natureza da função administrativa desempenhada.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores Públicos. Responsabilidade.**

Lei 8.112/1990

Art. 121 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 122 - **A responsabilidade civil decorre de ato omissivo** ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

#### 85. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) Como o direito brasileiro adota a teoria do risco integral, a responsabilidade extracontratual do Estado converte-o em segurador universal no caso de danos causados a particulares

**b) Cabe indenização em decorrência da morte de preso dentro da própria cela, em razão da responsabilidade objetiva do Estado.**

c) O regime publicístico de responsabilidade objetiva, instituído pela CF, não é aplicável subsidiariamente aos danos decorrentes de atos notariais e de registro causados por particulares delegatários do serviço público.

d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, nas hipóteses de responsabilidade aquiliana, responderão pelo dano causado, desde que exista prova prévia de ter havido culpa ou dolo de seus agentes em atos que atinjam terceiros.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Detento sob custódia.](#)

EMENTA: Recurso extraordinário. 2. **Morte de detento por colegas de carceragem. Indenização por danos morais e materiais. 3. Detento sob a custódia do Estado. Responsabilidade objetiva.** 4. Teoria do Risco Administrativo. Configuração do nexo de causalidade em função do dever constitucional de guarda (art. 5º, XLX). Responsabilidade de reparar o dano que prevalece ainda que demonstrada a ausência de culpa dos agentes públicos. 5. Recurso extraordinário a que se nega provimento

(RE 272839, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 08-04-2005 PP-00038 EMENT VOL-02186-03 PP-00417 RTJ VOL-00194-01 PP-00337 LEXSTF v. 27, n. 317, 2005, p. 236-257 RT v. 94, n. 837, 2005, 129-138)

#### 86. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que concerne aos contratos de repasse, assinale a opção correta de acordo com as normas vigentes.

- a) Dispositivo da Portaria Interministerial CGU/MF/MP n.º 507/2011 veda, expressamente, a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos estados, do DF e dos municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100 mil.
- b) As disposições constantes da Portaria Interministerial CGU/MF/MP n.º 507/2011 impedem que órgãos e entidades da administração pública federal deem preferência às transferências voluntárias para estados e municípios que desenvolvam ações por intermédio de consórcio público constituído de acordo com o disposto na Lei n.º 11.107/2005.
- c) Nos casos de celebração de convênio com consórcio, as exigências legais aplicáveis aos entes da administração pública indireta não se estendem aos estados e aos municípios, na qualidade de entes consorciados.
- d) É vedado aos estados, ao DF e aos municípios executar objeto de convênio celebrado com a União por meio de consórcio público mesmo que esteja associado.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Contrato de repasse.](#)

*Não há resposta correta, dado que a Portaria Interministerial nº 424/2016 revogou, expressamente, em seu artigo 82, a Portaria Interministerial da CGU/MF/MP nº 507/2011.*

### 87. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que concerne aos mecanismos de controle no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

- a) É vedado aos administrados providenciar sanatórias de atos administrativos para sua convalidação, de modo a participar de ações de controle da administração pública, uma vez que as ações de controle são prerrogativa exclusiva dos agentes públicos.
- b) O controle dos atos administrativos tem por objetivo confirmar, rever ou alterar comportamentos administrativos, exigindo-se o esgotamento da via administrativa para se recorrer ao Poder Judiciário.
- c) Em decorrência do poder de autotutela da administração, verificada a prática de ato discricionário por agente incompetente, a autoridade competente estará obrigada a convalidá-lo.
- d) **No sistema de administração pública adotado no Brasil, o ato administrativo é revisado por quem o praticou, não havendo proibição quanto à revisão ser realizada por superior hierárquico ou órgão integrante de estrutura hierárquica inerente à organização administrativa.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos. Revisão.**

*A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, conforme entendimento já consagrado pelo STF por meio das Súmulas n os 346 e 473. Pela primeira, "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos"; e nos termos da segunda, "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, 2018)*

**88. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017**

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

**a) Bens dominicais são os de domínio privado do Estado, não afetados a finalidade pública e passíveis de alienação ou de conversão em bens de uso comum ou especial, mediante observância de procedimento previsto em lei.**

b) Consideram-se bens de domínio público os bens localizados no município de Belo Horizonte afetados para destinação específica precedida de concessão mediante contrato de direito público, remunerada ou gratuita, ou a título e direito resolúvel.

c) O uso especial de bem público, por se tratar de ato precário, unilateral e discricionário, será remunerado e dependerá sempre de licitação, qualquer que seja sua finalidade econômica.

d) As áreas indígenas são bens pertencentes à comunidade indígena, à qual cabem o uso, o gozo e a fruição das terras que tradicionalmente ocupa para manter e preservar suas tradições, tornando-se insubsistentes pretensões possessórias ou dominiais de particulares relacionados à sua ocupação.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Bens dominicais.**

*Art. 99. São bens públicos:*

*III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

*Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.*

*Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.*

*Os bens do domínio privado do Estado, chamados bens dominicais pelo Código Civil, e bens do patrimônio disponível pelo antigo Código de Contabilidade Pública, foram definidos legalmente como "os que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades" (art. 66, III, do Código Civil de 1916).*

*Os bens dominicais, não estando afetados a finalidade pública específica, podem ser alienados por meio de institutos do direito privado (compra e venda, doação, permuta) ou do direito público (investidura, legitimação de posse e retrocessão, esta última objeto de análise no capítulo concernente à desapropriação). (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

### 89. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que tange aos servidores públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta, assinale a opção correta.

- a) Servidor habilitado em concurso público municipal e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício.
- b) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por oito dias consecutivos em razão do falecimento de irmão.
- c) Posse é a aceitação formal, pelo servidor, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público ou função pública, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo empossado e ocorre no prazo de vinte dias contados do ato de nomeação, prorrogável por igual período, motivadamente e a critério da autoridade competente.**
- d) Exercício é o efetivo desempenho, pelo servidor, das atribuições do cargo ou de função pública, sendo de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público no município de Belo Horizonte entrar em exercício, contados do ato da posse.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidores públicos. Posse.**

*ESTATUTO DOS SERVIDORES - LEI 7169/96:*

*Art. 19 - Posse é a aceitação formal, pelo servidor, das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público ou à função pública, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo empossado.*

*Art. 20 - A posse ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por 20 (vinte) dias, motivadamente e a critério da autoridade competente.*

### 90. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, assinale a opção correta.

- a) A efetivação da perda da função pública, penalidade prevista na lei em apreço, independe do trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) A configuração dos atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário ou atentem contra os princípios da administração pública depende da existência do dolo do agente.

**c) O sucessor do agente que causou lesão ao patrimônio público ou que enriqueceu ilicitamente responderá às cominações da lei em questão até o limite do valor da sua herança.**

d) O responsável por ato de improbidade está sujeito, na hipótese de cometimento de ato que implique enriquecimento ilícito, à perda dos bens ou dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ao ressarcimento integral do dano e à perda dos direitos políticos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sucessão.](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

### 91. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

No que diz respeito ao processo administrativo, a suas características e à disciplina legal prevista na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

a) A configuração da má-fé do administrado independe de prova no processo administrativo.

b) Segundo o STF, não haverá nulidade se a apreciação de recurso administrativo for feita pela mesma autoridade que tiver decidido a questão no processo administrativo.

c) Ainda que a pretensão do administrado seja contrária a posição notoriamente conhecida do órgão administrativo, sem o prévio requerimento administrativo, falta-lhe interesse para postular diretamente no Poder Judiciário.

**d) Não ofende a garantia do devido processo legal decisão da administração que indefere a produção de provas consideradas não pertinentes pelo administrador.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Processo Administrativo Federal e local. Indeferimento das provas.](#)

*Lei 9.784/99 - Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.*

*§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.*

92. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Tendo como referência as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e a legislação referente ao RDC, assinale a opção correta.

**a) No âmbito do RDC, definido o resultado do julgamento, a administração pública poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas.**

b) Os contratos administrativos celebrados com base no RDC regem-se pelas regras específicas previstas na Lei n.º 12.462/2011, sendo-lhes inaplicáveis, por disposição expressa dessa lei, as regras da Lei n.º 8.666/1993.

c) A legislação referente ao RDC, assim como a Lei n.º 8.666/1993, veda a indicação de marca ou modelo nas aquisições de bens.

d) Em se tratando de contratação de obras e serviços, inclusive os de engenharia, a remuneração utilizada será a fixa, vinculada ao desempenho da contratada, e respeitará o limite orçamentário fixado pela administração pública para a contratação.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.**

*Lei 12.462/2011 - Art. 26. Definido o resultado do julgamento, a administração pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.*

*Parágrafo único. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do orçamento estimado.*

93. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Acerca de instrumentos de tutela de bens culturais materiais e das competências para a proteção do patrimônio cultural, assinale a opção correta.

a) O rito de tombamento de ofício inicia-se com manifestação do IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

b) A ação popular não se presta a anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.

**c) Todos os entes federativos possuem competência para legislar sobre tombamento e competência material para realizá-lo.**

d) O ato de tombamento é discricionário, de modo que eventual controle pelo Poder Judiciário não se estende a sua motivação.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Intervenção do Estado na propriedade privada. Tombamento.**

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*



*III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*

#### 94. CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Com relação à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

a) Compete à União, aos estados e ao DF legislar, de forma concorrente, sobre desapropriação, estando a competência da União limitada ao estabelecimento de normas gerais.

**b) Expropriação ou confisco consiste na supressão punitiva de propriedade privada pelo Estado, a qual dispensa pagamento de indenização e incide sobre propriedade urbana ou rural onde haja cultura ilegal de psicotrópico ou ocorra exploração de trabalho escravo.**

c) Servidão administrativa é a modalidade de intervenção que impõe obrigações de caráter geral a proprietários indeterminados, em benefício do interesse geral abstratamente considerado, e afeta o caráter absoluto do direito de propriedade.

d) Requisição é a modalidade de intervenção do Estado supressiva de domínio, incidente sobre bens móveis e imóveis, públicos ou privados, e, em regra, sem posterior indenização.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do Estado na propriedade privada. Expropriação ou confisco.](#)

*Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.*

*Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.*

### CESPE (PGE SE) 2017

#### 95. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Considerando os princípios constitucionais e legais, implícitos e explícitos, que regem a atividade da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público guiam a atuação do administrador, de modo que apenas o juízo discricionário excepciona-se ao controle judicial.
- b) Em decorrência do princípio da reserva legal, a administração pública está autorizada a fazer apenas aquilo que não seja legalmente proibido.
- c) De acordo com o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica para município inadimplente, ainda que o valor cobrado esteja sob questionamento em sede administrativa.
- d) Em virtude dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica, entende o STF que podem ser considerados válidos os atos praticados por agente público ilegalmente investido.**
- e) Por ser um princípio estruturante implícito da atuação da administração pública, na prática, a supremacia do interesse público é um conceito jurídico indeterminável.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Servidores Públicos. Agente público ilegalmente investido.](#)

*Outra irregularidade, ainda com relação ao sujeito, é o chamado exercício de fato da função pública. O exercício de fato (que permite falar em funcionário de fato, em oposição ao funcionário de direito) seria a prática do ato por pessoa que está investida em cargo, função ou emprego público, mas existe uma irregularidade na sua investidura. Por exemplo, o servidor precisava ter nível superior e não tem; ou foi nomeado para cargo inexistente; ou continua a trabalhar após completar 70 anos de idade. Em todos esses casos, existiu o ato de investidura, porém de alguma forma a situação contraria a lei.*

*A grande peculiaridade desse vício é que ele não acarreta necessariamente a invalidação do ato. Embora praticado por uma pessoa que não está regularmente investida, o ato é considerado válido, em respeito à boa-fé do terceiro beneficiário do ato. Apenas no caso de má-fé do terceiro é que o ato vai ser invalidado. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2003).<sup>1</sup>*

#### 96. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Acerca do poder regulamentar e do regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- a) O STJ entende que a aplicação de multas previstas em resoluções editadas por agência reguladora do setor de aviação civil ofende o princípio da legalidade.
- b) A autonomia de gestão das agências executivas torna dispensável a celebração de contrato de gestão com o ministério supervisor para o seu funcionamento.

<sup>1</sup> [https://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03\\_10\\_03/4Maria\\_Silvia1.htm](https://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03_10_03/4Maria_Silvia1.htm)

- c) O período de quarentena, que é condição legal para ex-dirigentes iniciarem o exercício de atividade na iniciativa privada, tem como objetivo evitar transtornos e prejuízos à fiscalização das agências reguladoras.
- d) Observada a especificidade de sua atuação, as agências reguladoras têm competência para instituir modalidades próprias para a licitação e contratação de obras e serviços.
- e) A existência de subordinação hierárquica das agências reguladoras ao governo é exemplificada pela possibilidade de o interessado interpor recurso na pasta ministerial competente.

### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Quarentena nas agências reguladoras.](#)

*Justificativa da anulação pelo CESPE: "A redação da opção apontada preliminarmente como gabarito prejudicou o julgamento objetivo da questão."*

#### 97. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que tange à disciplina normativa sobre os direitos e deveres dos servidores e empregados públicos, inclusive quanto ao regime previdenciário.

- a) A contratação temporária de pessoal por tempo determinado é possível, desde que sejam demonstrados o interesse público profissional e a imprescindibilidade da contratação, ainda que a excepcionalidade dos casos não esteja prevista em lei.
- b) Norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal não violará a cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos.
- c) Ocorre, em cinco anos, a prescrição do fundo do direito quanto à pretensão do servidor público de pleitear a cobrança de remuneração não paga pelo poder público.
- d) O candidato aprovado em concurso público cuja classificação entre as vagas oferecidas no edital se der em razão da desistência de candidatos mais bem classificados no certame não terá direito subjetivo à nomeação.
- e) A percepção do adicional de periculosidade por servidor público não constitui elemento suficiente para o reconhecimento do direito a aposentadoria especial.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores público. Aposentadoria especial.](#)

"A percepção de gratificações ou adicionais de periculosidade, assim como o porte de arma de fogo, **não são, por si só**, suficientes para **reconhecer o direito**

**à aposentadoria especial**, em razão da autonomia entre o vínculo funcional e o previdenciário".

(MI 1757 AgR-segundo, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, DJe-214 DIVULG 26-10-2015)

#### 98. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

**a) Decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.**

b) A nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.

c) Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.

d) Procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.

e) Segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Servidores públicos. Criação e extinção de cargos públicos.**

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

*a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

*b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)"*

#### 99. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

À luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado e da improbidade administrativa.

a) Se um secretário de Estado autorizar a aquisição de equipamentos eletrônicos na loja de um irmão seu, sem licitação, mas com preços aquém dos praticados no

mercado, não se configurará a prática de ato de improbidade administrativa, porque se trata de cargo em comissão e não haverá prejuízo ao erário.

**b) Um governador de estado que realizar operações financeiras irregulares e sem a observância das normas legais estará sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, ainda que tenha as suas contas aprovadas pelo tribunal de contas pertinente.**

c) Caso um motorista de concessionária de serviço de transporte coletivo atropelasse um ciclista, a responsabilidade civil dessa concessionária será subjetiva, haja vista o fato de, nessa hipótese, o ciclista não ser usuário do serviço público.

d) Inexistirá responsabilização estatal por latrocínio que for praticado logo após a fuga de presos, uma vez que o dano não terá ocorrido enquanto os criminosos se encontravam sob a custódia estatal.

e) Uma empresa, concessionária de serviço de transporte aéreo, não terá direito a indenização estatal em decorrência de prejuízos extensivos e inviabilidade de desempenho do serviço após a regular edição de lei que impuser o congelamento de preços de tarifas aéreas, haja vista que, não havendo vícios na edição da lei, toda a sociedade deve submeter-se às alterações no cenário econômico advindas dessa intervenção estatal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle do TCU.](#)

O Controle exercido pelo Tribunal de Contas, não é jurisdicional, por isso que **não há qualquer vinculação da decisão proferida pelo órgão de controle e a possibilidade de ser o ato impugnado em sede de ação de improbidade administrativa**, sujeita ao controle do Poder Judiciário, consoante expressa previsão do art. 21, inc. II, da Lei nº 8.429/92. (STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1032732 CE 2008/0035941-6 (STJ))

#### 100. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Acerca do regime de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

a) Se o TJ/SE adquirir computadores por meio de ata de registro de preços, com bons preços de mercado, o estado de Sergipe poderá fazer aquisição semelhante, mediante adesão à referida ata. Nesse caso, em atenção aos princípios da eficiência e economicidade, será desnecessária a anuência do TJ/SE.

b) Caso opte pelo regime diferenciado de contratação para a contratação de determinado serviço de engenharia, a administração pública poderá, mediante a

devida justificativa formal, selecionar licitantes pela marca dos produtos a serem utilizados no serviço, mas não poderá exigir requisitos de sustentabilidade ambiental.

c) Se o estado de Sergipe e o governo federal pretenderem firmar um contrato de programa para a gestão associada de serviço de saúde nas regiões carentes desse estado, ter-se-á, nesse caso, uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

d) Caso um estado da Federação realize um pregão para a aquisição de material de expediente, a classificação das propostas, nesse caso, poderá ser feita pelo critério de melhor técnica.

**e) É hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de serviço técnico especializado, de natureza singular, executado por profissional de notória especialização, sendo imprescindível a justificativa dos preços contratados.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Inexigibilidade.**

*Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

#### 101. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Com referência às formas de limitação da propriedade, à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e à desapropriação, assinale a opção correta.

a) Após o prazo fixado na lei que define a área sujeita ao direito de preempção, não viola o direito de preferência a venda de imóvel a particular mediante proposta diferente da apresentada ao poder público, ainda que sem previamente consultá-lo.

b) Em virtude da aplicação do princípio da isonomia, incide o prazo prescricional de três anos à pretensão do proprietário para a reparação de prejuízos decorrentes da requisição.

c) Enquanto a requisição administrativa pode ser gratuita ou remunerada, a ocupação temporária, devido ao seu caráter precário, será sempre gratuita.

d) Admite-se a instituição de servidão administrativa de bem da União por município, desde que declarada a utilidade pública e observado o procedimento da desapropriação.

**e) Segundo o STJ, não incide o princípio da hierarquia federativa no exercício da competência concorrente para o tombamento de bens públicos, o que autoriza um município a tomar bens do respectivo estado.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do Estado na propriedade. Tombamento.**

ADMINISTRATIVO TOMBAMENTO COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

1. A Constituição Federal de 88 outorga a todas as pessoas jurídicas de Direito Público a competência para o tombamento de bens de valor histórico e artístico nacional.

2. Tombar significa preservar, acautelar, preservar, sem que importe o ato em transferência da propriedade, como ocorre na desapropriação.

3. O Município, por competência constitucional comum art. 23, III, deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

4. **Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexistente a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado.**

(RMS 18952 RJ 2004/0130728-5, julgado em 25 de abril de 2005, Min. Eliana Calmon.)

## 102. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

À luz da doutrina e da jurisprudência sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

a) Situação hipotética: Determinada propriedade rural é produtiva e cumpre sua função social em metade de sua extensão, ao passo que, na outra metade, são cultivadas plantas psicotrópicas ilegais. Assertiva: Nessa situação, eventual desapropriação recairá somente sobre a metade que se destina ao cultivo de plantas psicotrópicas ilegais.

**b) Situação hipotética: Um estado emitiu decreto expropriatório para a construção de um hospital. Após a execução do ato expropriatório, a região foi acometida por fortes chuvas, que destruíram um grande número de escolas. Assertiva: Nessa situação, se determinar a alteração da destinação do bem para a construção de escolas, o estado não terá obrigação de garantir ao ex-proprietário o direito de retrocessão.**

c) Situação hipotética: Maria adquiriu um apartamento na cobertura de um edifício. Após a aquisição do imóvel, com a averbação do registro, Maria pleiteou indenização contra o estado, considerando a prévia existência de linha de transmissão em sua propriedade. Assertiva: Nessa situação, Maria terá direito a indenização, desde que o prejuízo alegado não recaia também sobre as demais unidades do edifício.

d) Situação hipotética: Um imóvel com área efetivamente registrada equivalente a 90% da sua área real, de propriedade de Pedro, foi objeto de desapropriação direta.

Assertiva: Nessa situação, o pagamento de indenização a Pedro deverá recair sobre a totalidade da área real do referido imóvel.

e) Um imóvel rural produtivo, mas que não cumpre a sua função social, poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, segundo a CF.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do estado na propriedade. Tredestinação lícita.](#)

*A retrocessão cabe quando o Poder Público não dê ao imóvel a utilização para a qual se fez a desapropriação, estando pacífica na jurisprudência a tese de que o expropriado não pode fazer valer o seu direito quando o expropriante dê ao imóvel uma destinação pública diversa daquela mencionada no ato expropriatório; por outras palavras, desde que o imóvel seja utilizado para um fim público qualquer, ainda que não o especificado originariamente, não ocorre o direito de retrocessão. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

### 103. CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Com relação à administração indireta, assinale a opção correta.

a) O consórcio público poderá ter personalidade jurídica de direito público ou privado, sendo que, em ambas as formas, terão de ser observadas as mesmas normas de direito público para o regime de pessoal.

**b) É possível criar uma empresa pública com capital minoritário de sociedade de economia mista, desde que a maioria do capital daquela pertença ao ente federativo que a instituir.**

c) Na contratação de parceria público-privada, a administração pública pode assumir a titularidade da maioria do capital com direito a voto das sociedades de propósito específico.

d) Salvo os documentos e informações classificados como sigilosos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, os órgãos de controle externo têm direito ao acesso irrestrito aos dados mantidos por aquelas entidades.

e) As normas gerais sobre licitações e contratos administrativos devem ser aplicadas primariamente às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Organização da administração. Empresas públicas.](#)

*Lei 13.303/2016 - Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.*



*Parágrafo único. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

### CESPE (PGE AM) 2016

#### 104. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Foi correto o corregedor quanto ao entendimento de que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente, uma vez que, provada, ela pode excluir ou atenuar o valor da indenização.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Culpa exclusiva da vítima.](#)

Correto o entendimento do corregedor, uma vez que por ter existido a culpa exclusiva de terceiro no evento danoso, cabe, segundo a teoria do risco administrativo a exclusão ou a atenuação no valor da indenização.

#### 105. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na

elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Diante da ausência de denúncia da lide, ficou prejudicado o direito de regresso do Estado contra o motorista causador do acidente.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Denúncia da lide.](#)

Art. 125, § 1º, CPC/15. O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denúncia da lide for indeferida, **deixar de ser promovida** ou não for permitida.

#### 106. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue o item seguinte.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de autarquias estaduais.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Responsabilidade objetiva.](#)

CF Art. 37 § 6º As **pessoas jurídicas de direito público** e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

#### 107. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

O controle administrativo interno é cabível apenas em relação a atividades de natureza administrativa, mesmo quando exercido no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle interno.](#)

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade,

*legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, **e pelo sistema de controle interno de cada Poder.***

**Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno** com a finalidade de:

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*

### 108. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle externo destinados a investigar fato determinado em prazo determinado, mas desprovidos de poder condenatório.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle externo.](#)

*Art. 58 § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a **apuração de fato determinado e por prazo certo**, sendo suas conclusões, se for o caso, **encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.***

### 109. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. Controle externo.](#)

*Art. 49. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:*

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

### 110. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da administração. CNJ.](#)

Por pertencer ao Poder judiciário, o CNJ é órgão de controle interno.

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o **Conselho Nacional de Justiça**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

### 111. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com base na legislação do estado do Amazonas referente a direito administrativo, julgue o item que se segue.

A nomeação para cargo público em caráter efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo assegurado o direito à nomeação aos aprovados classificados até o limite de vagas existentes à época do edital, no prazo de validade do concurso.

#### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidor público. Nomeação.](#)

**Justificativa de anulação do CESPE:** Embora a resposta esteja em consonância com a legislação do Estado do Amazonas, conforme cobrado no enunciado, a redação da própria legislação local pode dar margem a entendimento de que devem ser preenchidas todas as vagas existentes (e não apenas as declaradas existentes no edital do concurso). O entendimento das Cortes Superiores é de que há discricionariedade da Administração para preencher não todas as vagas existentes, mas apenas aquelas que divulga no Edital do concurso.

Art. 37, CF: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

*impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) :*

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) .*

### 112. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Para que haja condenação, deverá ser comprovado o elemento subjetivo de dolo, mas não há necessidade de que seja dolo específico, bastando para tal o dolo genérico de atentar contra os princípios da administração pública.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Dolo genérico.](#)

“A configuração do ato de improbidade por ofensa a princípio da administração depende da demonstração do **chamado dolo genérico** ou lato sensu (STJ. 2ª Turma. REsp 1383649/SE, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/09/2013).

### 113. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Não poderá ser aplicada a medida cautelar de indisponibilidade dos bens, dada a natureza do ato imputado ao réu — violação dos princípios administrativos.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Improbidade administrativa. Medida cautelar de indisponibilidade dos bens.**

"Em que pese o silêncio do art. 7º da Lei n. 8.429/92, uma interpretação sistemática que leva em consideração o poder geral de cautela do magistrado induz a concluir que **a medida cautelar de indisponibilidade dos bens também pode ser aplicada aos atos de improbidade administrativa que impliquem violação dos princípios da administração pública**, mormente para assegurar o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, se houver, e ainda a multa civil prevista no art. 12, III, da Lei n. 8.429/92" (STJ, AgRg no REsp 1.311.013/RO, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2012).

#### 114. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com base na legislação do estado do Amazonas referente a direito administrativo, julgue o item que se segue.

É indelegável a competência para editar atos de caráter normativo e para decidir recursos administrativos.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Delegação de competência.**

LEI Nº 9.784/99.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a **edição de atos de caráter normativo;**

II - a **decisão de recursos administrativos;**

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

#### 115. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O procurador poderá defender-se pessoalmente, advogando em causa própria, se contra ele for instaurado processo administrativo disciplinar. Outras categorias de servidores, contudo, necessitariam contratar advogado, imprescindível para o exercício da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Defesa técnica por advogado.](#)

**Súmula Vinculante nº 5 - STF:** não é obrigatória defesa elaborada por advogado em processo administrativo disciplinar.

#### 116. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

A limitação administrativa é instituída pela administração pública sobre determinado imóvel privado, para atendimento do interesse público, sem operar transferência de domínio, nem de posse, nem do uso total do bem a terceiros ou ao poder público.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do estado na propriedade. Limitações administrativas.](#)

*Limitações administrativas são determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.*

*É exemplo de obrigação positiva aos proprietários a que impõe a limpeza de terrenos ou a que impõe o parcelamento ou a edificação compulsória (art. 182, § 4º, CF). (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

#### 117. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

O tombamento pode ocorrer no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo um de seus principais efeitos a impossibilidade de modificação do bem. Ele pode, ainda, acarretar restrições quanto à destinação e à alienabilidade do bem.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do estado na propriedade. Tombamento.](#)

*Dec-Lei 25/37 - Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.*

*Dec-Lei 25/37 - Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.*

*Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.*

### 118. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

Tendo o direito de propriedade garantia constitucional, ao Estado só é lícito desapropriar mediante indenização prévia e se a propriedade não estiver cumprindo sua função social.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

*Art. 5 XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, **mediante justa e prévia indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição*

### 119. CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

A desapropriação para fins de reforma agrária, prevista na CF, incide sobre imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, sendo o expropriante exclusivamente a União Federal, e a indenização paga por meio de títulos, e não em dinheiro.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)



Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, **para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social**, mediante prévia e justa indenização em **títulos da dívida agrária**, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

## CESPE (AGU) 2015

### 120. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Foi editada portaria ministerial que regulamentou, com fundamento direto no princípio constitucional da eficiência, a concessão de gratificação de desempenho aos servidores de determinado ministério.

Com referência a essa situação hipotética e ao poder regulamentar, julgue o próximo item.

Na hipótese considerada, a portaria não ofendeu o princípio da legalidade administrativa, tendo em vista o fenômeno da deslegalização com fundamento na CF.

### Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Princípios e poderes da administração. Deslegalização.](#)

A deslegalização ou deslegificação, significa a retirada feita pelo próprio legislador de matérias do domínio da lei, passando-as para o domínio dos regulamentos, como no caso uma portaria ministerial. No caso em comento, fere o princípio da legalidade, uma vez que para qualquer tipo de gratificação ou aumento no salário dos servidores, deverá atender a estrita legalidade elencada na CF/88, como vemos a seguir nos artigos 37 e 169:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente **poderão ser fixados ou alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

**Art. 169.** A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º **A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração**, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

*I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*II - **se houver autorização específica na lei** de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

### 121. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

O titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação redigiu e submeteu à análise de sua consultoria jurídica minuta de despacho pelo indeferimento de pedido da empresa Salus à habilitação em dada política pública governamental. A despeito de não apresentar os fundamentos de fato e de direito para o indeferimento, o despacho em questão invoca como fundamento da negativa uma nota técnica produzida no referido ministério, cuja conclusão exaure matéria coincidente com aquela objeto do pedido da empresa Salus.

A propósito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, relativo à forma dos atos administrativos.

Na hipótese considerada, a minuta do ato do ministro apresenta vício de forma em razão da obrigatoriedade de motivação dos atos administrativos que neguem direitos aos interessados.

### Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Motivação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*

*I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

*II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;*

*III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;*

*IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;*

*V - decidam recursos administrativos;*

*VI - decorram de reexame de ofício;*

*VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;*

*VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.*

*§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.*

### 122. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

O titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação redigiu e submeteu à análise de sua consultoria jurídica minuta de despacho pelo indeferimento de pedido da empresa Salus à habilitação em dada política pública governamental. A despeito de não apresentar os fundamentos de fato e de direito para o indeferimento, o despacho em questão invoca como fundamento da negativa uma nota técnica produzida no referido ministério, cuja conclusão exaure matéria coincidente com aquela objeto do pedido da empresa Salus.

A propósito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, relativo à forma dos atos administrativos.

O ato em questão — indeferimento de pedido — deve ser prolatado sob a forma de resolução e não de despacho.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos em espécie.](#)

O ato “indeferimento de pedido” deverá ser prolatado na forma de despacho não resolução, uma vez que o despacho diz respeito a uma decisão de uma autoridade administrativa sobre um assunto submetido à sua apreciação, conforme ensina a prof.<sup>a</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro, veja:

*“Despacho é o ato administrativo que contém decisão das autoridades administrativas sobre assunto de interesse individual ou coletivo submetido à sua apreciação.” (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

Já uma resolução, diz respeito a atos emanados por autoridades de alto escalão administrativo, como ministros ou secretários, vejamos a definição dada pelo Mestre José Dos Santos Carvalho Filho (2018):

*Resoluções são atos, normativos ou individuais, emanados de autoridades de elevado escalão administrativo, como, por exemplo, Ministros e Secretários de Estado ou Município, ou de algumas pessoas administrativas ligadas ao Governo. Constituem matéria das resoluções todas as que se inserem na competência específica dos agentes ou pessoas jurídicas responsáveis por sua expedição.*

### 123. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Foi editada portaria ministerial que regulamentou, com fundamento direto no princípio constitucional da eficiência, a concessão de gratificação de desempenho aos servidores de determinado ministério.

Com referência a essa situação hipotética e ao poder regulamentar, julgue o próximo item.

As portarias são qualificadas como atos de regulamentação de segundo grau.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos administrativos em espécie.**

Segundo o professor José dos Santos Carvalho Filho (2018), existem dois graus de regulamentação, o primeiro refere-se aos decretos e regulamentos e aqueles que o regulamentam, como as portarias, são considerados como atos de regulamentação de segundo grau, vejamos:

*Por esse motivo é que, considerando nosso sistema de hierarquia normativa, podemos dizer que existem graus diversos de regulamentação conforme o patamar em que se aloje o ato regulamentador. Os decretos e regulamentos podem ser considerados como atos de regulamentação de primeiro grau; outros atos que a eles se subordinem e que, por sua vez, os regulamentem, evidentemente com maior detalhamento, podem ser qualificados como atos de regulamentação de segundo grau, e assim por diante. Como exemplo de atos de regulamentação de segundo grau, podemos citar as instruções expedidas pelos Ministros de Estado, que têm por objetivo regulamentar as leis, decretos e regulamentos, possibilitando sua execução.*

Portanto, correta a questão trazida pelo CESPE, conforme a doutrina de José dos Santos Carvalho Filho.

### 124. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Foi editada portaria ministerial que regulamentou, com fundamento direto no princípio constitucional da eficiência, a concessão de gratificação de desempenho aos servidores de determinado ministério.

Com referência a essa situação hipotética e ao poder regulamentar, julgue o próximo item.

A portaria em questão poderá vir a ser sustada pelo Congresso Nacional, se essa casa entender que o ministro exorbitou de seu poder regulamentar.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Controle da administração. Controle dos atos administrativos pelo Congresso Nacional.**

*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;*

### 125. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Com relação ao controle da administração pública e à responsabilidade patrimonial do Estado, julgue o seguinte item.

Em consonância com o entendimento do STF, os serviços sociais autônomos estão sujeitos ao controle finalístico do TCU no que se refere à aplicação de recursos públicos recebidos.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Controle da administração. Controle finalístico do TCU.](#)

Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS VINCULADOS A ENTIDADES SINDICAIS. SISTEMA “S”. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA. RECRUTAMENTO DE PESSOAL. REGIME JURÍDICO DEFINIDO NA LEGISLAÇÃO INSTITUIDORA. SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE. NÃO SUBMISSÃO AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO (ART. 37, II, DA CF). 1. Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema “S”, vinculados a entidades patronais de grau superior e patrocinados basicamente por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado, ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a Administração Pública, embora colaborem com ela na execução de atividades de relevante significado social. **Tanto a Constituição Federal de 1988, como a correspondente legislação de regência (como a Lei 8.706/93, que criou o Serviço Social do Trabalho – SEST) asseguram autonomia administrativa a essas entidades, sujeitas, formalmente, apenas ao controle finalístico, pelo Tribunal de Contas, da aplicação dos recursos recebidos.** Presentes essas características, não estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal, nos moldes do art. 37, II, da Constituição Federal. Precedente: ADI 1864, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 2/5/2008. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (RE 789874/DF – 17/09/2014)

### 126. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Com relação ao controle da administração pública e à responsabilidade patrimonial do Estado, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Um veículo oficial da AGU, conduzido por servidor desse órgão público, passou por um semáforo com sinal vermelho e colidiu com um veículo particular que trafegava pela contramão. Assertiva: Nessa situação, como o Brasil adota a teoria da responsabilidade objetiva, existirá a responsabilização indenizatória integral do Estado, visto que, na esfera administrativa, a culpa concorrente elide apenas parcialmente a responsabilização do servidor.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Teoria do risco administrativo.**

Como o Brasil, no artigo 37, §6º da CF/1988, adotou a responsabilidade civil objetiva, na modalidade risco administrativo, na qual a vítima do evento danoso, não deverá comprovar culpa ou dolo por parte do agente público causador do dano.

Acontece, que o Brasil também adotou a Teoria do risco administrativo, na qual responde integralmente caso não existir nenhuma atenuante ou excludente. No caso em comento, houve culpa concorrente, devendo o *quantum* indenizatório ser atenuado, visto que elide parcialmente a responsabilidade do Servidor público causador do dano.

### 127. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Se o Ministério da Saúde adquirir um grande lote de medicamentos para combater uma epidemia de dengue, essa aquisição, no que se refere ao critério, será classificada como serviço coletivo devido ao fato de esses medicamentos se destinarem a um número indeterminado de pessoas.

#### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Serviços Públicos. Classificação.**

A anulação foi baseada nesta fundamentação dada pela banca CESPE:

*"A divergência quanto à possibilidade de classificar uma aquisição como serviço público gera dúvida suficiente para fundamentar a anulação do item, tendo em vista que sua redação pode induzir o candidato a interpretar que a classificação se refere à "aquisição" e não ao "serviço".*

### 128. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Se a União, por intermédio de determinado órgão federal situado em um estado da Federação, celebrar convênio cuja execução envolva a alocação de créditos de leis orçamentárias subsequentes, a consequente indicação do crédito orçamentário do respectivo empenho para atender aos exercícios posteriores dispensará a elaboração de termo aditivo, bem como a prévia aprovação pela consultoria jurídica da União no mencionado estado.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Contratos administrativos. Convênios.](#)

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014 – AGU:**  
"NOS CONVÊNIOS CUJA EXECUÇÃO ENVOLVA A ALOCAÇÃO DE CRÉDITOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS SUBSEQUENTES, A INDICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO RESPECTIVO EMPENHO PARA ATENDER À DESPESA RELATIVA AOS EXERCÍCIOS POSTERIORES PODERÁ SER FORMALIZADA, RELATIVAMENTE A CADA EXERCÍCIO, POR MEIO DE APOSTILA. TAL MEDIDA DISPENSA O PRÉVIO EXAME E APROVAÇÃO PELA ASSESSORIA JURÍDICA."

### 129. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Durante a realização de obras resultantes de uma PPP firmada entre a União e determinada construtora, para a duplicação de uma rodovia federal, parte do asfalto foi destruída por uma forte tempestade. Assertiva: Nessa situação, independentemente de o referido problema ter decorrido de fato imprevisível, o Estado deverá solidarizar-se com os prejuízos sofridos pela empresa responsável pela obra.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Parcerias público-privadas.](#)

Segundo a Lei 11.079/2004, uma das cláusulas que deverão constar no contrato de parceria público-privada, será a repartição de riscos entre as partes (União e a construtora), inclusive os que se referem a caso fortuito e força maior, como é o caso de uma forte tempestade.

Vejamos o artigo para memorização:

Art. 5º As **cláusulas dos contratos de parceria público-privada** atenderão ao disposto no art. 23 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, **devendo também prever:**

III – a **repartição de riscos entre as partes**, inclusive os referentes a caso fortuito, **força maior**, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

### 130. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

No que se refere à responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Determinado ministério, com base em parecer opinativo emitido pela sua consultoria jurídica, decidiu adquirir alguns equipamentos de informática. No entanto, durante o processo de compra dos equipamentos, foi constatada, após correção, ilegalidade consistente em superfaturamento dos preços dos referidos equipamentos. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, ainda que não seja comprovada a má-fé do advogado da União, ele será solidariamente responsável com a autoridade que produziu o ato final.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Responsabilidade Civil do Estado e prescrição. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer.](#)

“Controle externo. Auditoria pelo TCU. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico de natureza opinativa. Segurança deferida. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir. No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. Controle externo: **É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa.**” (MS 24.631, rel. min.Joaquim Barbosa, julgamento em 9-8-2007, Plenário, DJ de 1º-2-2008.)





O Novo Código de Processo Civil, tratou da advocacia pública no Título VI e especificamente trouxe esta situação, na qual o membro da Advocacia pública será responsável civilmente quando agir com **dolo** ou **fraude** no exercício de suas funções. É a dicção do novel art. 184:

*Art. 184. O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções*

### 131. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

De acordo com a doutrina dominante, caso uma universidade tenha sido construída sobre parte de uma propriedade particular, a União, assim como ocorre com os particulares, poderá adquirir o referido bem imóvel por meio da usucapião, desde que sejam obedecidos os requisitos legais.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Bens públicos. Aquisição.**

A questão trouxe um tema interessante, na qual segundo a doutrina dominante, entende-se que poderão ser adquiridos pelos Entes públicos, bens imóveis utilizando os institutos privados elencados no Código Civil como a Usucapião.

É o que entende José dos Santos Carvalho Filho, que brilhantemente trata do tema:

*Outra forma de aquisição de bens públicos é através de usucapião.*

*O Código Civil admite expressamente o usucapião como forma de aquisição de bens (art. 1.238, Código Civil) e estabelece algumas condições necessárias à consumação aquisitiva, como a posse do bem por determinado período, a boa-fé em alguns casos e a sentença declaratória da propriedade. **Poder-se-ia indagar se a União, um Estado ou Município, ou ainda uma autarquia podem adquirir bens por usucapião. A resposta é positiva.** A lei civil, ao estabelecer os requisitos para a aquisição da propriedade por usucapião, não descartou o Estado como possível titular do direito.*

*Segue-se, pois, que, observados os requisitos legais exigidos para os possuidores particulares de modo geral, **podem as pessoas de direito público adquirir bens por usucapião.** Esses bens, uma vez consumado o processo aquisitivo, **tornar-se-ão bens públicos.***

### 132. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: A União decidiu construir um novo prédio para a Procuradoria-Regional da União da 2.<sup>a</sup> Região para receber os novos advogados da União. No entanto, foi constatado que a única área disponível, no centro do Rio de Janeiro, para a realização da referida obra estava ocupada por uma praça pública. Assertiva: Nessa situação, não há possibilidade de desafetação da área disponível por se tratar de um bem de uso comum do povo, razão por que a administração deverá procurar por um bem dominical.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Afetação.](#)

Conforme o artigo 100 do Código Civil de 2002:

*Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.*

Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis **enquanto conservarem tal qualificação**. Acontece que, existe no direito administrativo, um instituto chamado “desafetação” na qual é retirado do bem público sua destinação, no caso, a praça pública seria retirada tal denominação e destinação, passando a ser apenas um bem dominical.

Portanto, plenamente possível a desafetação da referida praça pública, desde que atenda a todos os requisitos legais para isso.

Lembrando que o contrário da desafetação seria a “afetação”, na qual consiste em dar uma destinação ao bem público, por exemplo, um terreno vazio de uma autarquia federal, após o devido procedimento legal, é construída uma praça pública, portanto, passa a ser um bem de uso comum do povo, visto que foi dada uma destinação, ou seja, o bem sofreu uma afetação.

### 133. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o próximo item, referente à utilização dos bens públicos e à desapropriação.

Se os membros de uma comunidade desejarem fechar uma rua para realizar uma festa comemorativa do aniversário de seu bairro, será necessário obter da administração pública uma permissão de uso.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Utilização dos bens públicos.](#)

Neste caso, seria hipótese de autorização de uso, conforme explica José dos Santos Carvalho Filho:

*Autorização de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seu próprio interesse.*

*Esse ato administrativo é unilateral, porque a exteriorização da vontade é apenas da Administração Pública, embora o particular seja o interessado no uso. É também discricionário, porque depende da valoração do Poder Público sobre a conveniência e a oportunidade em conceder o consentimento. Trata-se de ato precário: a Administração pode revogar posteriormente a autorização se sobrevierem razões administrativas para tanto, não havendo, como regra, qualquer direito de indenização em favor do administrado.*

O mesmo autor faz a diferenciação com o instituto da permissão de uso:

*Permissão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.*

*O delineamento jurídico do ato de permissão de uso guarda visível semelhança com o de autorização de uso. São realmente muito assemelhados. A distinção entre ambos está na predominância, ou não, dos interesses em jogo. Na autorização de uso, o interesse que predomina é o privado, conquanto haja interesse público como pano de fundo. Na permissão de uso, os interesses são nivelados: a Administração tem algum interesse público na exploração do bem pelo particular, e este tem intuito lucrativo na utilização privativa do bem.*

### 134. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

De acordo com o STF, embora exista a possibilidade de desconto pelos dias que não tenham sido trabalhados, será ilegal demitir servidor público em estágio probatório que tenha aderido a movimento paredista.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Direito de Greve.](#)

Ementa: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO DE GREVE. SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. FALTA POR MAIS DE TRINTA DIAS. DEMISSÃO.SEGURANÇA CONCEDIDA. **1. A simples circunstância de o servidor público estar em estágio probatório não é justificativa para demissão com fundamento na sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.** 2. A ausência de regulamentação do direito de greve não transforma os dias de paralização em movimento grevista em faltas injustificadas. 3. Recurso extraordinário a que se nega seguimento. (RE 226966/RS)

135. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

Se, em uma operação da Polícia Federal, um agente público for preso em flagrante devido ao recebimento de propina, e se, em razão disso, houver ajuizamento de ação penal, um eventual processo administrativo disciplinar deverá ser sobrestado até o trânsito em julgado do processo criminal.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Responsabilidade do servidor.](#)

DIREITO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE SUSPENSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DIANTE DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL RELATIVA AOS MESMOS FATOS.

Não deve ser paralisado o curso de processo administrativo disciplinar apenas em função de ajuizamento de ação penal destinada a apurar criminalmente os mesmos fatos investigados administrativamente. **As esferas administrativa e penal são independentes, não havendo falar em suspensão do processo administrativo durante o trâmite do processo penal.** Ademais, é perfeitamente possível que determinados fatos constituam infrações administrativas, mas não ilícitos penais, permitindo a aplicação de penalidade ao servidor pela Administração, sem que haja a correspondente aplicação de penalidade na esfera criminal. Vale destacar que é possível a repercussão do resultado do processo penal na esfera administrativa no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, devendo ser revista a pena administrativa porventura aplicada antes do término do processo penal. MS 18.090-DF, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 8/5/2013

*Lei 8.112/90 Art. 125. As sanções civis, **penais** e **administrativas** poderão cumular-se, sendo **independentes entre si.***

136. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

De acordo com o STF, embora exista a possibilidade de desconto pelos dias que não tenham sido trabalhados, será ilegal demitir servidor público em estágio probatório que tenha aderido a movimento paredista.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Direito de Greve.](#)

Ementa: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO DE GREVE. SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. FALTA POR MAIS DE TRINTA DIAS. DEMISSÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. **A simples circunstância de o servidor público estar em estágio probatório não é justificativa para demissão com fundamento na sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.** 2. A ausência de regulamentação do direito de greve não transforma os dias de paralização em movimento grevista em faltas injustificadas. 3. Recurso extraordinário a que se nega seguimento. (RE 226966/RS)

### 137. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o item a seguir, referente a agente público.

Se determinado agente público responder ação de improbidade administrativa por desvio de recursos públicos, um eventual acordo ou uma eventual transação entre as partes envolvidas no processo estarão condicionados ao ressarcimento integral dos recursos públicos ao erário antes da sentença.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Transação.](#)

*Lei 8.429/92 - Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

*§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.*

### 138. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Se, em procedimento licitatório na modalidade convite deflagrado pela União, não se apresentarem interessados, e se esse procedimento não puder ser repetido sem prejuízo para a administração, ele poderá ser dispensado, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Convite.](#)

*ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU*

*"NÃO SE DISPENSA LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NOS INCS. V E VII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CASO A LICITAÇÃO FRACASSADA OU DESERTA TENHA SIDO REALIZADA NA MODALIDADE CONVITE."*

### 139. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Na hipótese de nulidade de contrato entre a União e determinada empresa, a despesa sem cobertura contratual deverá ser reconhecida pela União como obrigação de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que a nulidade do contrato for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem der causa à nulidade.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Contratos administrativos. Declaração de nulidade.](#)

*Orientação Normativa nº4 de 01/04/2009:*

*"A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA."*

*Lei 8.666/93 - Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.*

*Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.*

### 140. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Julgue o próximo item, referente à utilização dos bens públicos e à desapropriação.

De acordo com o STJ, ao contrário do que ocorre nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, é vedada a imissão provisória na posse de terreno pelo poder público em casos de desapropriação para utilidade pública.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação.](#)

**AgRg na SLS 1681:** AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. GRAVE LESÃO

À ORDEM E ECONOMIA PÚBLICAS. EXISTÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DEFERIDO. AGRAVO REGIMENTAL DO PARTICULAR DESPROVIDO.

I – Consoante a legislação de regência (v.g. Lei n. 8.437/1992 e n. 12.016/2009) e a jurisprudência deste Superior Tribunal e do c.

Pretório Excelso, somente será cabível o pedido de suspensão quando a decisão proferida contra o Poder Público puder provocar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II – Na hipótese, causa lesão à ordem e à economia públicas a decisão que impede, em ação de desapropriação de imóvel por utilidade pública, a imissão provisória na posse pelo ente expropriante, em virtude da ausência de indenização prévia referente ao fundo de comércio, pois tal decisão paralisa obra de suma importância para a cidade de São Paulo/SP, qual seja, a expansão de seu sistema metroviário.

III – A indenização pelo fundo de comércio, apesar de devida, não pode obstar a imissão provisória da posse pelo ente expropriante, cujos requisitos são a declaração de urgência e o depósito do valor estabelecido conforme o art. 15 do Decreto-lei nº 3365/41.

Agravo regimental desprovido.

#### 141. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato, sendo o prazo de validade da ata de registro de preços de, no máximo, um ano, no qual devem ser computadas as eventuais prorrogações, que terão de ser devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade superior, devendo a proposta continuar sendo mais vantajosa.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Licitação. Registro de preço.](#)

*ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU (com redação alterada em 2014)*  
*"O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE NO MÁXIMO UM ANO, NOS TERMOS DO ART.15, §3º, INC. III, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, RAZÃO PELA QUAL EVENTUAL PRORROGAÇÃO DA SUA VIGÊNCIA, COM FUNDAMENTO NO ART. 12, CAPUT, DO DECRETO Nº 7.892, DE 2013, SOMENTE SERÁ ADMITIDA ATÉ O REFERIDO LIMITE E*

DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR E QUE A PROPOSTA CONTINUE SE MOSTRANDO MAIS VANTAJOSA.”

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU  
"NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO.”

#### 142. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Se a consultoria jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente divergir acerca da interpretação dada pela consultoria jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre determinada lei, a controvérsia deverá ser dirigida à Secretaria-Geral de Consultoria, órgão de direção superior da AGU competente para orientar e coordenar os trabalhos das consultorias jurídicas no que se refere à uniformização da jurisprudência administrativa e à correta interpretação das leis.

#### Comentários

Gabarito: Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Competência dos departamentos de coordenação e orientação de órgãos jurídicos.**

*Decreto 7.392/2010 - Art. 14. Ao Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos compete:*

*I – orientar e coordenar os trabalhos das Consultorias Jurídicas ou órgãos equivalentes, especialmente no que se refere à:*

*a) uniformização da jurisprudência administrativa;*

*b) correta aplicação das leis e observância dos pareceres, notas e demais orientações da Advocacia-Geral da União; e*

#### 143. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A Secretaria-Geral de Contencioso é o órgão de direção superior da AGU competente para subsidiar as informações a serem prestadas pelo presidente da República ao STF em mandados de segurança, tendo em vista a sua atribuição de assistência na representação judicial da União perante referido tribunal.

#### Comentários

Gabarito: Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Secretaria-Geral de Contencioso.**

*Decreto 7.392/2010 - Art. 2o A Advocacia-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional:*

*II – órgãos de direção superior:*

*a) Secretaria-Geral de Consultoria;*



1. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos;

b) Secretaria-Geral de Contencioso;

A atribuição da Secretaria-Geral do Contencioso está no artigo 8º do Decreto 7.392/2010, dentre elas:

Art.8º: À Secretaria-Geral de Contencioso compete:

II – assistir o Advogado-Geral da União na representação judicial, perante o Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado e do Presidente da República, ressalvadas as informações deste último em mandados de segurança e injunção;

#### 144. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Na hipótese de haver controvérsia extrajudicial entre um órgão municipal e uma autarquia federal, poderá a questão ser dirimida, por meio de conciliação, pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

#### Comentários

Gabarito: Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Câmara de conciliação e Arbitragem da Administração Federal.**

Decreto 7.392/2010:

Art. 18. A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal compete:

III – dirimir, por meio de conciliação, as controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como entre esses e a Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios;

#### 145. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Para prevenir litígios nas hipóteses que envolvam interesse público da União, pode o AGU autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela administração pública federal, o qual deve conter, entre outros requisitos, a previsão de multa ou sanção administrativa para o caso de seu descumprimento.

#### Comentários

Gabarito: Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da administração. Atribuições do Advogado-Geral da União.**

Decreto 7.392/2010

Art. 36. São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo:

XIV – autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela Administração Pública Federal;

A Lei 9.469/97

*Art. 4o-A. O termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias e fundações, firmado pela Advocacia-Geral da União, deverá conter:*

*I – a descrição das obrigações assumidas;*

*II – o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações;*

*III – a forma de fiscalização da sua observância;*

*IV – os fundamentos de fato e de direito; e*

*V – a previsão de multa ou de sanção administrativa, no caso de seu descumprimento*

#### 146. CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

A Lei n.º 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, prevê como beneficiários apenas os servidores públicos de cargo efetivo, excluindo do seu alcance, por conseguinte, os servidores ocupantes de cargos comissionados.

### Comentários

Gabarito: Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Regime de previdência.**

*A lei 12.618/2012:*

*Art. 2o Para os efeitos desta Lei, entende-se por:*

*II – participante: o servidor público titular de cargo efetivo da União, inclusive o membro do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, que aderir aos planos de benefícios administrados pelas entidades a que se refere o art. 4o desta Lei;*

#### CESPE (PGM SALVADOR) 2015

#### 147. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

A respeito da revogação de ato administrativo, assinale a opção correta.

a) Revogação é instrumento jurídico utilizado pela administração pública para suspender temporariamente a validade de um ato administrativo por motivos puramente discricionários.

b) A prerrogativa de invalidar ato administrativo é da própria administração pública, ao passo que a de revogá-lo é do Poder Judiciário, em decisão referente a caso concreto que lhe seja apresentado.

c) Se ficar constatado que determinado ato administrativo contém vício de legalidade, a administração pública deverá promover a sua revogação.

d) Em geral, a revogação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, mas, em determinadas situações, pode ela ter efeitos ex nunc.

**e) Caso haja a revogação de ato administrativo revogador, não poderão ser aproveitados os efeitos produzidos no período em que vigorava o primeiro ato revogador.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Revogação.](#)

É o fenômeno conhecido como repristinação, a doutrina nega que possa acontecer, uma vez que os efeitos do ato revogatório são “ex nunc”, ou seja, só produzem efeitos futuros, não podendo desta forma o ato administrativo revogador atingir eventos passados, no caso em concreto, o ato administrativo revogado.

#### 148. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta relativamente a bens públicos.

**a) No caso de desapropriação cujo objetivo seja o repasse dos bens a terceiros, os bens desapropriados manterão sua condição de bens públicos enquanto não se der a sua transferência aos beneficiados.**

b) O uso privativo, ou uso especial privado, consiste no direito de utilização de bens públicos outorgado pela administração tão somente para determinadas pessoas jurídicas, mediante instrumento jurídico próprio para tal finalidade.

c) Por meio da permissão de uso, a administração permite que determinada pessoa utilize de forma privativa um bem público, atendendo assim a interesse exclusivamente privado.

d) É inadmissível a doação de bens públicos, mesmo em caráter excepcional, dada a indisponibilidade desses bens em nome do interesse público.

e) Quanto à destinação, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais, sendo definidos como bens de uso comum do povo aqueles que se destinem a utilização específica pelos indivíduos.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Repasse dos bens a terceiros.](#)

A natureza jurídica de bem público será mantida até a posterior transferência, ficando o bem com a titularidade do ente público que desapropriou.

#### 149. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Com relação à perda de cargo público por excesso de despesa, conforme previsto na Lei n.º 9.801/1999, assinale a opção correta.

- a) Quando houver necessidade de corte dos gastos públicos que exija exoneração de servidores estáveis, também os que exerçam atividade exclusiva de Estado podem ser atingidos, conforme as mesmas regras aplicáveis aos demais.
- b) A exoneração de servidor público estável, se necessária, não gerará direito a indenização, pois o desligamento visa obter redução dos custos da máquina pública e não produzir mais despesas.
- c) Um dos critérios utilizados para selecionar o servidor público estável a ser exonerado é o tempo de serviço, devendo ser preferencialmente exonerado aquele que tiver maior tempo de serviço público.
- d) Os cargos vagos por conta da dispensa de servidores estáveis serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargos, empregos ou funções de atribuições iguais ou assemelhadas pelo período de quatro anos.**
- e) A exoneração de servidor público estável pode ser efetuada mesmo que não esteja delimitada a economia de recursos que as exonerações irão proporcionar, visto que toda exoneração gera como consequência a diminuição da despesa.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Perda de cargo público.**

*LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999.*

*Art. 4º Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis de que trata esta Lei serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.*

### 150. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta de acordo com as disposições previstas na LC n.º 1/1991.

- a) É lícita a acumulação de cargo público com outra função pública, desde que esta não seja remunerada.**
- b) Uma vez comprovada a acumulação ilegal de cargos públicos por meio de processo administrativo regular, ao servidor será imposta a penalidade de demissão do segundo cargo ocupado.
- c) A proibição de acumular cargos públicos não se estende aos empregos em empresas públicas e em sociedades de economia mista da União, do DF, dos estados, dos territórios e dos municípios.
- d) A comprovação de acumulação de cargos públicos vedada em lei não implicará a devolução de verbas percebidas indevidamente, mesmo que seja comprovada a má-fé do servidor.

e) A acumulação de cargos, ainda que lícita, não poderá exceder a carga horária semanal máxima de sessenta horas.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Acumulação de cargo público.](#)

*LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 15 DE MARÇO DE 1991.*

*Art. 162 Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas.*

*§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.*

*§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.*

#### 151. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

À luz do disposto na CF, assinale a opção correta a respeito do servidor público.

a) Excluídas as autarquias e as fundações, assegura-se, aos servidores titulares de cargos efetivos dos municípios, dos estados, do DF e da União, regime de previdência de caráter contributivo e solidário por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, com a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

b) Desde que instituíam regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargos efetivos, os municípios, os estados, o DF e a União poderão fixar como valor para as respectivas aposentadorias e pensões o limite mínimo estabelecido para os benefícios do RGPS.

**c) Os municípios, os estados, o DF e a União disciplinarão, nos termos de lei, editada por cada um deles, a aplicação de recursos orçamentários resultantes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, entre outros fins.**

d) Poderá ser aplicado o RGPS ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, assim declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, bem como ao ocupante de emprego público ou de outro cargo temporário.

e) A CF estabelece que membros de poder, detentores de mandato eletivo, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais serão remunerados por subsídios fixados em parcela única, sendo permitido o pagamento de verba de representação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Servidores públicos. Programas de qualidade e produtividade.](#)

*Art. 39, § 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*

## 152. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa.

a) Se alguém que causou lesão ao patrimônio público vier a falecer, seu sucessor ficará sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor da herança.

b) Caso seja iniciada ação judicial por improbidade, o juiz deverá extinguir o processo com julgamento de mérito se verificar a inadequação da ação em qualquer fase do processo.

c) O juiz que determinar o afastamento de agente público do exercício do cargo, emprego ou função poderá ordenar a suspensão da remuneração recebida por esse agente na tentativa de evitar maior prejuízo aos cofres públicos.

d) O agente público que se recusar a apresentar declaração dos seus bens dentro do prazo determinado deverá ser punido com suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

e) Considera-se ato de improbidade que causa prejuízo ao erário o recebimento de vantagem econômica para promover a intermediação da liberação de verba pública de qualquer natureza.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Sucessão.**

*Lei 8.429/92 - Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

## 153. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca dos processos administrativos no âmbito federal.

a) No processo administrativo, os prazos começam a fluir da data da ciência oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.

**b) No caso de ser obrigatória a emissão de parecer vinculante, não sendo ele emitido no prazo de quinze dias, o processo não terá seguimento até a apresentação desse parecer, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.**

c) Caso o interessado desista totalmente de pedido formulado perante a administração, ficará prejudicado o andamento do processo, não sendo possível que a administração determine seu prosseguimento.

d) Os critérios que serão observados nos processos administrativos incluem a subjetividade no atendimento do interesse público, que veda a promoção de pessoal, de agentes ou de autoridades.

e) Devido à informalidade que permeia o processo administrativo, nele as provas ilícitas podem ser aceitas.

## Comentários

Gabarito: **B**

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo federal e local. Pareceres.**

*Lei 9.784/99 - Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.*

*§ 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.*

*§ 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.*

### 154. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Com base no disposto na Lei de Licitações, assinale a opção correta.

a) Para os fins da lei em apreço, considera-se execução indireta aquela que é promovida por órgãos da administração pública indireta.

b) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concorrência.

c) É dispensável a licitação para aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, mediante comprovação de exclusividade feita nos termos legais.

**d) No tocante à documentação relativa a qualificação técnica, deve ser sempre admitida a comprovação de aptidão mediante certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**

e) É criminosa a conduta adotada para facilitar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitação. Qualificação técnica.**

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*

#### 155. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assinale a opção correta no que se refere a contrato administrativo.

a) Nos contratos celebrados pela administração, o foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o do contratado.

**b) Caso o contrato contenha vício de legalidade, como a ausência de algum dos requisitos de validade dos atos administrativos em geral, deverá ser promovida a sua invalidação, ou anulação, e não a sua revogação.**

c) O contrato administrativo pode ter o seu equilíbrio quebrado em virtude de o Estado praticar ato ilícito que lhe modifique as condições, de modo a provocar prejuízo ao contratado. Nessa situação, fica caracterizado o denominado fato do príncipe.

d) O direito a revisão depende de previsão expressa no contrato, sendo insuficiente para a sua concessão a demonstração da existência de fato superveniente que tenha causado desequilíbrio econômico-financeiro no ajuste.

e) Devido à natureza personalíssima do contrato administrativo, não se admite subcontratação de partes de obra ou serviço contratado pelo poder público.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Contrato administrativo. Anulação.**

*Lei 9.784/99 - Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

#### **Súmula 473 - STF**

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



**156. CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015**

Considerando que o município de Salvador tenha decidido licitar a construção de uma creche municipal em local de propriedade privada, assinale a opção correta acerca do instrumento convocatório e do processo licitatório em si à luz da Lei n.º 4.484/1992.

- a) Será válida a inserção, no edital, de cláusula de preferência a competidores com domicílio no município de Salvador.
- b) A irregularidade fiscal do licitante com a fazenda pública federal não impedirá a contratação deste pelo município.
- c) A obra não poderá ser licitada sem que haja a prévia formulação de seu projeto básico, aprovado pela autoridade competente.**
- d) Não há óbice à contratação de empresa da qual o autor do projeto básico seja subcontratado.
- e) O processo licitatório em questão independerá de prévia edição de decreto expropriatório.

**Comentários**

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Licitação. Requisitos.**

*Lei 4484/92 | Lei nº 4484 de 08 de janeiro de 1992*

*Art. 5º - Nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratados, sob pena de nulidades dos atos e da responsabilidade de quem lhes dar causa, sem atendimento dos seguintes requisitos:*

*IV - existência de projeto executivo ou, pelo menos, projeto básico, aprovado pela autoridade competente;*

**CESPE (PGE BA) 2014**

**157. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014**

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

O atendimento ao princípio da eficiência administrativa autoriza a atuação de servidor público em desconformidade com a regra legal, desde que haja a comprovação do atingimento da eficácia na prestação do serviço público correspondente.

**Comentários**

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da eficiência administrativa.**

*Agora, o princípio da legalidade deve ficar resguardado, porque a eficácia que a Constituição propõe é sempre suscetível de ser alcançada conforme o ordenamento*

*jurídico, e em nenhum caso ludibriando este último, que haverá de ser modificado quando sua inadequação às necessidades presentes constitua um obstáculo para a gestão eficaz dos interesses gerais, porém nunca poderá se justificar a atuação administrativa contrária ao direito, por mais que possa ser elogiado em termos de pura eficiência. (Jesus Leguina Villa, 1995:637 in PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di, Direito Administrativo, 2018)*

*Vale dizer que a eficiência é princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

## 158. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

Suponha que o governador de determinado estado tenha atribuído o nome de Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, a escola pública estadual construída com recursos financeiros repassados mediante convênio com a União. Nesse caso, há violação do princípio da impessoalidade, dada a existência de proibição constitucional à publicidade de obras com nomes de autoridades públicas.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Princípios e poderes da administração. Princípio da impessoalidade.](#)

*Constituição do Estado da Bahia - Art. 21 - Fica vedada, no território do Estado, a utilização de nome, sobrenome ou cognome de **pessoas vivas**, nacionais ou estrangeiras, para denominar as cidades, localidades, artérias, logradouros, prédios e equipamentos públicos de qualquer natureza.*

## 159. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Incorre em vício de forma a edição, pelo chefe do Executivo, de portaria por meio da qual se declare de utilidade pública um imóvel, para fins de desapropriação, quando a lei exigir decreto.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 6o A declaração de utilidade pública **far-se-á por decreto** do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.*

160. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

O ato de exoneração do ocupante de cargo em comissão deve ser fundamentado, sob pena de invalidade por violação do elemento obrigatório a todo ato administrativo: o motivo.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão.](#)

TRF-4 - APELAÇÃO CIVEL AC 1622 RS 2003.71.09.001622-6 (TRF-4)

Data de publicação: 15/12/2008

Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL. CARGO EM COMISSÃO, CÓDIGO DAS-101.2. EXONERAÇÃO REALIZADA PELO PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL EM EXERCÍCIO. COMPETÊNCIA. ATO DISCRICIONÁRIO. MOTIVAÇÃO INEXISTENTE. NÃO OCORRÊNCIA. 1. O ato de exoneração do apelante, que exercia o Cargo em Comissão de Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Bagé, RS, foi praticado pela autoridade (Procurador-Geral Adjunto) substituta do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Consoante o disposto no art. 38 , § 1º , da Lei nº 8.112 /90, tal substituição ocorre não apenas nos casos de impedimento ou afastamento, mas também na hipótese de vacância. 2. Não há vício de origem no ato que designou o Procurador-Geral Adjunto para substituir o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, uma vez que o Presidente da República, nos termos do art. 84 , parágrafo único , da Constituição Federal , pode delegar aos Ministros de Estado o provimento de cargos públicos federais. Na hipótese dos autos, a referida delegação se deu por meio do Decreto nº 4.579 /03. 3. **A exoneração dos ocupantes de cargo em comissão não necessita ser fundamentada, pois se trata de ato discricionário. Porém, se existente a motivação, a validade do ato fica a ela vinculada, de modo que, se inexistentes ou falsos os motivos que levaram à exoneração, tal ato revela-se nulo.** 4. O recorrente foi exonerado do Cargo em Comissão de Procurador-Seccional da Fazenda Nacional com fundamento no art. 66 da LC nº 73 /93, dispositivo que não abrange o aludido cargo. Porém, como era o único Procurador-Seccional no Município de Bagé, a ele competia as atribuições de Procurador-Chefe, nos termos do art. 14 do Decreto-lei nº 147 /67 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Assim, correta a motivação do ato de exoneração. 5. Apelação improvida.

161. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Os atos enunciativos, como as certidões, por adquirirem os seus efeitos por lei, e não pela atuação administrativa, não são passíveis de revogação, ainda que por razões de conveniência e oportunidade.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Atos enunciativos.](#)

Pelo fato de os atos enunciativos não produzirem efeitos, estes não poderão ser revogados, mas poderão ser anulados caso exista um eventual vício de legalidade.

*São atos enunciativos as certidões, atestados, informações, pareceres, vistos. Encerram juízo, conhecimento ou opinião e não manifestação de vontade produtora de efeitos jurídicos. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro).*

#### 162. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Ao secretário estadual de finanças é permitido delegar, por razões técnicas e econômicas e com fundamento no seu poder hierárquico, parte de sua competência a presidente de empresa pública, desde que o faça por meio de portaria.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Delegação.](#)

Não existe poder hierárquico entre a Administração Direta e a Indireta, apenas existe uma vinculação administrativa, sendo o controle decorrente desta vinculação apenas finalístico, eis o erro da questão.

No artigo 12 da Lei 9.784/99 resta evidente este entendimento, uma vez que é permitida a delegação de competência apenas entre órgãos e titulares.

*Lei 9.784/99 - Art. 12. **Um órgão administrativo e seu titular poderão**, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, **ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados**, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*

#### 163. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

A aplicação das penas de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano em virtude da prática de ato de improbidade administrativa situa-se no âmbito do poder disciplinar da administração pública.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder Disciplinar.](#)

Trata-se, no âmbito das penas de perda da função pública, de poder punitivo do Estado, efetuada através de sentença transitada em julgado conforme o artigo 20, da Lei 8.429/92, vejamos:

*Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só **se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.***

Já o poder disciplinar, permite à Administração apurar e aplicar eventuais penalidades de cunho administrativo aos seus servidores e a todas as pessoas sujeitas à disciplina interna do Poder público.

### 164. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Constitui exemplo de poder de polícia a interdição de restaurante pela autoridade administrativa de vigilância sanitária.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.](#)

*CTN - Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, **à higiene**, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)*

### 165. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

Suponha que, em razão de antiga inimizade política, o prefeito do município X desaproprie área que pertencia a Cleide, alegando interesse social na construção de uma escola de primeiro grau. Nessa situação hipotética, a conduta do prefeito caracteriza desvio de poder.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Desvio de poder.](#)

*Trata-se do desvio de poder ou desvio de finalidade, definido pela Lei n.º 4.717/65 como aquele que se verifica quando "o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" (art. 2º, parágrafo único, e).*

*Mais uma vez, o conceito legal está incompleto. Visto que a finalidade pode ter duplo sentido (amplo e restrito), pode-se dizer que ocorre o desvio de poder quando o agente pratica o ato com inobservância do interesse público ou com objetivo diverso daquele previsto explícita ou implicitamente na lei. O agente desvia-se ou afasta-se da finalidade que deveria atingir para alcançar resultado diverso, não amparado pela lei. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018)*

#### 166. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando a necessidade de melhorar a organização da administração pública estadual, o governador da Bahia resolveu criar autarquia para atuar no serviço público de educação e empresa pública para explorar atividade econômica.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Observados os princípios da administração pública, a empresa pública pode ter regime específico de contratos e licitações, sujeitando-se os atos abusivos praticados no âmbito de tais procedimentos licitatórios ao controle por meio de mandado de segurança.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Organização da administração. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista.](#)

*Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

*§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:*

*III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;*

**STJ Súmula nº 333:** Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

#### 167. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando a necessidade de melhorar a organização da administração pública estadual, o governador da Bahia resolveu criar autarquia para atuar no serviço público de educação e empresa pública para explorar atividade econômica.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Desde que presentes a relevância e urgência da matéria, a criação da autarquia pode ser autorizada por medida provisória, devendo, nesse caso, ser providenciado o registro do ato constitutivo na junta comercial competente.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Organização da administração. Autarquias.](#)

Art. 37 - CF - XIX – somente por **lei específica** poderá ser **criada autarquia** e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



CURIOSIDADE

### Notícias STF

Quarta-feira, 07 de março de 2012

*STF mantém Instituto Chico Mendes, mas dá dois anos para Congresso editar nova lei sobre a autarquia*

*O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da Lei 11.516/2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mas deu um prazo de dois anos para que o Congresso Nacional edite nova lei para garantir a continuidade da autarquia. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4029, ajuizada na Corte pela Associação Nacional dos Servidores do Ibama. Até lá, o instituto segue funcionando.*

*Os ministros entenderam **que a tramitação da Medida Provisória 366/2007, que deu origem à Lei 11.516/2007, não respeitou a tramitação legislativa prevista na Constituição Federal.***

*Para a autora da ADI, a norma seria formalmente inconstitucional, **uma vez que o ICMBio foi criado a partir de uma Medida Provisória do governo convertida na lei questionada, sem ter sido apreciada por uma comissão mista de deputados e senadores**, como prevê a Constituição Federal em seu artigo 62, parágrafo 9º. A MP, diz a associação, foi convertida em lei com a emissão de parecer individual do relator, sem manifestação da comissão.*

Além disso, a matéria não possuiria as características de urgência e relevância a justificar a edição de medida provisória, ressalta a ação.<sup>2</sup>

#### 168. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Suponha que viatura da polícia civil colida com veículo particular que tenha ultrapassado cruzamento no sinal vermelho e o fato ocasione sérios danos à saúde do condutor do veículo particular.

Considerando essa situação hipotética e a responsabilidade civil da administração pública, julgue os itens subsequentes.

No caso, a ação de indenização por danos materiais contra o Estado prescreverá em vinte anos.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Responsabilidade civil do estado e Prescrição. Ação de indenização por danos materiais contra o Estado.**

*Decreto 20.910/32 - Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.*

*Código Civil - Art. 206. Prescreve:*

*§ 3º Em três anos:*

*V - a pretensão de reparação civil;*

" O prazo Prescricional aplicável às ações de indenização contra a FAZENDA PÚBLICA é de 5 anos, conforme previsto no Decreto 20.910/32, e não de três anos (regra do Código Civil), por se tratar de norma especial, que prevalece sobre norma geral."

STJ, 1ª Seção. REsp 1.251.993-PR, Rel. MIn. Mauro Campbell, julgado em 12/12/2012.

#### 169. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Suponha que viatura da polícia civil colida com veículo particular que tenha ultrapassado cruzamento no sinal vermelho e o fato ocasione sérios danos à saúde do

<sup>2</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202057>



condutor do veículo particular. Considerando essa situação hipotética e a responsabilidade civil da administração pública, julgue o item subsequente.

Sendo a culpa exclusiva da vítima, não se configura a responsabilidade civil do Estado, que é objetiva e embasada na teoria do risco administrativo.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Responsabilidade civil do Estado e prescrição. Teoria do risco administrativo.](#)

Correta a assertiva, uma vez que a responsabilidade civil do Estado elencada no artigo 37, §6º da CF/88, estabelece que será objetiva. Isto significa que a vítima do evento danoso não deverá comprovar culpa ou dolo por parte do agente público, que nessa qualidade provocou o dano, apenas deverá comprovar a conduta estatal e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano que sofreu.

A responsabilidade civil do Estado está baseada na ideia de repartição equitativa do ônus e dos encargos públicos entre toda a sociedade, não devendo onerar ao Estado quando, por exemplo, existir culpa exclusiva da vítima como no caso em comento, uma vez que o Estado não deverá responder caso não provocar o evento danoso, portanto, correta a questão trazida pelo CESPE.

### 170. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Em relação aos bens públicos, julgue o item seguinte.

Para a utilização de espaço de prédio de autarquia para o funcionamento de restaurante que atenda aos servidores públicos, é obrigatória a realização de licitação e a autorização de uso de bem público.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Bens públicos. Concessão de uso.](#)

Trata-se de hipótese de concessão de bem público e não de autorização, eis o erro da questão.

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa determinada o uso privativo de bem público, independentemente do maior ou menor interesse público da pessoa concedente. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

*Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.*

*Sua natureza é a de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado intuitu personae. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2018).*

**171. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014**

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a administração pública está obrigada a nomear candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital do certame, ressalvadas situações excepcionais dotadas das características de superveniência, imprevisibilidade e necessidade.

**Comentários**

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos. Nomeação.](#)

**Informativo 636 do STF**

Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, **deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público.** Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores.

**172. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014**

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

A prerrogativa de presunção de veracidade dos atos da administração pública autoriza a aplicação de penalidade disciplinar a servidor público com base na regra da verdade sabida.

**Comentários**

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Princípios e poderes da administração. Princípio da verdade sabida.](#)

Tal princípio não encontra amparo com a redação da Constituição Federal de 1988, uma vez que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e a qualquer acusado, será sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa. Por outro lado, o poder disciplinar não permite a aplicação de sanção sem um prévio processo administrativo, podendo ser tando sindicância como processo administrativo disciplinar.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são **assegurados o contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes.

### 173. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que concerne às regras aplicáveis aos servidores públicos estaduais da Bahia, estabelecidas na Lei n.º 6.677/1994, julgue o item abaixo.

Para obter licença para tratamento de saúde, o servidor deve submeter-se a inspeção médica, que poderá ser feita por médico do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do setor de assistência médica estadual, caso o prazo da licença seja inferior a quinze dias.

#### Comentários

Gabarito: Anulada

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Licenças.**

LEI Nº 6.677 DE 26 DE SETEMBRO DE 1994

Art. 146 - Para licença até 15 (quinze) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do Sistema Unificado de Saúde ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por junta médica oficial.

§ 1º - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado.

§ 2º - Inexistindo médico oficial no local onde se encontrar o servidor, será aceito atestado fornecido por médico particular.

### 174. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Com relação ao processo administrativo, regulamentado na Lei Estadual n.º 12.209/2011, julgue o item que se segue.

Não cabe revisão dos processos administrativos sancionatórios, após a decisão da autoridade julgadora, dada a ocorrência de coisa julgada administrativa.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Processo administrativo Federal e local. Revisão.**

Lei 9.784/99 - Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

*Lei 9.784/99 - Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*

*Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.*

### 175. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Com relação ao processo administrativo, regulamentado na Lei Estadual n.º 12.209/2011, julgue o item que se segue.

Não são passíveis de questionamento por via recursal os atos administrativos de mero expediente.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Processo administrativo federal e local. Recursos.](#)

*Lei 12.209/11 - Art. 56 - São irrecorríveis os atos de mero expediente e preparatórios de decisão.*

### 176. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, é possível a dispensa de licitação para a aquisição, por secretaria estadual de planejamento, de bens produzidos por autarquia estadual que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei n.º 8.666/1993.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. Dispensa de licitação.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 24*

*VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;*

### 177. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Secretário estadual de saúde pretende construir hospital para atuar no âmbito do SUS. No caso, pode realizar licitação no regime diferenciado de contratação e utilizar a empreitada por preço global.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. RDC.](#)

*LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.*

*Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*

*V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. (Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012)*

*Art. 2º Na aplicação do RDC, deverão ser observadas as seguintes definições:*

*II - empreitada por preço global: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;*

#### 178. CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Caso um governador resolva desapropriar determinado imóvel particular com o objetivo de construir uma creche para a educação infantil e, posteriormente, com fundamento no interesse público e em situação de urgência, mude a destinação do imóvel para a construção de um hospital público, o ato deve ser anulado, por configurar tredestinação ilícita.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Intervenção do estado na propriedade. Tredestinação lícita.](#)

*A retrocessão cabe quando o Poder Público não dê ao imóvel a utilização para a qual se fez a desapropriação, estando pacífica na jurisprudência a tese de que o expropriado não pode fazer valer o seu direito quando o expropriante dê ao imóvel uma destinação pública diversa daquela mencionada no ato expropriatório; por outras palavras, desde que o imóvel seja utilizado para um fim público qualquer, ainda que não o especificado originariamente, não ocorre o direito de retrocessão. (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, 2018).*

#### CESPE (PGE PI) 2014

#### 179. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

À luz da Lei n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

a) São requisitos para a contratação de PPPs que o valor do contrato seja superior a R\$ 20 milhões e que o prazo de prestação do serviço seja superior a dez anos.

**b) O prazo total de vigência do contrato de PPP não pode ultrapassar trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.**

c) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços em que a administração pública é a usuária direta ou indireta, deles excetuando-se a execução de obra ou o fornecimento e instalação de bens.

d) Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas remunerados exclusivamente por meio de tarifa cobrada do usuário, conforme disciplina a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

e) PPPs são contratos de concessão administrativa nos quais cabem ao parceiro privado os riscos do empreendimento, enquanto ao parceiro público compete o pagamento da remuneração.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. PPP.**

*Lei 11.079/2004 - Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:*

*I - o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), **nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;***

### 180. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca dos serviços públicos e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) Conforme o STJ, ato administrativo com vício sanável não poderá ser convalidado se tiver sido impugnado judicialmente, mas poderá sê-lo no bojo de impugnação administrativa.

**b) Nos termos da jurisprudência do STJ, caso o procurador-geral do estado do Piauí delegue determinada função para o subprocurador-geral, e este, no exercício da função delegada, pratique ato ilegal, a responsabilidade pela ilegalidade desse ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.**

c) Ao contrário das permissões de serviços públicos, que possuem caráter precário e não demandam prévio procedimento licitatório, nas concessões para a prestação de serviços públicos, a licitação é a regra.

d) Se a prefeitura de Teresina – PI, por meio de uma política pública de urbanização, vier a pavimentar uma avenida de determinado bairro, tal serviço será classificado como serviço público singular, tendo em vista a unicidade do empreendimento.

e) De acordo com o entendimento do STJ, não existe a possibilidade de convalidação de ato administrativo cuja motivação seja obrigatória, depois de emitido. Nesse caso, a administração deverá anular o ato e emitir um novo, instruído com as razões de decidir.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Delegação de competência.](#)

**STF Súmula nº 510** Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

#### 181. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Em relação a licitações, contratos administrativos e bens públicos, cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

a) A PGE/PI, em razão da posse de novos procuradores, fato que demandou aumento do seu espaço físico, comprou um prédio mais amplo e, com a mudança de sede, o prédio antigo foi desativado. Nessa situação, o prédio antigo desativado será classificado como bem de uso especial.

b) O governo do estado do Piauí pretende construir, no centro da cidade de Teresina, um novo prédio para a PGE/PI, e a única área ali disponível é uma praça, considerada bem de uso comum do povo. Nessa situação, a administração deverá procurar outro local, devido à impossibilidade de desafetação desse tipo de bem.

**c) Uma secretaria de estado do Piauí, para contratar determinado serviço por meio de convite, convocou quinze empresas para a disputa; entretanto, por dificuldades do próprio mercado, apenas uma empresa apresentou proposta. Nessa situação, poder-se-á prosseguir com o certame, desde que tal fato seja devidamente justificado nos autos do processo licitatório.**

d) Devido a explosão ocorrida em um navio petroleiro no litoral de um estado da Federação, grande quantidade de óleo se espalhou pelo mar, causando a morte de vários animais e pondo em risco a saúde da população, fato que levou o governo local a decretar estado de calamidade pública. Nessa situação, para a realização dos serviços de contenção do óleo, poderá haver a contratação de empresa(s) mediante inexigibilidade de licitação.

e) Determinada empresa foi contratada, mediante licitação, após regular procedimento e cumprimento de todas as exigências legais. Todavia, no decorrer da

execução do contrato, essa empresa se tornou irregular perante o fisco. Nessa situação, será lícita a retenção, pela administração, do pagamento à empresa até que esta proceda à regularização da sua situação fiscal.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitação. Convite.](#)

*Lei 8.666/93 - Art. 22. São modalidades de licitação:*

*III - convite;*

*§ 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser **devidamente justificadas no processo**, sob pena de repetição do convite.*

#### 182. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Um servidor, vinculado à administração pública unicamente por cargo em comissão, cometeu infração administrativa e, após regular processo administrativo disciplinar, a autoridade julgadora, concordando com o relatório final da comissão processante, entendeu que a falta se enquadrava nas hipóteses de suspensão.

Nesse caso, nos termos da Lei n.º 8.112/1990, a penalidade a ser aplicada ao servidor será

- a) a exoneração de ofício.
- b) a destituição do cargo em comissão.**
- c) a demissão.
- d) a suspensão.
- e) o desligamento.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidor público. Cargo em comissão.](#)

*Lei 8.112/90, art. 135. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.*

#### 183. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Um servidor público ocupante de dois cargos efetivos acumuláveis, um na Secretaria de Estado de Saúde do Piauí e outro na Universidade do Estado do Piauí, foi cedido para exercer cargo em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Governo.

Nessa situação hipotética, o servidor



- a) **pode deixar o cargo ocupado na Secretaria de Estado de Saúde para ocupar o cargo em comissão na Secretaria de Estado de Governo e permanecer no exercício do cargo efetivo na universidade.**
- b) deve optar pelos subsídios ou vencimentos dos cargos efetivos que ocupa, acrescidos da verba de representação, ou pelos do cargo em comissão de forma integral.
- c) pode optar pela remuneração de ambos os cargos efetivos que ocupa, mesmo que fique afastado dos dois para exercer exclusivamente o cargo em comissão.
- d) pode conservar as gratificações de natureza propter laborem relativas ao cargo efetivo por cujos vencimentos tenha optado.
- e) não pode continuar percebendo os subsídios ou vencimentos de ambos os cargos efetivos em nenhuma hipótese.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Acumulação de cargo público.**

*Lei Complementar Estadual 13 / 1994*

*Art. 141 - O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função gratificada, nem participar, remunerado, de mais de um órgão de deliberação coletiva.*

*Parágrafo Único - O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos. (Redação dada pela Lei nº 6.290, de 19/12/2012)*

#### 184. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Pedro, servidor público ocupante de cargo efetivo na PGE/PI, foi notificado, em 1.º/4/2014, da existência de irregularidades em seus pagamentos. Segundo os termos da notificação, no mês de dezembro/2013, teria sido paga a Pedro a gratificação de serviço extraordinário, sem que o servidor fizesse jus a ela.

Diante dessa situação hipotética, e de acordo com a Lei complementar n.º 13/1994 e com a jurisprudência dos tribunais superiores, a administração

- a) deve proceder à retenção, nos próximos contracheques de Pedro, da quantia paga por erro tendo em vista a presunção de má-fé do servidor.
- b) fica impedida de cobrar a devolução da quantia paga indevidamente caso se comprove que essa verba tenha sido recebida de boa-fé por parte de Pedro.
- c) **deve proceder à retenção de parcelas mensais de até 10% da remuneração de Pedro se ficar provado, após processo administrativo, que o pagamento indevido se deu por erro material.**

- d) não poderá lançar reposição ao erário na remuneração do servidor, sem sua autorização, salvo por determinação judicial.
- e) deve efetivar desconto no contracheque de Pedro imediatamente após a notificação, desde que a parcela descontada não ultrapasse 30% do valor de sua remuneração.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidor público. Gratificações.](#)

DIREITO ADMINISTRATIVO. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DOS VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA POSTERIORMENTE REVOGADA. É devida a restituição ao erário dos valores de natureza alimentar pagos pela Administração Pública a servidores públicos em cumprimento a decisão judicial precária posteriormente revogada. Não é possível, em tais casos, aplicar o entendimento de que a restituição não seria devida, sob o argumento de que o servidor encontrava-se de boa fé, porquanto sabedor da fragilidade e provisoriedade da tutela concedida. Precedente citado: EREsp 1.335.962-RS, Primeira Seção, DJe 2/8/2013. EAREsp 58.820-AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 8/10/2014.

### 185. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca das gratificações e dos adicionais previstos no Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Piauí e na legislação pertinente, assinale a opção correta.

- a) **A percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade é vedada pelo estatuto.**
- b) A gratificação por encargo de curso ou concurso deve ser considerada no cálculo dos proventos de aposentadoria.
- c) O salário-família deve ser pago aos servidores que comprovarem a existência de dependentes econômicos.
- d) Para o cálculo da gratificação natalina, deve-se considerar o adicional de insalubridade percebido até o mês de agosto do ano em referência.
- e) As horas extraordinárias, pagas com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, incidem sobre a remuneração.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI LOCAL. Servidor público. Adicional de insalubridade e periculosidade.](#)

| Lei 13/94 - Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Piauí.

*Art. 60º Aos servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a uma gratificação sobre o vencimento básico de cargo efetivo.*

**§ 2º O servidor que fizer jus à gratificação de insalubridade e periculosidade deverá optar por uma delas.**

#### 186. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca da responsabilidade civil do Estado e de servidores públicos, assinale a opção correta.

a) De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, compete ao presidente da República prover os cargos públicos de todos os poderes da República.

**b) Se, em razão de reforma administrativa realizada pelo governo federal, uma autarquia for extinta e seus servidores forem colocados em disponibilidade, e, após negociações com entidades de classe, esses servidores reingressarem no serviço público em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis, esse reingresso se dará por aproveitamento.**

c) Um indivíduo que, aprovado em concurso público, for nomeado para o cargo e, dias antes da posse coletiva com os demais nomeados, for acometido por dengue deverá apresentar atestado médico e solicitar o adiamento do ato de sua posse, tendo em vista que tal ato só se efetiva mediante o comparecimento pessoal do interessado.

d) De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo responderá apenas subjetivamente pelos danos que forem gerados à família de vítima de atropelamento causado por motorista de veículo dessa empresa.

e) A ausência de previsão de acesso a cargo público de caráter efetivo por estrangeiros se coaduna com a política de soberania do Estado brasileiro, razão por que eles só poderão ocupar função pública de caráter transitório, e sem vínculo estatutário.

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Servidor público. Aproveitamento.**

*Lei 8112/90 - Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado;*

#### 187. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Ainda acerca de servidores públicos e temas conexos, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF e da doutrina pertinente.

a) Uma das formas de aposentadoria do servidor público é a compulsória, que exige, além do requisito da idade, o cumprimento de tempo mínimo tanto no serviço público quanto no cargo efetivo.

**b) É legítimo o desconto, pelos dias não trabalhados, da remuneração dos servidores públicos que aderirem a movimento grevista.**

c) Conforme o entendimento do STF, caso determinado servidor, que se encontre em estágio probatório, decida aderir a movimento grevista, a administração poderá demiti-lo após regular procedimento disciplinar.

d) A despeito da ressalva constitucional que possibilita a acumulação remunerada de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários, o servidor que se encontre no exercício dessa excepcionalidade deverá, por ocasião da sua aposentadoria, optar pela remuneração de um dos dois cargos.

e) De acordo com os princípios protetivo e da universalidade, o servidor público que se aposentar por invalidez permanente, independentemente do fato que tiver motivado a invalidez, terá o benefício da aposentadoria integral.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Servidor público. Greve.](#)

“É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não-trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento paredista, diante da suspensão do contrato de trabalho (...), salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados” (2ª T., Recurso Especial 1450.265-SC, j. 18.6.2014, Rel. Min. Mauro Campbell Marques).

#### 188. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Um agente público, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante em uma operação da Polícia Federal por desvio de verba pública. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta nos termos da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei n.º 8.112/1990.

a) O ajuizamento da ação de improbidade, ante as repercussões sancionatórias na esfera administrativa, obstará a instauração de processo administrativo disciplinar.

b) Ocorrendo o ajuizamento de ação penal, a ação de improbidade administrativa e o processo administrativo disciplinar ficarão suspensos até o trânsito em julgado do processo na esfera criminal.

c) Se o servidor for condenado a reparar o prejuízo causado ao erário por meio da ação de improbidade e vier a falecer, a obrigação não poderá estender aos seus sucessores, pois a pena tem caráter pessoal.

d) Por não possuir vínculo efetivo com a administração, o servidor não estará sujeito às sanções decorrentes do ato de improbidade administrativa, que só são aplicadas aos servidores públicos que possuam cargo efetivo.

e) Não haverá a possibilidade de acordo ou transação em sede de ação de improbidade administrativa, mesmo que o referido agente público realize o ressarcimento ao erário antes da sentença.

### Comentários

Esta questão é respondida com A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Transação.

Lei 8429/92:

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º **É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.**

#### 189. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

A respeito de poder de polícia, limitações administrativas, direito de propriedade e desapropriação, assinale a opção correta.

- a) A desapropriação se dará por motivos de utilidade pública ou interesse social, uma vez que se restringe à transferência de bem imóvel de terceiro para o poder público.
- b) A prerrogativa do poder de polícia permite à administração o condicionamento e a restrição de uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais e é exercida, no âmbito de cada estado-membro, pelos órgãos de controle interno e pela polícia civil do estado.
- c) **No exercício da atividade de polícia, a administração pode atuar tanto por meio de atos normativos dotados de alcance geral, quanto por meio de atos concretos, a exemplo dos atos sancionatórios.**
- d) Se, em determinado município, nas obras de implantação de rede elétrica, em certo trecho, for necessário passar o cabeamento por baixo de um imóvel de propriedade do estado, o município poderá instituir servidão administrativa sobre esse imóvel, em razão do interesse público envolvido.
- e) Caso um imóvel antigo, de propriedade de um cidadão, se situe no centro histórico de um município e retrate a arquitetura de determinada época do país, a anuência desse cidadão será condição de procedibilidade de eventual processo de tombamento do citado imóvel, tendo em vista que o direito constitucional de propriedade impede que se processe ao tombamento de forma compulsória.

### Comentários

Esta questão é respondida com A DOCTRINA. Princípios e Poderes da administração. Poder de polícia.

No exercício da atividade de polícia, pode a Administração atuar de duas maneiras.

*Em primeiro lugar, pode editar atos normativos, que têm como característica o seu conteúdo genérico, abstrato e impessoal, qualificando-se, por conseguinte, como atos dotados de amplo círculo de abrangência. Nesse caso, as restrições são perpetradas por meio de decretos, regulamentos, portarias, resoluções, instruções e outros de idêntico conteúdo.*

*Além desses, pode criar também atos concretos, 37 estes preordenados a determinados indivíduos plenamente identificados, como são, por exemplo, os veiculados por atos sancionatórios, como a multa, e por atos de consentimentos, como as licenças e autorizações. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018).*

### 190. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Acerca da desapropriação por utilidade pública, regida pelo Decreto-lei n. o 3.365/1941, assinale a opção correta.

- a) Segundo o STF, as ações, as cotas ou os direitos relativos ao capital de pessoas jurídicas não podem ser desapropriados.
- b) As pessoas que exercem funções que lhes foram delegadas pelo poder público podem promover desapropriação, independentemente de autorização legislativa ou contratual.
- c) De acordo com o entendimento firmado pelo STF, margens de rios navegáveis podem ser incluídas em processo de desapropriação e, no caso, devem ser indenizadas.
- d) Segundo o STF, desapropriação de imóvel por estado-membro dependerá de prévia autorização da respectiva assembleia legislativa.
- e) Nos termos da lei, os bens da União não podem ser desapropriados.**

### Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.**

*Dec-Lei 3.365/41 - Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.*

*§ 1º A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.*

*§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.*

### 191. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assinale a opção correta com base nas regras relativas à fase executória da desapropriação por utilidade pública, previstas no Decreto-lei n. o 3.365/1941.

- a) Segundo a jurisprudência do STJ, o proprietário de imóvel expropriado para fins de utilidade pública somente é responsável pelos impostos, inclusive o imposto predial e territorial urbano (IPTU), até o deferimento e efetivação da imissão provisória na posse.
- b) É cabível o instituto processual da assistência na ação de desapropriação quando a relação jurídica entre o expropriado e terceiro for de natureza obrigacional.
- c) Com fundamento no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, não se admite que a desapropriação se dê por acordo realizado, na via administrativa, entre a administração pública e o proprietário do bem.
- d) Permite-se ao Poder Judiciário verificar se estão ou não presentes os pressupostos fáticos que ensejaram a declaração por utilidade pública ou interesse social.
- e) O expropriado pode discutir, em sede de contestação, eventual desvio de finalidade na desapropriação.

### Comentários

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ART. 535, II, DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. IPTU. COBRANÇA. SUJEITO PASSIVO. PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL. INVASÃO DA PROPRIEDADE POR TERCEIROS. DESAPROPRIAÇÃO. IMISSÃO NA POSSE PELO PODER PÚBLICO APÓS O FATO GERADOR. ARTIGO 34 DO CTN. EXAÇÃO INDEVIDA. POSSE DO MUNICÍPIO EXPROPRIANTE EXERCIDA ANTES DA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DE IMISSÃO PROVISÓRIA. LOTEAMENTO E BENFEITORIAS NA ÁREA. ANIMUS APROPRIANDI. 5. **"A simples declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, não retira do proprietário do imóvel o direito de usar, gozar e dispor do seu bem, podendo até aliená-lo. Enquanto não deferida e efetivada a imissão de posse provisória, o proprietário do imóvel continua responsável pelos impostos a ele relativos"** (REsp 239.687/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 20.3.2000). 6. Não obstante a posse legal da municipalidade tenha ocorrido somente em 1992 com o autorização judicial para imissão na posse, o que lhe garantiria o direito de cobrança da exação referente ao ano anterior do proprietário, o fato é que ela já havia ingressado na área antes, loteando-a e implementando melhoramentos como asfalto, energia elétrica entre outros, o que lhe retira o direito de cobrar a exação do proprietário. 7. Não se pode exigir do proprietário o pagamento do IPTU quando sofreu invasão de sua propriedade por terceiros, defendeu-se através dos meios jurídicos apropriados e foi expropriado pela municipalidade, sendo que esta, antes de receber a autorização judicial para imissão provisória, ingressou na área com o ânimo de desapropriante. 8. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp: 1111364 SP 2008/0126396-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 25/08/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/09/2009)

**192. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014**

Com referência à indenização nas ações de desapropriação, assinale a opção correta com base no entendimento dos tribunais superiores.

- a) Havendo divergência relativa à dimensão do imóvel desapropriado, prevalecerá a área real do imóvel sobre a área que conste nos registros, devendo a primeira ser indenizada em sua integralidade.
- b) Não são devidos os juros compensatórios em desapropriação por interesse social.
- c) A fixação, pelo juiz, do valor indenizatório em montante inferior à oferta inicial do poder público, em decorrência da integral adoção do laudo elaborado pelo perito oficial, não constitui julgamento ultra petita.**
- d) Na ação de desapropriação, o valor da indenização será contemporâneo ao da data da vistoria realizada pelo ente expropriante.
- e) Os juros moratórios, em desapropriação, somente incidem até a data da expedição do precatório.

**Comentários**

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.](#)

DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. OFERTA INICIAL.  
**Em desapropriação direta, não constitui julgamento ultra petita a fixação de valor indenizatório em patamar inferior à oferta inicial se isso decorrer da adoção pelo juízo da integralidade do laudo do perito oficial.** A oferta inicial do Incra, para reforma agrária, nem sempre reflete o valor real do imóvel e, a fortiori, sua justa indenização (art. 5º, XXIV, da CF/1988). Assim, na hipótese, não se pode cogitar a carência de fundamentação, porque a sentença, ao acolher os fundamentos do laudo pericial, fixou um montante razoável como indenização. Precedentes citados: REsp 780.542-MT, DJ 28/8/2006, e REsp 886.258-MT, DJ 2/4/2007. REsp 848.787-SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 20/5/2010.

**193. CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014**

A respeito de concurso público, função pública, improbidade administrativa e responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.



- a) Se um servidor público for preso em flagrante, em uma operação da Polícia Federal, por desvio de verba pública, então, nesse caso, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, o afastamento desse servidor do cargo que ocupa dependerá de sentença condenatória em primeira instância.
- b) A invasão, por particular, de área de preservação ambiental na qual monte ele um empreendimento que cause danos ao meio ambiente não acarretará responsabilidade do Estado, tendo em vista que se trata de culpa exclusiva de terceiros.
- c) Segundo o entendimento STJ, os agentes públicos respondem objetivamente pelos atos de improbidade administrativa.
- d) O prazo de validade de dois anos para um concurso público poderá ser prorrogado, a critério da administração, sucessivas vezes, inclusive com prorrogação por período inferior a dois anos.
- e) **A convocação de um cidadão, pela justiça estadual, para compor o corpo de jurados de determinado julgamento, mesmo que em caráter transitório, faz que esse cidadão seja considerado agente público enquanto exercer a função que lhe foi designada pelo Estado.**

### Comentários

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidor público. Conceito de agente público.](#)

*Art. 2º da Lei 8.429/1992 - Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que **exerce, ainda que transitoriamente** ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.*

## CESPE (AGU) 2013

### 194. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item subsequente, relativo ao ato administrativo.

Caso a administração pública revogue determinado ato administrativo e, posteriormente, se constate que o ato de revogação não fora praticado em consonância com as exigências legais, tal revogação poderá ser anulada tanto pela própria administração pública quanto pelo Poder Judiciário.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Atos administrativos. Anulação e revogação.](#)

| Súmula 473

*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

### 195. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item subsequente, relativo ao ato administrativo.

O ato anulatório, por meio do qual se anula um ato administrativo ilegal vinculado ou discricionário, tem natureza meramente declaratória e não constitutiva.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Atos administrativos. Ato anulatório.](#)

Trata-se de ato constitutivo, uma vez que altera uma relação jurídica, vejamos:

*José Dos Santos Carvalho Filho (2018):*

**Atos constitutivos** são aqueles que alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos. Exemplo: a autorização, a sanção disciplinar, o ato de revogação.

**Atos declaratórios** são os que apenas declaram situação preexistente, citando-se, como exemplo, o ato que declara que certa construção provoca riscos à integridade física dos transeuntes, ou o ato que constata irregularidade administrativa em órgão administrativo.

### 196. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.

Caso um particular ajuíze ação sob o rito ordinário perante a justiça estadual contra o Banco do Brasil S.A., na qual, embora ausente interesse da União, seja arguida a incompetência do juízo para processar e julgar a demanda, por se tratar de sociedade de economia mista federal, a alegação de incompetência deverá ser rejeitada, mantendo-se a competência da justiça estadual.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A JURISPRUDÊNCIA. Organização da administração. Sociedade de economia mista.](#)

**Súmula 508:** Compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.

197. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.

As fundações públicas podem exercer atividades típicas da administração, inclusive aquelas relacionadas ao exercício do poder de polícia.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Fundações públicas.](#)

Por serem as fundações públicas, entes semelhantes às autarquias, podem exercer atividades típicas da administração, como por exemplo, exercer o poder de polícia.

*As fundações públicas de direito público não se distinguem, nesse particular, das autarquias: sujeitam-se ao regime de direito público. Em consequência, estarão descartadas as normas de direito privado reguladoras das fundações particulares. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

198. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.

As autarquias, que adquirem personalidade jurídica com a publicação da lei que as institui, são dispensadas do registro de seus atos constitutivos em cartório e possuem as prerrogativas especiais da fazenda pública, como os prazos em dobro para recorrer e a desnecessidade de anexar, nas ações judiciais, procuração do seu representante legal.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Autarquias.](#)

Por serem se Direito Público, as autarquias dispensam o registro de seus atos constitutivos em cartório, uma vez que sua personalidade jurídica é concedida através da publicação da Lei que as instituiu.

Vejamos o conceito dado pelo Decreto-Lei nº. 200/67:

*Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:*

*I - Autarquia - o serviço autônomo, **criado por lei**, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*

Vejam que a dicção legal, estabelece que será criada por lei, uma vez publicada a lei, a autarquia passará existir de fato, dispensando qualquer tipo de registro.

### 199. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.

Para a qualificação de uma autarquia como agência reguladora é essencial a presença do nome “agência” em sua denominação, a exemplo da Agência Brasileira de Inteligência e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da administração. Agências reguladoras.](#)

O Prof. José Carvalho Filho, falando sobre o tema da nomenclatura “agências”, entende que:

*Ainda, que há autarquias que, **conquanto não instituídas com tal nomenclatura**, são consideradas agências reguladoras, não apenas pela função de controle que executam, como também pela similaridade quanto à fisionomia jurídica das entidades. (José dos Santos Carvalho Filho, 2018)*

### 200. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Com relação a convênios e consórcios administrativos, julgue o item subsequente.

No convênio celebrado entre o poder público e entidade particular, o valor repassado pelo poder público não passa a integrar o patrimônio da entidade, mas mantém a natureza de dinheiro público, vinculado aos fins previstos no convênio, obrigando a entidade a prestar contas de sua utilização, para o ente repassador e para o tribunal de contas.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A DOCTRINA. Organização da Administração. Convênio administrativo.](#)

*Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2001)*

*"No contrato, os interesses são opostos e contraditórios, enquanto no convênio são recíprocos (...) os entes conveniados têm objetivos institucionais comuns e se reúnem, por meio de convênio, para alcançá-los: (...) no convênio, os partícipes objetivam a obtenção de um resultado comum; (...) no convênio, verifica-se a mútua colaboração, que pode assumir várias formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, de Know-how e outros; por isso mesmo, no convênio não se cogita de preço ou remuneração, que constitui cláusula inerente aos contratos;*

*dessa diferença resulta outra: no contrato, o valor pago a título de remuneração passa a integrar o patrimônio da entidade que o recebeu, sendo irrelevante para o repassador a utilização que será feita do mesmo; no convênio, se o conveniado recebe determinado valor, este fica vinculado à utilização prevista no ajuste; assim, se um particular recebe verbas do poder público em decorrência de convênio, esse valor não perde a natureza de dinheiro público, só podendo ser utilizado para fins previstos no convênio, por essa razão, a entidade está obrigada a prestar contas de sua utilização, não só ao ente repassador, como ao Tribunal de Contas.”*

### 201. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Acerca da intervenção do estado no domínio econômico e às parcerias público-privadas, julgue o seguinte item.

Antes da celebração de contrato de parceria público-privada, deve ser constituída sociedade de propósito específico para implantar e gerir o objeto da parceria.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.**

*Lei 11.079 de 2004:*

*Art 9º. Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.*

### 202. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Com relação a convênios e consórcios administrativos, julgue o item subsecutivo.

Embora o consórcio público possa adquirir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, em ambas as hipóteses a contratação de pessoal deverá ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, pois a legislação veda a admissão de pessoal no regime estatutário.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Organização da Administração. Consórcios públicos.**

Somente se o consórcio público adquirir personalidade jurídica de direito privado, poderá contratar pela CLT, uma vez que a legislação não veda a admissão de pessoal no regime estatutário, como veremos a seguir:

*Lei 11.107/2005 - Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*

*I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;*

*II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.*

§ 1o O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

§ 2o No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

### 203. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Acerca do novo regime para a exploração de portos e instalações portuárias previsto na Lei n.º 12.815/2013, julgue o item abaixo.

A exploração indireta de porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público, mas a exploração indireta das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado ocorrerá mediante autorização, nos termos dispostos na lei.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Bens públicos. Uso de bem público.**

*LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013.*

*Art. 1o Esta Lei regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.*

*§ 1o A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público.*

*§ 2o A exploração indireta das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado ocorrerá mediante autorização, nos termos desta Lei.*

### 204. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item a seguir, acerca do recurso hierárquico impróprio.

O recurso hierárquico impróprio, na medida em que é dirigido à autoridade de órgão não integrado na mesma hierarquia daquela que proferiu o ato, independe de previsão legal.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Controle da Administração. Recurso hierárquico impróprio.**

Recurso hierárquico próprio	Recurso hierárquico impróprio
No âmbito da Adm. Direta	No âmbito da Adm. Indireta

Existe hierarquia	Existe apenas vinculação
Analisa a legalidade e o mérito	Analisa apenas a legalidade
Não exige previsão legal, salvo no que concerne aos seus efeitos, visto que se for efeito suspensivo, será necessário previsão legal, se devolutivo não precisará de previsão legal.	Exige previsão legal

### 205. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Com relação ao controle interno da administração pública e ao TCU, julgue o item consecutivo.

O TCU tem o dever de prestar ao Congresso Nacional, a qualquer de suas Casas ou de suas comissões, informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial que executar, bem como sobre os resultados das auditorias e inspeções que realizar.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A CF/1988. Controle da Administração. Controle do TCU.](#)

*Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;*

### 206. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Relativamente à permissão de uso de bem público e à desapropriação por utilidade pública, julgue o item a seguir.

Permissão de uso de bem público é o contrato administrativo pelo qual o poder público confere a pessoa determinada o uso privativo do bem, de forma remunerada ou a título gratuito.

#### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Bens públicos. Permissão de uso de bem público.](#)

A permissão de uso, por estar definida em lei como **precária**, não pode ser considerada um contrato, mas sim um ato administrativo. Suas principais características são a discricionariedade, precariedade, independente de lei, gratuito ou oneroso e unilateral.

*Da Permissão de Uso*

*Art. 22. A utilização, a título precário, de áreas de domínio da União para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, poderá ser autorizada, na forma do regulamento, sob o regime de permissão de uso, em ato do Secretário do Patrimônio da União, publicado no Diário Oficial da União.*

### 207. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que tange aos deveres do servidor público federal e aos atos de improbidade praticados por agente público, julgue o item subsequente.

Se o servidor, em razão do cargo que ocupe, suspeitar que a autoridade que lhe é hierarquicamente superior esteja envolvida em ato irregular, será seu dever levar ao conhecimento de outra autoridade competente, para apuração, a irregularidade.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Servidores públicos. Deveres do servidor.](#)

*Lei 8.112/90 - Art. 116. São deveres do servidor:*

*VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;*

### 208. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que tange aos deveres do servidor público federal e aos atos de improbidade praticados por agente público, julgue o item subsequente.

Se um agente público conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, ficará caracterizado ato de improbidade administrativa, mesmo que o agente não tenha atuado de forma dolosa, ou seja, sem a intenção deliberada de praticar ato lesivo à administração pública.

#### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Improbidade administrativa. Atos de improbidade.](#)

*LEI 8429 Seção II*

*Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário*



Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, ***dolosa ou culposa***, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie

## 209. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Julgue o item subsequente, relativo ao ato administrativo.

Se determinado particular interpuser recurso administrativo perante a autoridade competente, e esta delegar a subordinado seu a competência para decisão, não haverá qualquer irregularidade no ato de delegação, pois, embora a competência configure requisito vinculado do ato administrativo, a legislação de regência autoriza a delegação na hipótese em apreço.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Atos administrativos. Delegação.**

Lei 9.784:

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - **a decisão de recursos administrativos;**

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

## 210. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Os contratos administrativos, embora bilaterais, não se caracterizam pela horizontalidade, já que as partes envolvidas não figuram em posição de igualdade.

### Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A DOCTRINA. Contratos administrativos. Características.**

Os contratos administrativos são bilaterais, mas sua característica principal é serem verticais, uma vez que, em detrimento da supremacia do interesse público, que rege os contratos públicos, a Administração sempre terá prerrogativas que não serão transferidas para o particular contratado, são chamadas de cláusulas exorbitantes.

Já os contratos privados, regidos pelo Código Civil, são horizontais, uma vez que as partes contratantes estão em pé de igualdade.

## 211. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Entre as peculiaridades do regime diferenciado de contratações públicas, figuram a possibilidade de a administração pública contratar mais de uma empresa para executar o mesmo serviço (multiadjudicação) e a vedação ao sigilo de orçamentos.

### Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com [A LETRA DA LEI. Licitações. RDC.](#)

*Art. 6o Observado o disposto no § 3o, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.*

*§ 1o Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput deste artigo constará do instrumento convocatório.*

*§ 2o No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.*

*§ 3o Se não constar do instrumento convocatório, a informação referida no caput deste artigo **possuirá caráter sigiloso** e será disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.*

*Art. 11. A administração pública poderá, mediante justificativa expressa, **contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala**, quando:*

*I - o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; ou*

*II - a múltipla execução for conveniente para atender à administração pública.*

*§ 1o Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, a administração pública deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada uma das contratadas.*

*§ 2o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos serviços de engenharia.*

## 212. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Após a efetivação do registro de preços, o poder público, caso pretenda contratar o seu objeto, deverá fazê-lo obrigatoriamente com o ofertante registrado.

## Comentários

Gabarito: Errado

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Licitações. Registro de preços.**

*Lei 8.666/93 - Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

*§ 4º **A existência de preços registrados não obriga a Administração** a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

### 213. CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Relativamente à permissão de uso de bem público e à desapropriação por utilidade pública, julgue o item a seguir.

Caracteriza desapropriação por utilidade pública, entre outras, aquela que o Estado promove para a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, assim como para a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.

## Comentários

Gabarito: Certo

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Intervenção do Estado na Propriedade privada. Desapropriação.**

*Decreto-Lei 3.365/41 - Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:*

*k) a **preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos**, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;*

*n) a **criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;***

## 4 – O ESTUDO PARA PROCURADORIAS

Os advogados públicos são profissionais da área jurídica responsáveis pela defesa do Estado em juízo e fora dele, além de exercerem as funções de consultoria e assessoramento jurídicos do ente público. Os concursos para estas carreiras tem sido extremamente disputados nos últimos anos, especialmente em razão de três fatores:

Alto volume de editais lançados e previstos;

Possibilidade de Advocacia Privada (na maioria das procuradorias);

Alto valor remuneratório;

Maior flexibilidade na exigência de prática jurídica.

Não à toa, muitos alunos que ainda estão se preparando para o Exame de Ordem já pensam em alinhar o estudo também para procuradorias. Da mesma forma, muitos profissionais que já estão há algum tempo na advocacia também sonham em agregar o cargo público de procurador ao currículo.

Mas qual a forma ideal de preparação? Existe um segredo do sucesso? Existe um caminho mais rápido a ser seguido? É possível conciliar o estudo para múltiplas procuradorias? E o estudo para PGM, PGE e AGU, é possível conciliar? Qual a melhor forma de organizar os estudos?

Estas são grandes dúvidas dos candidatos que tentaremos responder neste material.

### 4.1 PRINCIPAIS MATÉRIAS COBRADAS

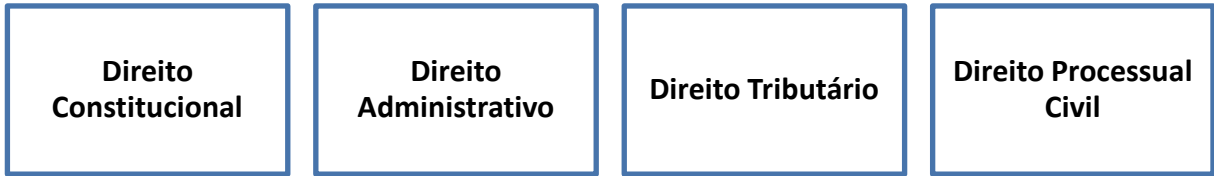
As bancas de concurso em geral, sejam elas tradicionais (CESPE, FCC, VUNESP ou FGV, por exemplo) ou locais (bancas próprias, por exemplo), costumam cobrar em concursos públicos aspectos relacionados à atuação prática do cargo para o qual se está avaliando.

Assim, em uma prova de Defensoria Pública Estadual temas como Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor e Direito de Família possuem uma relevância muito maior na prova do que um concurso para Delegado da Polícia Federal, por exemplo.

Nesta linha de raciocínio, os advogados públicos, como o próprio termo sugere, são os causídicos que atuam em favor do ente público em juízo e fora dele. Logo, no seu âmbito de atuação, será constante o aparecimento de temas de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Constitucional.

E isto se reflete na prática dos concursos.

Existe um **quarteto fantástico** em concursos de advocacia pública que sempre correspondem a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da cobrança em provas objetivas:

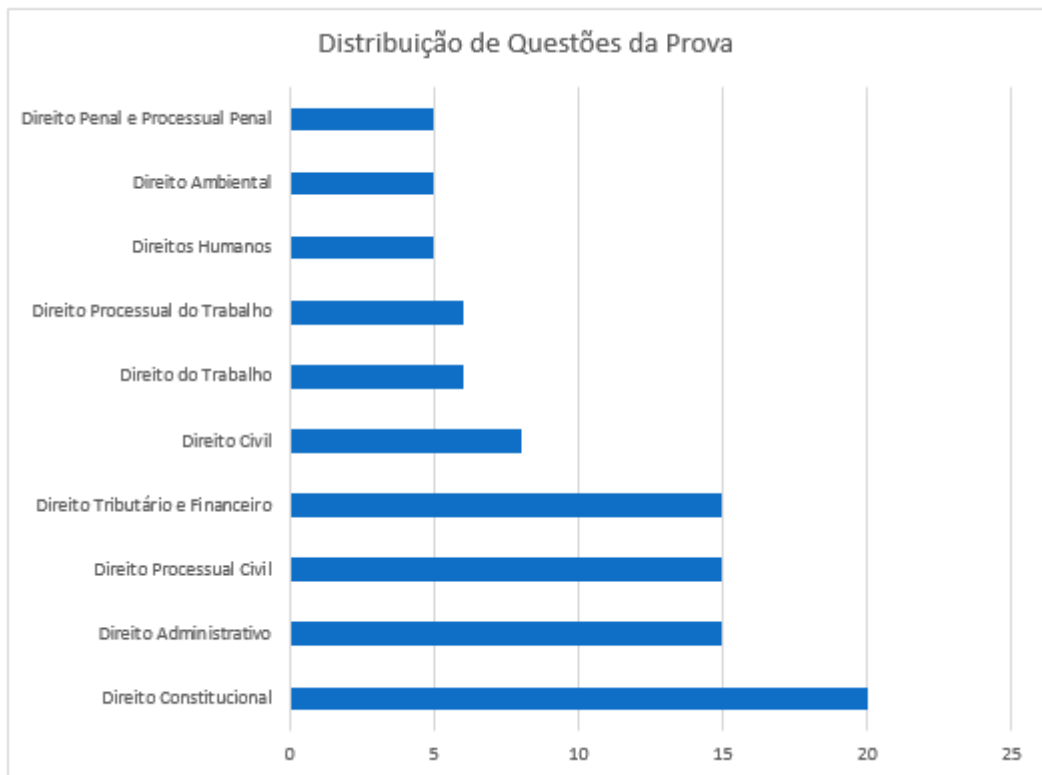


Acrescente-se, ainda, uma disciplina aprimorada pelo grande mestre Leonardo Carneiro da Cunha chamada de **Fazenda Pública em Juízo**. Trata-se do direito processual visto à luz da Fazenda Pública.

Temas como Mandado de Segurança, Execução Fiscal, Improbidade Administrativa (aspectos processuais) e Recursos utilizados pela Fazenda Pública são de extrema importância para concursos de Procuradoria.

Eu diria até que dominando profundamente estas cinco matérias: Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo, você será capaz de realizar mais de 60% (sessenta por cento) de qualquer prova objetiva de procuradoria.

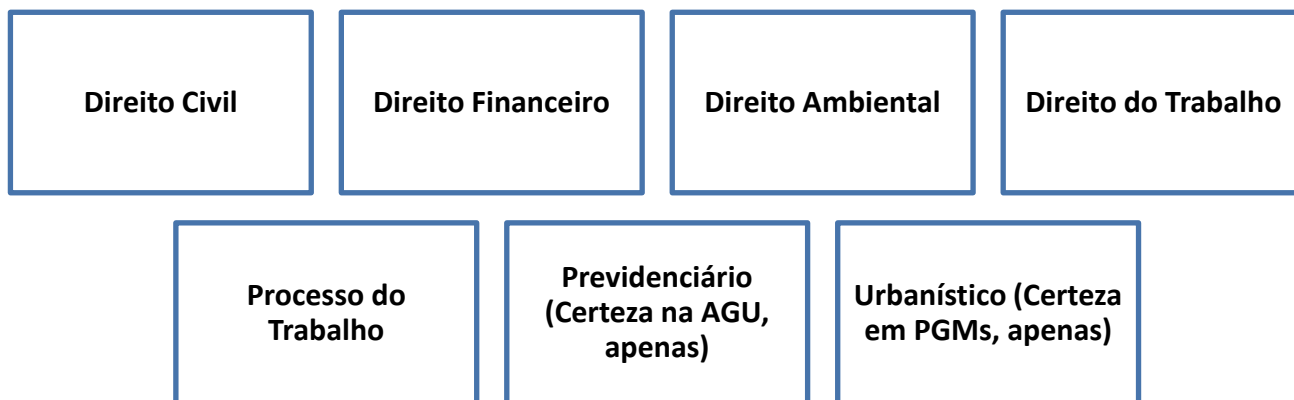
Apenas para se ter uma ideia, no concurso realizado pela Procuradoria do Estado do Maranhão (FCC/2016), estas matérias corresponderam a cerca de 70% (setenta por cento) da prova objetiva:



Além disso, estas matérias serão certamente (e aqui podemos fincar 100% de certeza) cobradas nas fases discursivas destes concursos. Afinal, o que será cobrado em uma peça prática de procuradoria que não a atuação da fazenda pública em juízo?

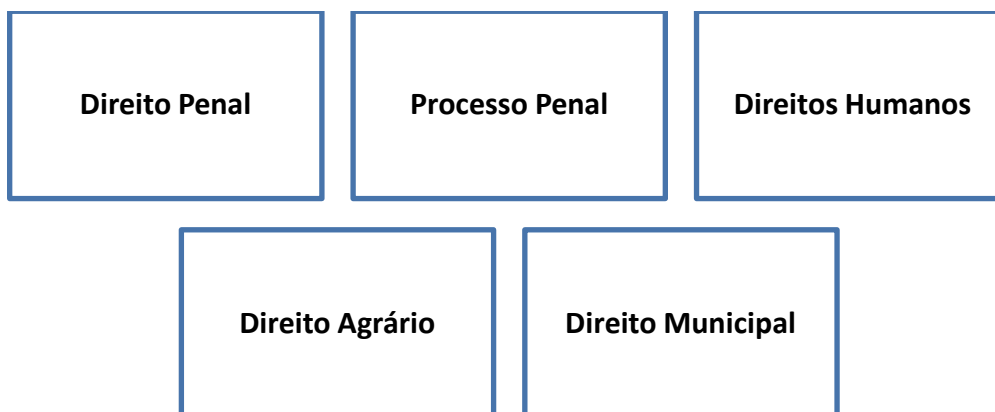
## 4.2 OUTRAS MATÉRIAS COBRADAS

Com o aumento da concorrência, faz-se necessário que o aluno obtenha bons resultados também nas demais matérias cobradas nas provas. Podemos destacar que tanto em provas de Procuradorias Estaduais, Municipais e Federais também encontramos com bastante frequência (quase sempre) as seguintes disciplinas:



Naturalmente, estas matérias também devem ser dominadas pelo candidato, especialmente os temas que mais envolvem a atuação prática do advogado público. A título de exemplo, em **Direito Civil** há uma cobrança bem mais acentuada da parte de obrigações, contratos e direitos reais do que da parte de direito de família.

Por outro lado, existem matérias que possuem uma **cobrança eventual** nos concursos de advocacia pública em geral e que a cobrança apenas poderá ser assegurada após a publicação do respectivo edital:



É certo que os editais podem sofrer alguma variação, mas se estamos pensando em um estudo de médio ou longo prazo, a orientação pode, sem dúvidas, basear-se neste panorama.



**Professores, é possível conciliar o estudo de advocacia pública com o estudo para outras carreiras jurídicas?**

### 4.3 É POSSÍVEL CONCILIAR O ESTUDO PARA ADVOCACIA PÚBLICA COM OUTRAS CARREIRAS JURÍDICAS?

Amigos, entendemos que **não**.

Como dito acima, é comum que as bancas de concursos cobrem a atuação prática do cargo que está sendo avaliado nas provas. Desta forma, há uma tendência muito forte de cobrança nas diversas carreiras de matérias totalmente díspares.

Enquanto na advocacia pública, a cobrança de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho é quase certa, no Ministério Público Estadual será quase impossível.

**O estudo sem um foco definido poderá ter, portanto, consequências desastrosas** para uma preparação, dado que o aluno **ou** estudará “demais” para uma carreira **ou** “de menos”.

E tem mais.

O foco da cobrança (e a expectativa de resposta) também dentro da carreira poderá variar.



CURIOSIDADE

Imagine que na sua prova discursiva a banca cobrou um caso concreto sobre a necessidade de o Estado garantir o fornecimento de um medicamento a um paciente hipotético.

Em essência, é possível a intervenção do Poder Judiciário em Políticas Públicas?

Percebam que em concursos de advocacia pública a resposta esperada provavelmente seria negativa com uma discussão de Direito Financeiro e Constitucional (reserva do possível, limite orçamentário, separação dos poderes).

Já na Defensoria Pública, a resposta esperada provavelmente seria positiva (e aqui falo de forma absolutamente hipotética) com argumentos como mínimo existencial, dignidade da pessoa humana e limite dos limites / restrições das restrições.

Portanto, a mesma cobrança, o mesmo assunto e a possibilidade de respostas diferentes, em razão do concurso que se pretende.



Mas professores, se existe variação entre os editais da PGM, PGE e AGU, é possível conciliar o estudo para estas carreiras?

#### 4.4 CONCILIAR O ESTUDO PARA PGE, PGM E AGU

Esta é uma pergunta recorrente entre os alunos: é possível conciliar o estudo entre as mais variadas carreiras de advocacia pública?

Entendemos que sim e não vemos muita dificuldade nisso.

Sim, é certo que o foco de cada carreira é bastante específico. Por exemplo, não faz o menor sentido eu estudar, aprofundar e me tornar perito em tributos municipais, se meu foco é a procuradoria estadual. Isto é fato!

Contudo, existe uma matriz comum relativa a estes concursos que envolve cerca de 80 a 85% do conteúdo neles cobrados.

Assim, se o aluno focar neste pedaço do edital (este espaço comum a todas as procuradorias) antes do edital basta, após a publicação deste, dedicar-se a revisar o que já estudou e aprofundar o percentual restante (algo em torno de 15 a 20%). Na nossa visão, absolutamente possível, até porque o foco permanece um só: **advocacia pública**.

Propomos, portanto, o estudo das seguintes matérias com a leitura de todo o conteúdo (inclusive tributos estaduais, municipais e federais), sem o aprofundamento / decorar nada muito específico, a exemplo de tributos municipais em espécie. Vejam, a leitura, estudo e aulas em vídeo devem ser feitas, mas aquela revisão final com resumos muito específica não é recomendada.

Matérias de estudo sugeridas:

Direito Constitucional	Direito Administrativo	Direito Tributário	Direito Processual Civil
Fazenda Pública	Direito Civil	Direito Financeiro	Direito Ambiental
Direito do Trabalho	Processo do Trabalho	Previdenciário (Constituição e Aspectos gerais)	Urbanístico (Constituição e Estatuto das Cidades)



Nestas matérias, o aluno deve estudar o conteúdo, fazer revisões e responder questões, deixando o aprofundamento dos pontos específicos- como dito acima – para o momento posterior à publicação do Edital, se for o caso.

Naturalmente, se você já possui a certeza do concurso que você almeja, esta orientação não é para você.

### 4.5 CONCILIAR O ESTUDO PARA ADVOCACIA PÚBLICA COM O EXAME DE ORDEM

A Fundação Getúlio Vargas, banca organizadora do Exame de Ordem, tem se especializado cada vez mais na elaboração de provas de concursos, inclusive de procuradorias, oportunidade em que podemos destacar o concurso para Procurador da ALERJ (2017).

Analisando-se as provas de concursos e também as provas de Exame de Ordem, percebe-se que é cada vez mais comum uma certa similitude na cobrança de determinadas questões, o que tem redundado em um inevitável aumento do nível de cobrança da própria prova da OAB.

Qual a diferença?

Na prova da OAB não existe concorrência: você precisa acertar 50% (cinquenta por cento) das questões da 1ª fase e pronto. No concurso, não. São aprovados apenas aqueles candidatos que ficam entre os 200 (duzentos) primeiros, por exemplo.

Assim, é perfeitamente possível conciliar o estudo para o Exame de Ordem com procuradorias, desde que feitos pequenos ajustes no cronograma de estudos. Naturalmente, você será um **monstro** na OAB quando chegar ao nível de comprometimento exigido por um concurso jurídico.

Sugerimos também que você escolha como opção da 2ª fase da sua OAB matérias afetas ao dia a dia da advocacia pública, especificamente uma destas matérias: **tributário, constitucional ou administrativo**. Desta forma o seu estudo para a segunda fase já abordará parcialmente o eventual estudo para provas discursivas de procuradorias.

### 4.6 CONCLUSÕES

O estudo para procuradorias exige o que muitos professores chamam de um “pensar diferenciado”. Você precisará estudar focando na melhor defesa para a administração pública e como isso poderá ser cobrado em prova.

Desta forma, não existe um estudo isolado de cada tema. A análise dos conteúdos precisa ser feita tomando por base o foco do cargo que será exercido.

Se você chegou até aqui na leitura do material e ainda não desistiu, te convido a elaborarmos juntos um plano de estudos.

## 5 - ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A **chave do sucesso** para aprovação em qualquer concurso envolve um quarteto: **planejamento, estratégia, um bom material de estudos e dedicação**. Não adianta o aluno ter o melhor material, o melhor planejamento, a melhor estratégia e não se dedicar ou manter o foco.

Neste momento, quero conversar com você sobre o planejamento e a estratégia. Com o material de estudos, o Estratégia também pode te ajudar. Contudo, a **dedicação** precisa ser com você. Afinal, aqui vale a máxima **“no pain no gain”**.

Se você estiver disposto a pagar o preço do sucesso, este material pode te ajudar.

### 5.1 CICLOS DE ESTUDOS

Entendemos que a melhor maneira de se estudar para concursos – e isto é algo bastante pessoal – é através de ciclos. Estes poderão ser organizados de forma proporcional ao volume de conteúdo e cobrança de cada matéria, alternando-se o estudo de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve delimitar o tempo que dedicará aos estudos. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto.

Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é: decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. **Não se empolgue!** **"Eu irei estudar 12 horas diárias!"**

Pense que o projeto que você irá desenvolver é um **emprego temporário. Registre ponto!** Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas

muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!



### CURIOSIDADE

#### Em números!

Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas!

Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado em qualquer concurso de advocacia pública.

Nesse momento, se você pretende estudar para um concurso que sequer tem edital autorizado, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova. É a melhor forma de organizar os estudos!

## 5.2 TEMPO

O tempo sempre será um vilão ou um aliado, a depender da forma que você o observe.

A diferença é que para todos os candidatos do concurso, sem exceção, os prazos são os mesmos e os dias de todos possuem 24 (vinte e quatro) horas.

*Mas professor, eu trabalho.*

*Mas professor, eu tenho faculdade.*

*Mas professor, eu tenho filhos.*

*Mas professor, eu viajo muito.*

*Mas professor, eu não tenho dinheiro.*

*Mas professor, outros candidatos tem muito mais benefícios que eu.*



**As razões todo mundo sabe. Você vai fazer delas uma desculpa ou combustível para o sucesso?**

O segredo, sem dúvidas é saber administrar o seu tempo. Não se engane. Tradicionalmente quem mais tem tempo é quem menos estuda, por acabar “ocupando” o tempo com atividades de menor importância.

Por outro lado, quem possui o tempo curto, acaba extraíndo o máximo de eficiência no pouco tempo que dispõe.

Algumas dicas nesta gestão de tempo são úteis:

## **Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).**

Metas assim geralmente possuem um efeito negativo: frustração, dor, sentimento de incapacidade, ao invés de motivarem.

## **Quando você for estudar, estude.**

Parece brincadeira, mas não é. Esqueça celular, telefone, criança, filho, esposa, mãe, pai, cachorro... tudo! O momento de estudo é um momento seu. Seu trabalho. Seu momento.

Coloque uma garrafa de água e uma xícara de café e reduza as interrupções da sua concentração.

Assim, quando você for estudar **uma hora**, realmente estude por uma hora.

Eu particularmente não troco uma hora de estudos minha por duas ou três horas de muitas pessoas.

## **Faça pausas**

Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**.

Estudos científicos demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido e contínuo dedicado aos estudos.

Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

### 5.3 ESTRATÉGIAS ÚTEIS

Definir uma estratégia de estudos é realmente importante. Isto não significa que existe uma fórmula mágica ideal que terá aplicação para todas as pessoas do mundo. O que podemos fazer neste momento é apresentar ideias que já funcionaram com outras pessoas para você avaliar se na sua vida estas estratégias funcionam ou não.

#### Não estudar apenas uma matéria

Entendemos que você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo e gerará uma falta de motivação que será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil.

Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Da mesma forma, não inicie com a disciplina que você mais possui aversão, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. **Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!**

#### Faça revisões periódicas

Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

### 5.4 DESCANSO

Um amigo uma vez me disse algo verdadeiro: concurso público se compara a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros rasos.

É dizer: concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado. Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado. Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

### 5.5 CONCLUSÕES

Tomando por base a análise do que até aqui foi discutido nos itens 1 e 2 deste material, propomos a organização de um ciclo de estudos com as seguintes médias ponderadas de estudo:

DISCIPLINA	PESO
DIREITO CONSTITUCIONAL	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
DIREITO TRIBUTÁRIO	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	3
FAZENDA PÚBLICA	3
DIREITO AMBIENTAL	2
DIREITO DO TRABALHO	2
PROCESSO DO TRABALHO	2
DIREITO FINANCEIRO	2
DIREITO CIVIL (INCLUINDO EMPRESARIAL E CONSUMIDOR)	2
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1
DIREITO URBANÍSTICO	1

Assim, na distribuição da carga horária de estudo em **um ano**, dedicaremos proporcionalmente o tempo segundo o peso estabelecido acima.

## 6 - PLANO DE ESTUDOS

Estabelecido o peso e as disciplinas que serão estudadas, é necessário definirmos quantas horas por dia o aluno pretende estudar. Aqui consideraremos que o candidato possua **quatro horas** por dia de estudos.

Possui mais horas por dia para se dedicar?

Possui menos horas por dia para se dedicar?

Envie-nos uma mensagem no instagram que podemos te enviar o cronograma adaptado.

Um estudo de quatro horas por dia, de segunda a sábado, gera o equivalente a um mil e trezentas horas de estudo por ano. Como dito anteriormente, tempo suficiente para o aluno ter uma boa preparação.

A semana será dividida com as matérias que devem ser estudadas onde o aluno deve intercalar a leitura dos livros digitais e/ou assistir às aulas em vídeo, conforme preferir. Em razão de nossos princípios, acreditamos que você deve priorizar o estudo ativo pela leitura dos livros digitais.

Necessária, ainda, a dedicação de parte de seu tempo semanal para revisões, justamente para resgatar o que fora estudado durante aquele dia e aquela semana.

Por fim, o estudo dos informativos dos Tribunais Superiores daquela semana não deve ser esquecido, sendo necessário reservarmos uma parte do estudo semanal para isto. Dessa forma, um ciclo semanal poderá ser distribuído da seguinte forma:

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
<i>Dia livre</i>	<b>MAT 1</b> <b>MAT 2</b> <b>REVISÃO</b>	<b>MAT 3</b> <b>MAT 4</b> <b>REVISÃO</b>	<b>MAT 5</b> <b>QUESTÕES</b> <b>REVISÃO</b>	<b>MAT 1</b> <b>MAT 2</b> <b>REVISÃO</b>	<b>MAT 3</b> <b>MAT 4</b> <b>REVISÃO</b>	<b>QUESTÕES</b> <b>REVISÃO</b> <b>INFORMATIVOS</b>

Nada impede que você altere a ordem dos conteúdos a serem estudados. Do mesmo modo, nada impede que você reserve outro dia para descanso.

**O importante é que você cumpra as 24 horas líquidas de estudo ao longo da semana.**

O importante é você ser honesto consigo mesmo.

**Lembre-se: você é o único responsável por sua aprovação.**

## 6.1 HORAS LÍQUIDAS DE ESTUDOS

**Outro ponto importante é que esse tempo de estudo é líquido.** Vale dizer, você deverá passar 4,0 horas efetivamente estudando. Confira, a título ilustrativo como ficará a distribuição do seu horário:

<b>Opção 01</b>	
<b>HORÁRIO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos



09:45 às 10:00	pausa
10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão

<u>Opção 02</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:45	organização pré-estudo
13:00 às 14:45	1º período de estudos
14:45 às 15:00	pausa
15:00 às 16:45	2º período de estudos
16:45 às 17:00	pausa
17:00 às 17:30	revisão

<u>Opção 03</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
18:45	organização pré-estudo
19:00 às 20:45	1º período de estudos
20:45 às 21:00	pausa
21:00 às 22:45	2º período de estudos
22:45 às 23:00	pausa
23:00 às 23:30	revisão

Naturalmente, estas são sugestões e não existe problema algum em uma alteração e quebra dos blocos de estudos ao longo do dia (um bloco no turno da manhã e outro à noite, por exemplo). O importante, ressaltado, é que haja a dedicação diária.

## 6.2 DEFINIÇÃO DAS MATÉRIAS ESTUDADAS

Como visto acima, existem matérias em concursos de advocacia pública que são muito mais relevantes que outras. Com base nos pesos definidos no **item 2.5**, entendemos que o caminho ideal para o aluno **iniciante** é focar nas matérias que mais são cobradas inicialmente.

Se o aluno domina **Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo**, ele já terá bons resultados em um concurso de advocacia pública, o que o deixará com motivação para seguir e estudar as demais matérias.

Pensamos, então, em uma meta de **3 meses** de estudos -> **90 (noventa)** dias.

A ideia seria focar exclusivamente nas matérias que mais caem com 4 horas de estudos por dia. O plano ficaria assim durante as duas primeiras semanas:

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H
Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H

Percebam que definimos as seguintes premissas: 5 matérias estudadas apenas, com blocos de questões e revisões de conteúdo aos sábados. Mas vejam, cada matéria você estudará durante 2 horas e o ciclo que definimos acima havia sido de 1 hora e 45 minutos.

Assim, diariamente você fará quanto àquela determinada matéria 1 hora e 45 minutos e estudos e 15 minutos de revisão.

Combinado?

## E como ficariam as semanas seguintes?

Nas semanas seguintes, especificamente na terceira semana (no vigésimo dia de estudos), acreditamos que você já estará empolgado com os estudos. Assim, já começaremos a estabelecer uma meta de revisão e de simulados com questões um pouco maior.

O que acham? Vejam a proposta de calendário para as semanas seguintes:

Dia 15	Dia 16	Dia 17	Dia 18	Dia 19	Dia 20
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	<b>REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H</b>

ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	<b>QUESTÕES - 4H</b>
<b>Dia 22</b>	<b>Dia 23</b>	<b>Dia 24</b>	<b>Dia 25</b>	<b>Dia 26</b>	<b>Dia 27</b>
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	<b>REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H</b>
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	<b>QUESTÕES - 4H</b>
<b>Dia 29</b>	<b>Dia 30</b>	<b>Dia 31</b>	<b>Dia 32</b>	<b>Dia 33</b>	<b>Dia 34</b>
CONST - 2H	ADMIN - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	<b>REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H</b>
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	<b>QUESTÕES - 4H</b>

No final deste ciclo de **3 meses**, o aluno terá estudado na seguinte proporção cada matéria, demonstrada na tabela a seguir:

MATÉRIA	TEMPO (H)
ADMINISTRATIVO	62
CONSTITUCIONAL	62
PROC CIVIL	56
TRIBUTÁRIO	54
FAZENDA PÚBLICA	50
REVISÃO AO FIM DA SEMANA	40
QUESTÕES	40

Percebam que 50 (cinquenta) horas de estudos é tempo suficiente para você ver todas as aulas em vídeo do nosso curso sobre a atuação da Fazenda Pública, com carga horária estimada de 44 (quarenta e quatro) horas.

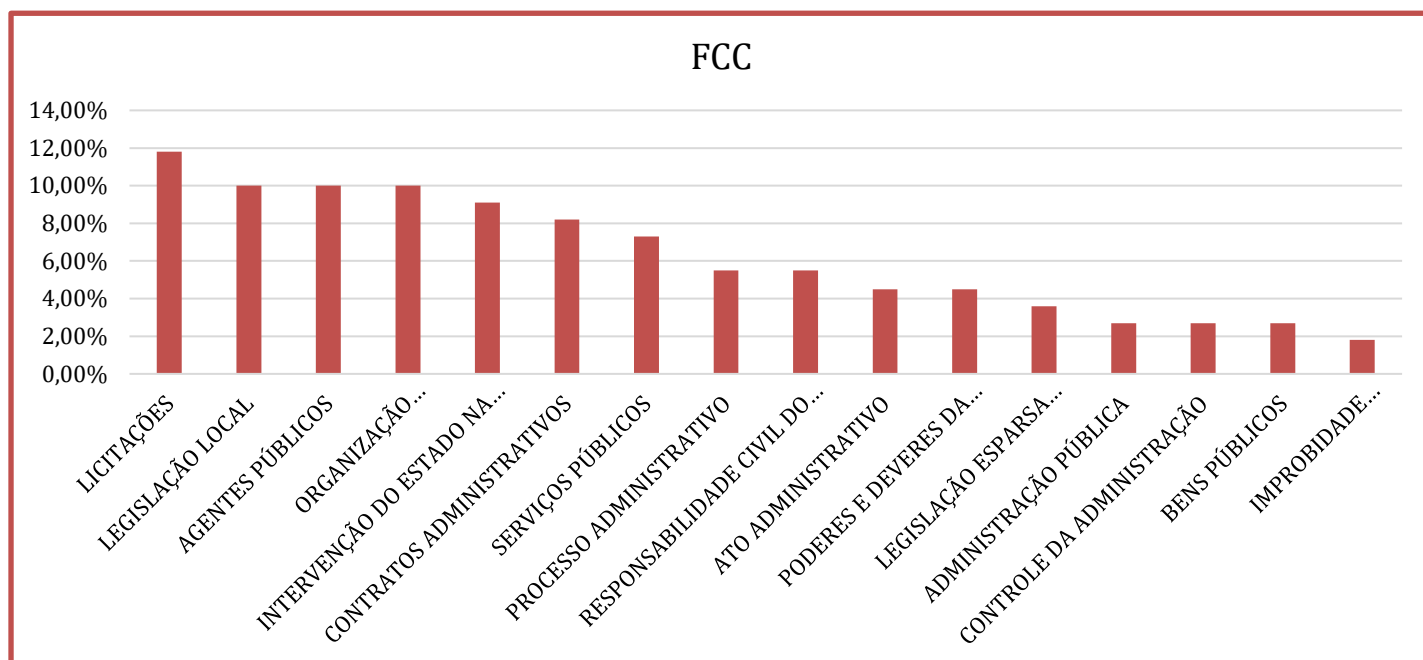
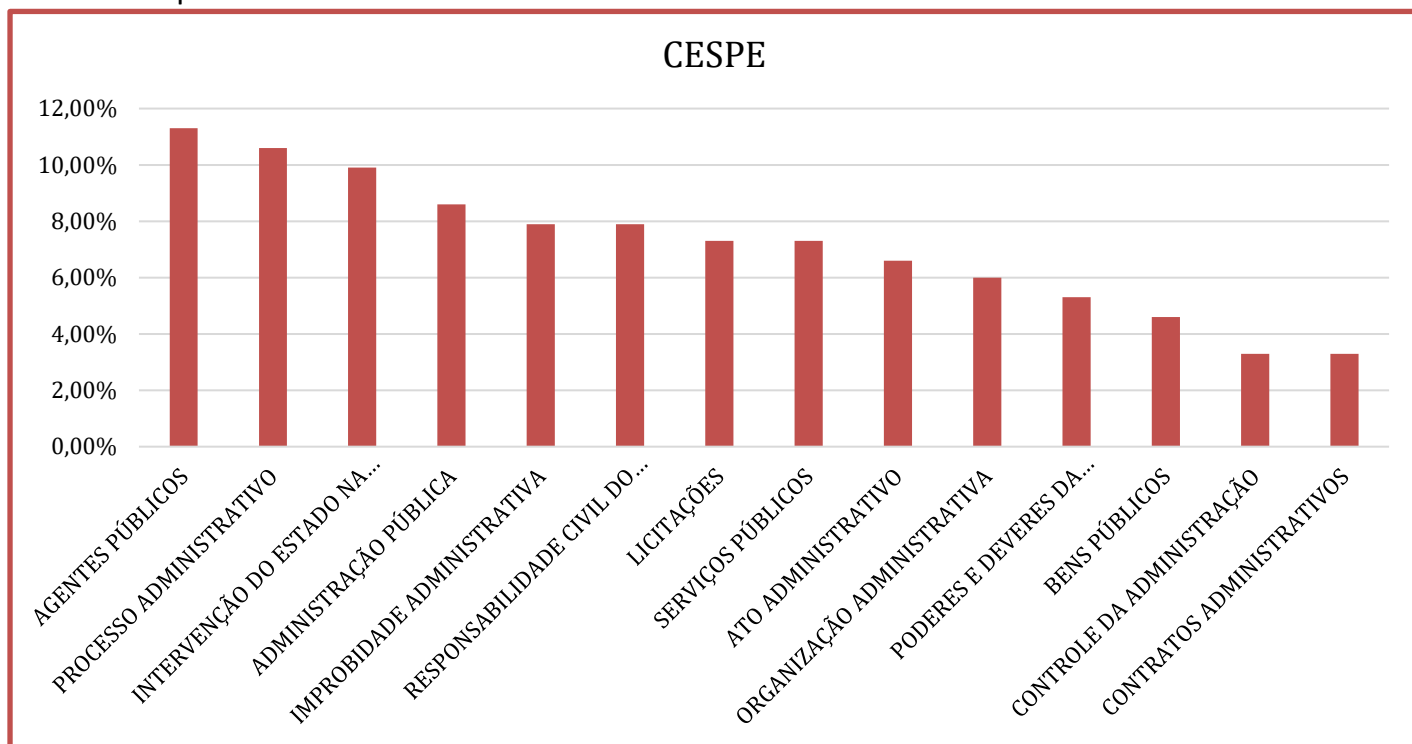
<https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/aspectos-de-direito-processual-aplicaveis-a-fazenda-publica-p-agu-procurador-federal-2018-2019/>

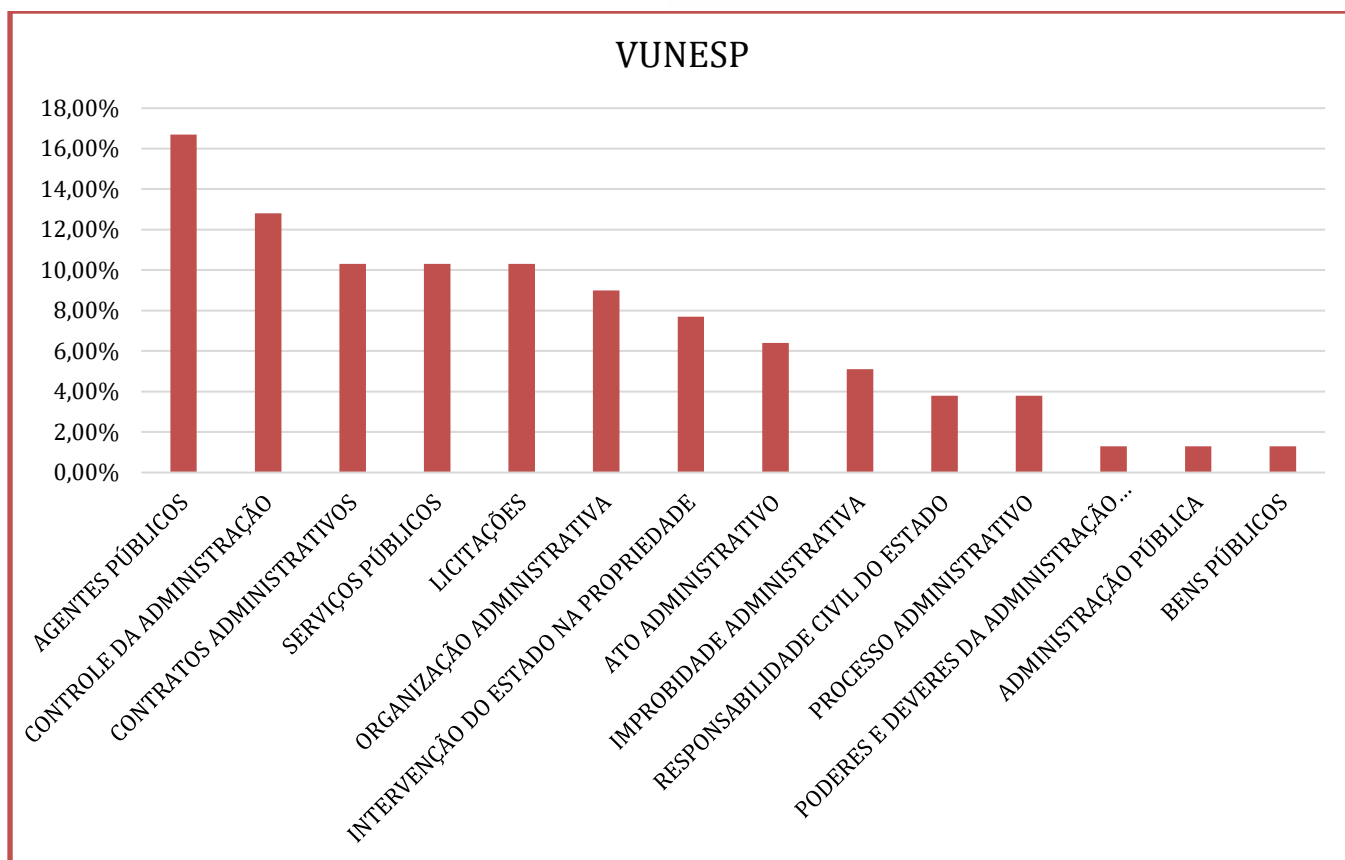
E não só isso.

Dentro da disciplina Fazenda Pública, existem matérias relativas ao Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Processo Civil. Desta forma, estudando este bloco de 5 matérias, confiamos com bastante segurança que você estará muito preparado nestas matérias.

### 6.3 MAS POR ONDE COMEÇAR?

Entendemos também que existem assuntos que devem ser priorizados com uma maior relevância em relação a outros. A título de exemplo, vamos pegar a Disciplina de **Direito Administrativo**. Fizemos uma análise estatística das bancas CESPE, FCC e VUNESP quanto às questões de 1ª fase de concursos de advocacia pública dos últimos cinco anos. Eis os dados que encontramos:





Percebam que – a julgar pelas estatísticas – nas principais bancas que fazem concursos de advocacia pública no Brasil, o estudo do tema **agentes públicos** precisa ser priorizado, principalmente quando cotejado com o tema **bens públicos**.

E mais. Dentro de cada tema, existem dispositivos que são muito mais cobrados que outros. **Fizemos uma análise detalhada de cada banca e de cada matéria para ajudar os nossos alunos nesta definição de prioridades.**

## 6.4 COMO ESTUDAR QUESTÕES?

O estudo por questões é bastante relevante seja para o acompanhamento da sua evolução como também para análise das possíveis “pegadinhas” que as bancas tentam aplicar.

Neste estudo recomendamos a utilização do sistema TEC Concursos, onde os eventuais erros dos alunos podem ser sanados com comentários das questões feitos por professores.

[www.tecconcursos.com.br](http://www.tecconcursos.com.br)

## 6.5 COMO MONITORAR MEUS ESTUDOS?

Durante os seus estudos, é fundamental que você acompanhe a sua evolução. Abaixo deixaremos o link de uma planilha que preparamos para o seu acompanhamento. Esta planilha foi feita com base no edital da PGE/AP, concurso realizado pela banca FCC.

Contudo, o aluno que está em uma situação inicial deve se guiar por esta planilha, uma vez que extremamente similar à maioria dos editais para procuradorias. Basta clicar na imagem a seguir e você será direcionado para **fazer o download** da planilha.

**EDITAL ESTRATÉGICO**

VISÃO GERAL - VEJA COMO VOCÊ ESTÁ EM CADA DISCIPLINA

Clique em cada matéria para preencher o quanto você já estudou.

Disciplinas	Materiais			Revisões				Exercícios Livro Digital			Exercícios TEC Concursos			Anotações:
	Videoaula	Livro Digital	Lei	24h	7 dias	15 dias	30 dias	Questões	Acertos	%	Questões	Acertos	%	
1 DIREITO CONSTITUCIONAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
2 DIREITO ADMINISTRATIVO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
3 DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
4 DIREITO FINANCEIRO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
5 DIREITO CIVIL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
6 DIREITO PROCESSUAL CIVIL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
7 DIREITO EMPRESARIAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
8 DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
9 DIREITO AMBIENTAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							
10 DIREITO PREVIDENCIÁRIO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							

Quer saber como utilizar esta planilha? Veja este vídeo que preparamos:

<https://www.youtube.com/watch?v=UBPb0 IS444&t=2157s>

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

E aí pessoal, tudo certo com o material? Esperamos que vocês tenham gostado!

Quaisquer dúvidas, críticas ou sugestões, mandem-nos uma mensagem nas redes sociais!

Grande abraço,

**Prof. Paulo Sousa**

**Prof Igor Maciel**